

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Curso de Mestrado em Sociologia – Área de
Especialização em Recursos Humanos e
Desenvolvimento Sustentável

SALAVESSA, Partir e Voltar ?

O fenómeno do envelhecimento e da
desertificação

João Transmontano de Oliveira Miguéns

ÉVORA
2000

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

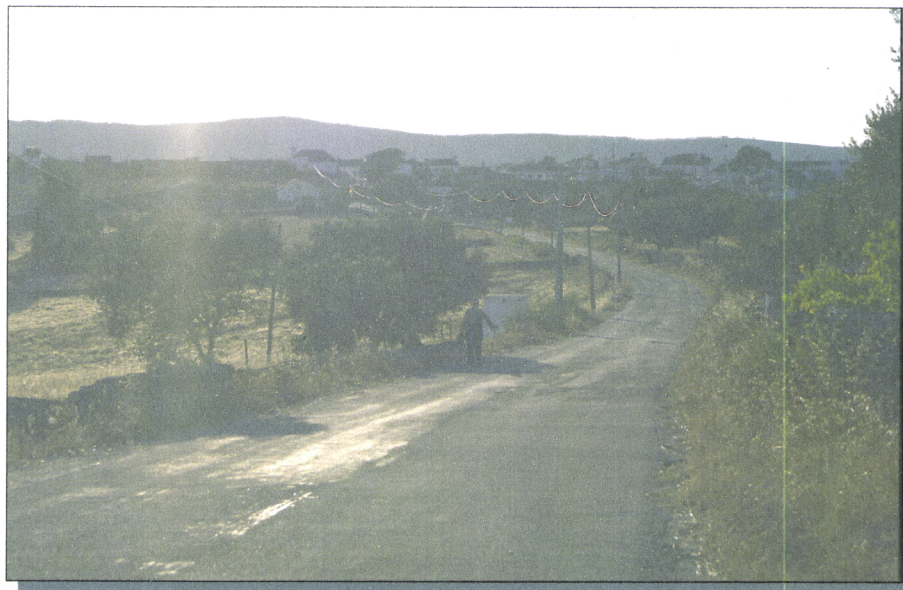
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Dissertação para a obtenção do grau
de Mestre em Sociologia, Área de
Especialização em Recursos Humanos e
Desenvolvimento Sustentável

SALAVESSA, Partir e Voltar?
O fenómeno do envelhecimento e da
desertificação



Orientação Científica – Professor Doutor Francisco Martins Ramos



106 669

João Transmontano de Oliveira Miguéns

ÉVORA
2000

ÍNDICE

Agradecimentos.....	pág. 2
Introdução.....	pág. 4
I CAPÍTULO – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	PÁG. 10
II CAPÍTULO – A ALDEIA DA SALAVESSA.....	PÁG. 16
a) Da Pré-História à Fundação.....	pág. 17
b) Descrição e evolução da Salavessa.....	pág. 34
c) A Salavessa de Hoje	pág. 55
III CAPÍTULO – HISTÓRIAS DE VIDA	PÁG. 63
a) A penúltima partida	pág. 65
b) Os filhos de Domingos.....	pág. 71
c) Sem saudades.....	pág. 79
d) Voltar até quando.....	pág. 82
IV CAPÍTULO – O ENVELHECIMENTO COMO FENÓMENO SOCIAL	PÁG. 86
Considerações finais.....	pág. 120
Bibliografia.....	pág. 127
Anexos.....	pág. 133

SALAVESSA *

Salavessa é minha aldeia!
Na margem esquerda do Tejo,
Será pequenina e feia
Mas a cidade não invejo

Se eu fosse rico, abastado,
Esqueceria a minha aldeia,
Sou pobre e mal roupao,
A cidade para mim é feia

Salavessa está esquecida!...
Aqui não há regalias,
Não tem rossios e avenidas
E mal se ouvem telefonias

Salavessa pequenina,
É um berço de embalar
Nasceste numa colina,
De rouxinóis a cantar

Quero-lhe bem, mesmo feia
É o meu berço Natal,
Viva a minha querida aldeia
E viva o nosso PORTUGAL!

* José António Vitorino, “Ti Zé do Santo”, Poeta Popular 1984

AGRADECIMENTOS

A investigação que me propus realizar não envolveu grandes meios, nem humanos, nem financeiros. Privilegiei o trabalho de observação sistemática no terreno, durante um relativamente longo período de tempo (cerca de quase dois anos), de vivências e práticas, numa pequena aldeia.

Embora não tencionasse residir na aldeia observada, durante o trabalho de campo, deslocações regulares a uma localidade distante cerca de 50 km, da minha residência, envolveram compromissos, sacrifícios e investimentos.

Acredito que a minha experiência não tenha sido singular, mas foi penoso o processo de obtenção de dados para a realização da investigação.

E se neste trajecto resisti, muitas vezes dificilmente, não posso em primeiro lugar deixar de registar e agradecer a minha dívida para com o Prof. Doutor Francisco Martins Ramos, meu professor e orientador, a sua solidez científica, a sua honestidade intelectual e a sua amizade pessoal.

Como o meu trabalho não deixará de transparecer, defrontei obstáculos, várias resistências próprias da natureza da aldeia estudada. Porém não posso esquecer o Jorge Miguéns, habitante da Salavessa, que para além de me contar a sua história de vida, me serviu com disponibilidade e sabedoria e acompanhou os meus passos em volta da minha pesquisa. Ao Doutor Luís Mário Bento um enorme obrigado e felicita-lo pela coragem de escrever sem apoios um livro de qualidade ímpar sobre o passado da Salavessa, aquilo que até hoje mais ninguém fez e que só se deveu a um grande respeito pela terra que viu nascer seus pais e avós.

Quero também mencionar a autarquia de Nisa, na pessoa do seu Presidente de Câmara, bem como a sua agente de desenvolvimento Maria do Carmo, e o Secretário da

Junta de Freguesia de Montalvão, pela obtenção de dados e incentivos pessoais que me deram.

Nesta caminhada de cerca de três anos, gostaria de referir os Professores da Universidade de Évora, que me acompanharam e dos quais recebi enormes conhecimentos e saber como são o caso da Profª. Doutora Mariana Cascais, do Prof. Doutor Manuel Patrício e do Doutor Carlos Alberto Silva, entre outros.

Não posso também esquecer as amizades que já tinha e que fui reencontrando nos habitantes da Salavessa, de entre os quais destaco o Capitão Aníbal, pelo progressivo interesse e entusiasmo, que acabaram por ser as minhas portas de entrada para a realidade social que estudei.

Ao Raul Ladeira, o reconhecimento pelo excelente trabalho fotográfico que deu mais realidade a este trabalho.

Uma última palavra, que é também a primeira e a quem digo somente obrigado, à minha mulher.

A todos espero um dia poder agradecer pessoalmente. Por agora, o meu reconhecimento e agradecimento é impessoal.

A luz que ilumina
Tem da cor dos olhos de quem olha!
A paz que se adivinha
Na tua solidão
Que nenhuma mesquinha
Condição
Pode compreender e povoar!
O mistério da tua imensidão
Onde o tempo caminha
Sem chegar

Miguel Torga

INTRODUÇÃO

“Com rendas e anos se tecem as lembranças”

Provérbio Popular

Salavessa é Alentejo, mas não é bem Alentejo. Tem traços de Beira. É menos plano, menos amplo, mais variado. Terra de transição, nela ainda encontramos os espaços abertos e muito levemente ondulados de peneplanície alentejana a par com os relevos vigorosos da Serra de S. Mamede. Os latifúndios do Sul, dão lugar a hortas, pequenas propriedades que se dividem por muitos donos e se dispõem em mosaico numa paisagem de morros mais marcados e vales mais cavados.

As suas terras desenham-se em poucas linhas, as suas ruas e casas são de uma só cor. Respira-se na aldeia quietude, e silêncio. É a sensação de que o tempo não tem pressa. Os seus habitantes parecem carregar vidas duras mas altivas e que parecem querer dizer que não vale a pena ter pressa, que o tempo é parte de uma eternidade.

Fortes laços de afinidade ligam-me à aldeia de Salavessa. Dela foram naturais os meus avós paternos e o meu pai, dela fizeram parte muitos momentos da minha infância e adolescência.

E embora me fosse distanciando da aldeia, à medida que os anos iam passando, nunca dela me desliguei, embora os contactos se tornassem bem mais espaçados, porém sempre acompanhei de maneira intensa o seu trajecto de envelhecimento e desertificação.

A riqueza, se é que ela existe, neste trabalho, reside antes de mais, no facto de ser uma história atenta aos detalhes mais reveladores deste universo social.

Gostaria de focar um aspecto relativo à escolha do local que constitui o objecto da dissertação da minha tese. Macfarlane (1977) enunciou claramente os prós e os contras do método de estudo de uma comunidade, debruçando-se em particular sobre o problema da delimitação da limitação da sua realidade. Com que precisão delimitamos a comunidade que estudamos? As suas fronteiras são definidas pela arena geográfica? Agimos segundo uma divisão política ou administrativa? Ou centramo-nos num grupo

de pessoas que habitam em determinado local? Estes critérios raramente coincidem e podem sem dúvida, mudar ao longo do tempo. Salavessa não é excepção. Simplesmente os seus problemas coabitam também com os problemas concelhios e mesmo numa mancha mais longa com quase o interior do país.

Apesar de manter a sua identidade, os problemas da desertificação e envelhecimento são similares com outras terras, não havendo limites administrativos, geográficos ou outros que estabeleçam fronteiras.

Pela minha mão aprendi ainda mais com este trabalho a sentir a Salavessa.

Terra fechada, a negar a desanuviada perspectiva dos grandes e livres espaços, a aldeia esconde por defesa os seus dramas mais dolorosos, os seus contrastes mais originais e pungentes.

Sentir hoje a Salavessa é um acto que deixa marcas, uma tarefa que simultaneamente desencanta e fortalece a quem se empenha em descobrir os Porquês, de uma existência absurda, geograficamente situada a escassas dezenas de quilómetros daquilo a que se convencionou chamar progresso e civilização, mas infinitamente distante das nossas ideias feitas e assentes de cidadãos evoluídos.

Salavessa, uma aldeia entre muitas outras do Alentejo, do interior, imagem típica do envelhecimento e desertificação, é actualmente terra onde as pessoas se fortalecem de sol, onde a felicidade ainda sobrevive.

E por isto eu digo que esta permanente redescoberta que vivi, me desencantou, pela ausência de uma terra que eu desejaria com vida, mas ao mesmo tempo me trouxe esperança, pelos objectivos que passam pelas propostas de revitalização que proponho nesta dissertação, que espero encontrem eco nos homens responsáveis politicamente, no sentido de transformar homens e mulheres condenados em seres que podem aguardar, serena e pacificamente a transformação e revitalização.

Não posso, nem quero, esquecer que a Salavessa depois deste trabalho, entrou com mais força na minha vida, de forma intensa e imperecível.

Os problemas da Salavessa são os de quase todas as aldeias do Interior.

Do que conheço da Salavessa, e dos seus caminhos de ilusões do passado e do presente, permanentemente perdidos, cheguei ao fim desta dissertação de tese, a sentir

os seus dramas, que um dia hão-de ter limites. Por isso, passei a estar convosco, Salavessences, e vos acompanho no vosso desencanto do passado, e na vossa esperança de sempre.



Fig. 1 - Habitante da Salavessa

A presente investigação pretende responder a algumas interrogações que constituem o ponto de partida para uma pesquisa de âmbito monográfico.

- Como se processa o presente de Salavessa e se perspectiva o seu futuro?
- De que modo evoluiu a comunidade em termos demográficos?
- Que contributo podem fornecer as histórias de vida para um melhor entendimento da comunidade de Salavessa?

Face a estas questões de partida os objectivos do presente estudo são os seguintes:

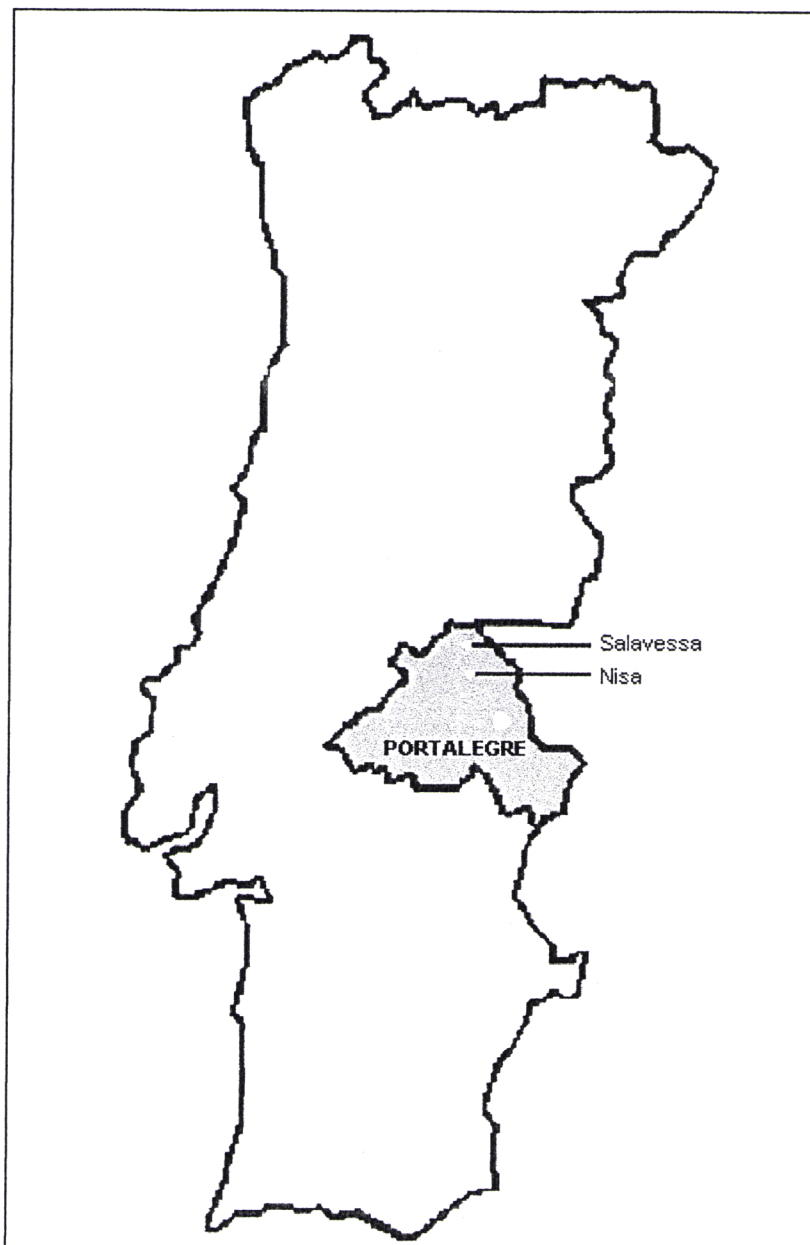
Objectivo Geral

Elaborar um texto monográfico sobre a comunidade de Salavessa.

Objectivos específicos

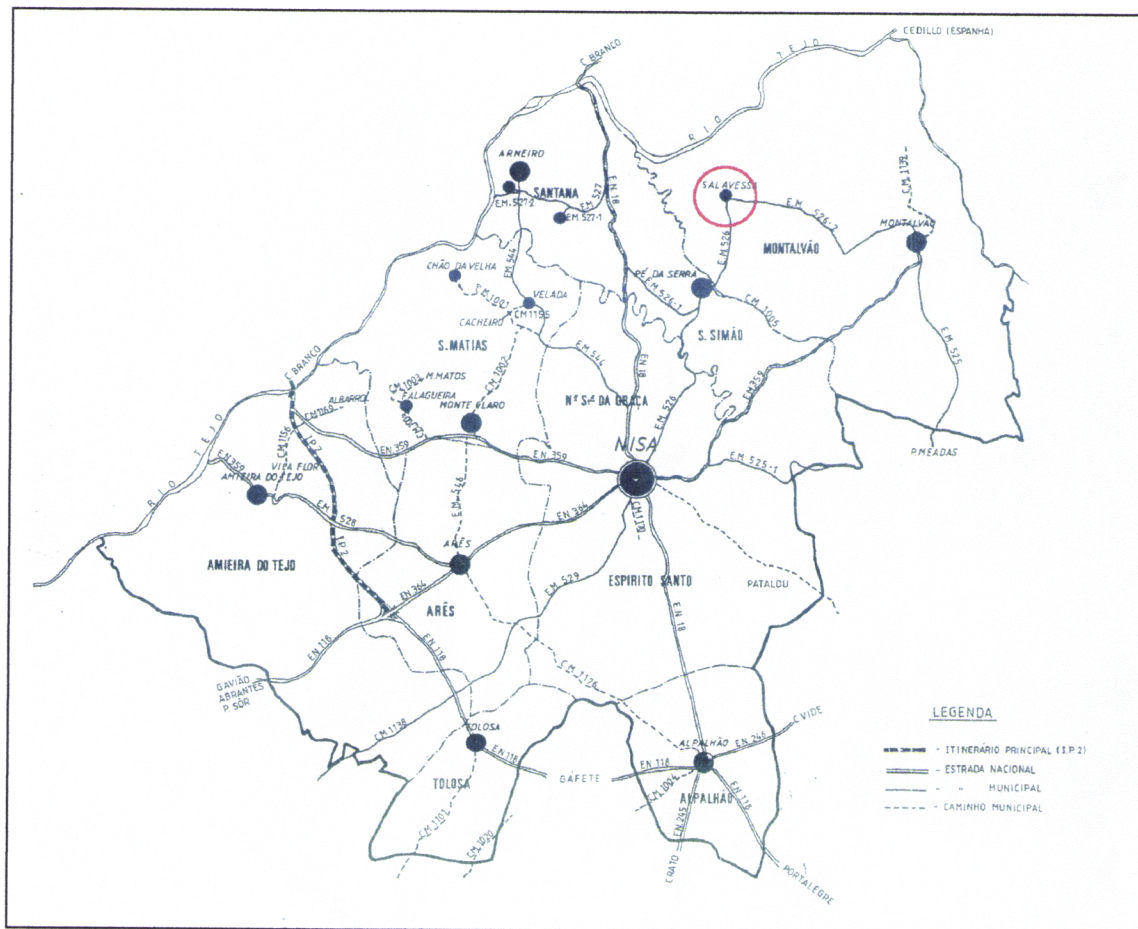
- a) Abordar a problemática do envelhecimento e do despovoamento na aldeia em causa.
- b) Apresentar propostas de intervenção no sentido de se dinamizar a actividade sócio - económica de Salavessa.

Mapa 1



Mapa de Portugal – Distrito de Portalegre
Localização da Salavessa

Mapa 2



Concelho de Nisa

I CAPÍTULO

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O método de pesquisa no terreno supõe genericamente, presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações.

Comecei desde há longos meses a estar quase diariamente em contacto com a população de Salavessa, a viver o seu quotidiano e se houve vantagens como o do meu conhecimento com toda a população, desvantagens existiram resultantes do envelhecimento, do analfabetismo, da desconfiança lógica sobre o que estava a fazer.

A minha chegada a Salavessa é o resultado duma escolha desejada e ao mesmo tempo de circunstâncias que não controlo.

O que fiz então como investigador?

O que fiz como investigador foi entrar no mundo das acções e das categorias construídas durante anos e rompê-las, sendo aquelas cuidadosamente reconstruídas pelo ritual da iniciação a que é submetido e que serve para o investigador contextualizar a sua experiência através do papel dos elementos materiais e dos significados das idéias, ou seja do valor dos factores actuais e históricos da cultura que estuda.

Observei os locais, os objectos e os símbolos, observei as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar, de dizer, observei as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participei, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversei e vivi com elas. Procurei e arranjei “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contactei mais intensamente ou de quem obtive informações, sobre aspectos a que não podia ter acesso directo. E apesar de os organismos oficiais (Câmara, Junta de Freguesia, etc.) quase não terem dados sobre a aldeia, foi através de estes “informantes privilegiados” que procurei registos e actividades e documentos pessoais.

Fiz tudo isto de forma continuada, prolongada ao longo de vários meses.

Registei, diária e sistematicamente observações e informações, reflexões teóricas e metodológicas, impressões e estados de espírito. Viajei ao encontro de interlocutores preferenciais (Lisboa, Nisa) com os quais obtive as histórias de vida.

Senti muitas vezes que a socialização destes contactos me fez um habitante da aldeia.

Um dos aspectos que tomei em consideração foi o do peso relativo do impacto, na unidade social em estudo, da minha presença como investigador e das acções de recolha de informação.

Por outro lado, para além do meu conhecimento pessoal com os habitantes da aldeia, a minha estadia prolongada no terreno, possibilitou que, a uma observação das acções de verbalização das pessoas, se adicione uma observação do próprio relacionamento ao longo do tempo, dessas pessoas com o investigador.

É usual na pesquisa de terreno, cultivar-se um relacionamento mais frequente e mais intenso com algumas pessoas. O objecto é múltiplo.

Em primeiro lugar, é um imperativo prático a inserção no tecido social local. Em segundo lugar, procura-se observar sistematicamente os respectivos quadros de vida e comportamentos, procura-se conversar com elas regularmente e procura-se ainda observar com pormenor as sequências por que passam os processos do relacionamento delas com o investigador.

Em terceiro lugar são permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e conhecimentos que nele se passaram ou vão passando.

É sobretudo no desempenho deste papel que se lhes tem chamado “informantes privilegiados ou informantes-chave”.

Atendendo às características da população da Salavessa (envelhecimento, analfabetismo) também aqui não foi fácil a escolha destes informantes.

E de toda a população não seriam mais de cinco ou seis aqueles que poderiam desempenhar este papel, até pela razão que não havendo pessoas com lugares de preponderância na unidade social em estudo, foi preciso procurar residentes ou não, que tivessem uma visão particular das coisas e que merecessem por parte das gentes da aldeia, um clima de confiança mútua e recíproca.

Segundo Morris Zilditch, “a observação directa participante e continuada, incluindo as conversas e entrevistas informais, são as técnicas mais adequadas para a captação de acontecimentos, práticas e narrativas”. (1986)

A primeira tendência dum investigador que partilha na vida da população que estuda é uma tendência espontânea para acreditar no que as pessoas lhe dizem.

E isto por duas razões: uma porque não tem de momento outra referência, senão aquilo que se lhe está a dizer, outra porque sem ouvir o que se faz, quando, como, onde e com quem, não conseguiria saber, nem sequer movimentar-se no meio da vida dos outros.

A observação participante caracteriza-se com sendo uma observação de um investigador que, adulto como é, saltita, desajeitadamente no meio dos que já sabem há muito tempo como orientar-se e que, idealmente, querem ajudá-lo, explicando o seu quotidiano rotineiro.

Ninguém duvida que observar, participando na estrutura da cultura que se estuda como uma maneira de aprender para elaborar o documento, seja um método científico, uma vez que permite abstrair os factores constantes da conduta e compará-los com outras variáveis. De facto Raul Iturra diz “que tal procedimento é também uma forma de construir o objecto de pesquisa por meio de aculturação progressiva e da endoculturação permanente do investigador, na aprendizagem do conhecimento do grupo que estuda como se fosse membro do grupo em questão.”

A participação e a entrevista informal nas mais variadas situações – situações rotineiras do quotidiano, acontecimentos ocasionais regulares ou situações excepcionais – supõe um processo de ajustamento recíproco, permite que aos efeitos inerentes à presença do investigador no terreno e a interacção deste com as pessoas, não se venha juntar uma maior rigidificação dos papeis recíprocos de observador e do observado e uma maior rigidificação das categorias que organizam o processo da interacção verbal.

Pode-se dizer que a observação participante é em boa medida, a arte de obter respostas sem fazer perguntas. As respostas obtêm-se no fluxo da conversa (entrevista informal) e da observação directa, participante e continuada.

Por outro lado, a estadia prolongada no terreno, possibilita que, a uma observação, digamos em primeiro lugar, das acções das verbalizações das pessoas se

adicione uma observação, digamos, em segundo grau, do próprio processo de relacionamento, ao longo do tempo, dessas pessoas com o investigador.

Segundo Morris Zilditch (1986: 140/141), “a entrevista informal é a técnica preferencial para a recolha de normas e clarificação do status sociais do conhecimento geral no contexto social em estudo”.

E se a observação participante pode dar melhores resultados na obtenção de informações sobre comportamentos, discursos e acontecimentos observáveis mas que passam despercebidos à consciência explícita dos actores sociais, é aqui que pode ser substituída, com as devidas precauções, por entrevistas informais, em casos em que o investigador não está presente, ou não tem acesso a certos locais, actividades ou acontecimentos. Já onde a entrevista informal é mais eficiente é na obtenção de normas e status institucionalizado, do conhecimento geral e facilmente verbalizáveis.

Atendendo inclusivamente a população de Salavessa (cerca de 141 pessoas, das quais mais de 90% analfabetas e envelhecidas, em que a própria amostra é o universo), a entrevista informal a um informante privilegiado com um grande conhecimento da aldeia, substitui um censo por questionário ou contagem directa.

De acordo com Raymond Quivy (1992), “a entrevista directa é uma das técnicas mais utilizadas em investigação social. Não sendo inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado.” Tanto quanto possível o que se fez foi aplicando a técnica de Quivy referenciada e “deixou-se andar” o entrevistado para que este pudesse falar abertamente, com as palavras que quisesse. O entrevistador nestes casos deve esforçar-se simplesmente para encaminhar a entrevista para os objectivos pretendidos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tão natural como possível.

Como investigador e entrevistador não dispus de perguntas pré-estabelecidas, mas sim de uma lista de tópicos precisos, relativos ao tema estudado. Ao longo das entrevistas abordei necessariamente estes tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento de acordo com o desenrolar da conversa.

Em certos casos, como no âmbito da análise das histórias de vida, apliquei um método de entrevista extremamente profundo e detalhado e somente com poucos (quatro) interlocutores.

Neste caso as entrevistas foram mais longas e divididas em várias sessões, inclusivamente com duas destas histórias de vida a serem realizadas fora do local em estudo (Lisboa e Nisa).

Apesar de muito diminuta, também a consulta de registos localmente produzidos e de documentos pessoais, tais como cartas, diários, fotografias, entre outros, foi usada na pesquisa do terreno.

De acordo com o número especial sobre “Histoires de Vie et Vie Sociale”, dos Cahiers Internationaux de Sociologia (volume LXIX, 1980), foram auxiliares preciosos, fornecedores de informação complementar, de grande utilidade na pesquisa na aldeia de Salavessa.

Recordo os objectivos desta investigação:

Objectivo Geral

Elaborar um texto monográfico sobre a comunidade de Salavessa.

Objectivos específicos

- a) Abordar a problemática do envelhecimento e do despovoamento na aldeia em causa.
- b) Apresentar propostas de intervenção no sentido de se dinamizar a actividade sócio - económica de Salavessa.

II CAPÍTULO

A ALDEIA DE SALAVESSA

***A) DA PRÉ-HISTÓRIA
À FUNDAÇÃO***

PRÉ-HISTÓRIA

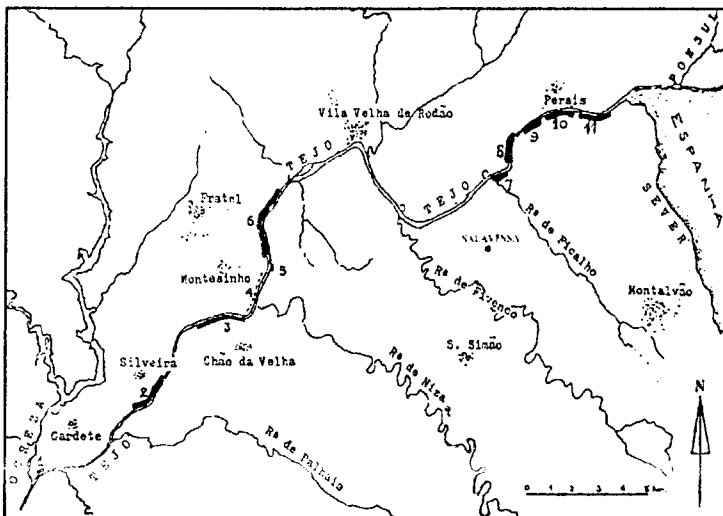
A 15 km de Salvessa, na margem direita do Tejo, encontram-se exemplos de construções dos vestígios habitacionais mais antigos do país - podendo datar 100.000 anos.¹

São as estruturas de habitat da estação de Vilas Ruivas.

Esta estação, assim como as de arte rupestre e os dólmens, são importantes testemunhos da influência que o rio Tejo teve para o Homem, em todo o período pré-histórico.

A estrutura encontra-se a poucos metros do rio, é a água sagrada que o Homem primitivo divinizou, sua fonte de vida que nem após a morte abandona. Muitos dos Dólmens de Salvessa encontram-se nas proximidades do Tejo ou de outros círculos pluviais. Foram ainda os velhos xistos do rio que nas grandes épocas de seca, serviram de suporte às preces humanas - a arte rupestre, desenvolvida a seguir, é disso um bom exemplo.

Este rio, a que os Romanos chamaram "Tagus", continua a ser útil mas de um modo diferente. Em nome do progresso, pinturas rupestres com 8000 anos ficaram para sempre submersas.



Estações de Arte Rupestre

- 1- Gardete
- 2- Silveira
- 3- Chão da Velha
- 4- Ribeira de Nisa
- 5- Cascalheira do Tejo
- 6- Fratel
- 7- Ribeiro do Ficalho (Salvessa)
- 8- Cachão do Algarve
- 9- Lomba da Barca (Salvessa)
- 10- Alagadouro (Salvessa)
- 11- Cachão de S. Simão (Salvessa)

¹ Raposo, Luís, "História de Portugal", Vol. 1, Pág. 42, Publicações Alfa, Lisboa 1983

MEGALITISMO

Em Salavessa não existem grandes monumentos arquitectónicos que possam referir de referência turística. Contudo, esta aldeia possui monumentos bastante antigos, de grande importância arqueológica e patrimonial.

Os mesmos evidenciam ocupação humana e a gradual sedentarização gradual dos povos, através da agricultura e da silvo-pastorícia.

Actualmente a região da Salavessa, não tendo em conta os núcleos de Montalvão, possui mais de uma dezena de antas - monumentos funerários com cerca de cinco mil anos, os quais urge dar a conhecer e proteger.

Estes monumentos datam do final do Neolítico (Calcolítico), último período da pré-história, rico em transformações sociais, religiosas e económicas. Vejamos algumas características desse período.

A maior parte das antas do território português, são construídos por várias pedras ao alto, colocando-se uma outra a servir de cobertura.

Na região da Salavessa e Montalvão, a actual estrutura dolménica é diferente. Ao contrário da zona granítica, a cobertura já não existe e a altura das pedras laterais é muito menor. Na zona granítica dos concelhos de Nisa e de Castelo de Vide, os esteios atingem em alguns casos os três metros de altura, em Salavessa não atingem um metro. A qualidade da rocha que constitui estas antas é um factor a ter em conta. O xisto é muito abundante nesta região, mas não é muito duro e quebra-se facilmente, ao contrário do granito. Quanto à disposição das pedras laterais e orientação do corredor, não existe grande diferença entre os monumentos de Salavessa e os restantes dólmenes. Todos têm o corredor virado a nascente (Leste), sendo a disposição dos esteios aproximadamente hexagonal.

O arqueólogo Jorge Oliveira, profundo conhecedor do megalitismo, tem uma explicação para esta diferença entre as antas de xisto e as suas congéneres de granito. O investigador defende a existência de dois mundos distintos; a Norte temos o mundo do xisto, com dólmens de pequena dimensão (Salavessa e Montalvão) e espólio pobre. Estes monumentos reflectem a existência de comunidades neolíticas pouco desenvolvidas; sob influência do rio Tejo, este grupo é social e economicamente diferente do mundo do Sul.

Na zona granítica dos concelhos de Nisa e Castelo de Vide, os dólmens apresentam uma monumentalidade muito superior. As escavações efectuadas nas antas de granito, confirmam, na maior parte dos casos, um riquíssimo espólio, reflexo de uma economia mais rica. Os terrenos acidentados de Salavessa não atingiam com toda a certeza o nível de produção da zona granítica.

No seu estudo sobre a bacia do Sever, Jorge Oliveira afirma existir entre as jazidas de granito e xisto grandes áreas de superfície, onde raramente surgem dólmens. *Mutatis Mutandis* para o concelho de Nisa, verificamos que este facto também se repete. Através da Carta Geológica de Nisa, constatamos que a vila se encontra na "falha" de separação das rochas.

Saindo de Nisa para Alpalhão, entramos na terra do granito, com os seus imponentes dólmens. As antas do Cadete, Vereda da Sardinheira e S. Gens I e II, são bons exemplos desta monumentalidade. Em sentido oposto, se tomarmos a estrada para Nisa-à-Velha, muito dificilmente encontramos granito, é a passagem para a terra do xisto de que Nisa é fronteira. Não tenho conhecimento de antas entre Nisa e Pé-da-Serra, mas, se seguirmos a estrada até Salavessa a situação altera-se, os dólmens começam a surgir antes do ribeiro de Fiverlo.

Será que esta "terra de ninguém", que separa as duas culturas, foi palco de confronto entre as duas culturas? Teria havido pilhagens aos terrenos mais férteis do Sul de Nisa? É um facto que entre Pé-da-Serra e Nisa, os vestígios megalíticos são em menor número.

Algumas antas de Salavessa foram "escavadas" na década de sessenta. As escavações dessa altura, apesar de não científicas, são na minha opinião muito

importantes, é que grande parte dos monumentos foram destruídos durante a década de oitenta devido às plantações de eucaliptos.

➤ Anta do Barnabé

Este dólmen situa-se no Barnabé, a Leste de Salavessa, na margem esquerda do ribeiro de Ficalho.

➤ Anta da Lomba dos Moleiros (Fazendeiro - Penha do Bufo)

Situada (praticamente) no maciço rochoso da Serra de S. Miguel.

A sua localização é aproximadamente a seguinte: Ao sair de Salavessa pela Rua da Bélgica, tomamos o caminho de Vila Velha; depois do cruzamento do Curralceiro, segue-se pela esquerda iniciando-se a descida para o ribeiro.

Este monumento é pequeno, tanto na área que ocupa como na altura dos esteios. Actualmente penso que se encontra também destruído como consequência da plantação de eucaliptos.

➤ Anta do Sobreirão

Esta anta fica a Norte da Salavessa, junto ao marco geodésico do Sobreirão, sendo por isso muito fácil de encontrar.

Foi "escavada" na década de sessenta e o seu espólio baseava-se numa forte componente de ossos humanos. Foram encontrados quatro ou cinco esqueletos, quase completos. Ainda segundo dados orais, os ossos não apresentavam sinais de cremação ou de lutas entre comunidades, estando praticamente intactos. Foi ainda encontrado um pequeno pote de cerâmica.

➤ Anta da Terra da Azinheira (Eirinhas)

Nas proximidades do ribeiro de Ficalho, situa-se a anta das Eirinhas, que é talvez a maior anta de Salavessa.

Igualmente "escavada" nos anos sessenta, foi a que forneceu um maior espólio, nomeadamente cerâmica (um pote grande e vários pequenos), foram ainda encontradas duas placas de xisto e quatro pontas de sílex. Todos os objectos foram encontrados no corredor, não se encontrando ossos humanos.

➤ Anta da Tapada Tejo (Cabeço de Águia)

Localizada nas proximidades do Tejo, este dólmen foi igualmente "escravo".

Foram encontrados quatro machados com faces muito perfeitas e algumas pontas de xisto. Não se encontrou cerâmica nem ossos humanos.

➤ Anta do Lélé

A Sul do cemitério de Salavessa está localizada a anta do Lélé.

É um pequeno dólmen que se encontra muito destruído, devido às raízes de uma árvore e a uma parede que lhe tapou parte do corredor. Este dólmen nunca foi explorado.

➤ Anta da Frágua

Na margem esquerda do Firvelo, não muito longe da ponte, localiza-se a anta da Frágua. É uma pequena anta com características idênticas às anteriores, não está destruída e julgo nunca ter sido explorada.

➤ Anta do Carvão (Atalhinho)

Fica no caminho da anta da Lomba dos moleiros, encontra-se à direita no início da descida para Fiverlo.

É fácil de identificar porque foi aproveitada para abrigo de animais; sobre as pedras de xisto os pastores construíram pequenas paredes. Segundo informações orais, esta anta teria sido a que forneceu espólio menos rico (apenas alguns objectos de cerâmica).

➤ Outras Antas

Na charneca dos Fraústos - Duzentos metros a nascente do monte (destruída).



Fig. 2 - Monumentos Megalíticos



Fig. 3 - Monumentos Megalíticos

SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA

As sepulturas escavadas na rocha granítica – como acontece nas proximidades de Nisa, ou na rocha xistosa - como as encontradas em Salavessa – constituem um problema em termos de datas históricas. Isto sucede porque se encontram vazias e sem qualquer grafismo. Normalmente encontram-se isoladas, em grupos de dois ou de seis, como é visível nos arredores de Nisa.

Leite de Vasconcelos coloca a hipótese de que sejam visigóticas, mas nunca foi confirmado.

Martins Sarmiento diz que pertencem ao período Pós-Romano, talvez ao período de transição para o Cristianismo.

M. M. Campos Milheiro refere na sua tese de licenciatura: "Estas sepulturas escavadas na rocha são já posteriores à época romana, devendo enquadrar-se no Cristianismo, em que radicou costume da inumação".

Amorim Girão considera-as ainda mais antigas, diz que são proto-históricas (transição de pré-história), sendo, as de talhe mais perfeito, medievais.

M. da Conceição M. Rodrigues quando elaborou a carta arqueológica de Castelo de Vide em 1975 afirma: "... consideramo-las posteriores ao domínio visigótico (...), os Romanos tinham o hábito de enterrar os mortos junto aos caminhos, em cistas rectangulares cavadas no solo, os Visigodos, faziam-no por processo semelhante".

Na zona da Salavessa, temos a sepultura da Barroca do Asno, nas proximidades do Tejo e a fonte da Feia, entre Salavessa e Montalvão. Dentro da povoação existe uma outra situada nas chamadas "Traseiras de Salavessa", onde apenas metade da sepultura é visível, estando o restante dentro do alicerce de uma casa. Também na Tapada do Santo



existiu um túmulo deste tipo, mas foi destruído como consequência do arranque de pedra.

A Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide refere a existência de trinta e nove sepulturas deste tipo, apesar de em Salavessa o seu número ser reduzido, o concelho de Nisa possui um elevado número de sepulturas escavadas na rocha.

CONSTRUÇÕES DE PLANTA CIRCULAR

Sem datação definida, existem nos limítrofes de Salavessa as designadas “Construções em Falsa Cúpula Redonda”, que o salavessense denomina de Furdão.

No nosso país as construções de planta circular, diferenciam-se em dois grandes grupos.

Edificações com cobertura de materiais vegetais, em forma de cone e exemplares totalmente de pedra, com tecto em falsa cúpula (Salavessa). Ambas são edificações primitivas, mas apenas quanto à origem e técnica de construção. Tudo indica que este tipo de casa redonda não foi edificada pelo homem primitivo ou pelos povos Celtas, como se pensou durante muito tempo, apenas a origem do sistema poderá ser pré-histórica.

A falsa cúpula ergue-se e fecha-se por fiadas de pedras, colocadas na horizontal, que se sobrepõem sobre si à medida que o tecto vai subindo. A abertura central vai-se reduzindo até se fechar com uma ou mais lajes.

Em Portugal, este tipo de construção aparece associado aos túmulos pré-históricos do Sul. Surgem, também, exemplares de xisto ou granito com diversas funções: abrigos de animais ou pastores, fornos, palheiros, safurdas ou furdões.

Em Salavessa, temos a Norte o furdão da Barroca das Figueiras, já desprovido de tecto; o do Pêro Galego e ainda o do Cabeço, a Sul.

FUNDAÇÃO DE SALAVESSA

Em que ano foram erguidas as primeiras casas nas “Traseiras”? Quando surgiram os primeiros moradores no Monte de Salavessa?

As respostas a estas questões não são fáceis. Um dos documentos mais antigos, que faz referência a esta aldeia, é a carta de Frei António Nunes de Mendonça², datada de 1758. Nesta carta, o frei respondia a algumas perguntas a propósito de Montalvão e arredores. Fixemo-nos em duas perguntas e na resposta de frei António:

“ – Se hé termo de outra terra, ou se tem termo seu?”

“ – Se o tem, que Lugares, ou Aldeias, compreende, como se chamão, e que vizinhos tem? (...).

“ – Tem termo próprio dividido em quatro folhas - a saber Diagueiros, que tem uma légua de comprimento para as partes de Castelo de Vide – A folha de Madalena, que tem outra légua para as partes de Nisa – A folha das Antas, que é a menor de todas terá três quartos de comprimento para as partes de Castela - Finalmente a folha da Barreara, que tem uma légua para as partes da Beira, e finaliza no rio Tejo – Tem e compreende em si esta freguesia, cinco lugares a que vulgarmente se chama montes – a saber monte do Pombo que tem treze fogos e trinta e três pessoas de confissão e comunhão, dezassete pessoas menores. – Monte do Amaro Fernandes, que tem três fogos e sete pessoas de confissão e comunhão e dois menores. – Monte de Rollo, que tem dois fogos, e cinco pessoas de confissão e comunhão, e um menor. Monte de Salavessa, que tem trinta fogos e setenta e duas pessoas de confissão e comunhão, e quinze menores. – Monte do Pego do Bispo tem 3 fogos e oito pessoas de confissão e

² Montalvão, Elementos para uma Monografia, pág. 27 a 34, 1980

comunhão. (...) E no que respeita aos mais interrogatórios não tenho que dizer a Vossa Majestade Fidelíssima que Deus guarde para amparo dos seus vassallos.”

Montalvão, D'Abril 24 de 1758

De vossa Majestade Fidelíssima

Vassallo menor, e mais leal

(Vig^o Fr. António Nunes... de Mendonça)”

Como se pode verificar, no século XVIII o Monte de Salavessa já tinha alguns habitantes. Há quem pense que o nome de Salavessa deriva de Salavessinha, isto a propósito de um Monte que existiu nas proximidades de Salavessa, designado de Salavessinha.

Contudo Frei António não faz qualquer referência a Salavessinha, será que era tão pequena e não mereceu referência? Creio que não, pois o Monte de Rolo tinha apenas dois fogos e foi referido, O Monte do Pego, e que hoje se encontra submersa.

O Monte do Pego e a azenha não ficavam muito longe do Monte da Salavessinha, mas este não foi contemplado na lista. Se não é feita qualquer referência à Salavessinha e dado o pormenor das descrições, sou quase levado a concluir, que em 1758 a Salavessinha não existia.

Informações recolhidas de geração em geração, dizem que os dois “povos” ainda chegaram a coexistir. Contudo, é difícil acreditar que Frei António tivesse omitido este dado, assim sendo estou convencido que a fundação da Salavessinha é posterior a Salavessa.

Ainda hoje, na Azinhaga do Currealceiro, se pode observar o que resta do Monte da Salavessinha e da sua estalagem. Este monte foi durante muitos anos utilizado pelos indivíduos que se deslocavam para a margem direita do Tejo, onde se explorava minério. Nestes locais são ainda visíveis os vestígios das prospecções. Algum deste minério passava para o Alentejo, recorrendo-se para esse efeito a uma grande Barca para atravessar o Tejo; local ainda conhecido pelos salavessences pelo nome de “Barca Velha”. Também na margem esquerda são nítidos os vestígios da “Estrada Velha”, como é ainda conhecida.

Em 1939, a Norte do que foi a dita estalagem, encontrou-se uma fonte. Junto desta, surgiu uma pedra com um vinco já profundo indicando a presença de cântaros, poderá ter sido esta fonte que abastecia a velha Salavessinha.

Ainda hoje em Salavessa, as hortas mais antigas são conhecidas pelas “Hortas da Salavessinha”. Com os anos, o Monte da Salavessa começou a crescer; o mesmo não aconteceu com os montes vizinhos, que frei António refere e que hoje se encontram desabitados. O Monte de rolo e o Monte do Pego estão desabitados há mais de 100 anos. O Monte do Pombo foi abandonado em 1978 sendo as últimas pessoas a habitá-lo, o senhor Mário Correia, com a sua mãe e esposa, respectivamente, Maria da Graça e Maria Joana.

Em Salavessa existia já uma ermida, embora no século passado apenas fosse sacristia. De tempos a tempos o padre deslocava-se de Montalvão e ao chegar tocava uma campainha que se ouvia em Salavessinha, os seus habitantes comunicavam com os do Pego tocando um forte búzio, era chegada a hora da missa. Em 1921 ainda se ouvia uma campainha, tocada pelos garotos, que percorriam as ruas da povoação convidando os salavessences para a missa. Os habitantes do Pego, juntar-se-iam provavelmente aos de Salavessinha deslocando-se em conjunto através de um caminho, na altura público. Este caminho, que se perdeu há muitos anos, atravessava a Tapada da Neve e terminava ao fundo da Rua do Santo onde se encontrava a capela. Diz-se ter sido um Sr. Louro, homem rico, que o mandou tapar para que não lhe atravessassem os terrenos. Na época ninguém se atreveu a constatar tal atitude.

É a partir da segunda metade do século XX, que o salavessense ou salavitano parte para a “aventura”, emigra para todo o mundo, enquanto outros começam a estudar, apesar das muitas dificuldades. Como emigrante teve muitos problemas, são exemplos, a língua, a falta de dinheiro e de trabalho. França, Inglaterra, Alemanha e Rússia foram alguns países escolhidos no continente europeu. Em África e na Ásia estiveram em todas as ex-colónias portuguesas, enquanto outros optaram pela América do Sul.

Refiro o termo “Salavitano”, porque apesar de não ser esta a palavra actual para designar o habitante de Salavessa, quando se ergueram as primeiras casas, algumas pessoas mais cultas escreviam Salavessa com (ç) deste modo, não seria incorrecto o termo “salavitano”.

Ainda em relação ao nome de Salavessa, vejamos outras considerações:

O Dr. Manuel Lopes Louro, natural de Salavessa, dizia que a palavra Salavessa, poderá ter sido, originariamente nome de pessoa, uma vez que o apelido existe em Castelo Branco, não tendo no entanto os indivíduos nada de comum com a povoação. Também António Augusto de Jesus, que durante alguns anos permaneceu na aldeia, tentou saber a origem da palavra Salavessa, retirou-lhe o "S" inicial devido à elocução da língua e colocou-a no árabe. Nada de concreto se conseguiu.

O toponomista António Augusto Batalha Gouveia escreveu palavras sobre a origem do termo Salavessa, diz que é único no nosso país, de origem germânica, sendo formado pelos temas SALA e VESSA.

A palavra SALA deriva do antigo alemão “sala” que por sua vez é um heterófono do termo frâncico “halla”, que no alemão derivou “helle” (claridade, luz). “Halla” (luz) implica uma referência a uma das mais antigas crenças religiosas da humanidade, o Bramanismo. O rito bramânico, tinha como fim acalmar os espíritos malignos, tendo em vista permitir ao Astro-rei uma ascensão liberta de obstáculos. Este rito era efectuado num terreiro mais ou menos redondo onde ardiam três fogos, o “dominical”, o “meridional” e o “ofertório”. Os Brâmanes acreditavam que se deixassem de praticar este ritual, o Sol nunca mais se levantaria. Este culto de fogo, que remonta ao 2º milénio a.C. e que regeu a vida sociocultural do Indostão (região da Índia, desde o Delta do Ganges até ao Punjabe) durante séculos, propagou-se nos povos europeus.

Os chefes da antiga Grécia construíram nos seus palácios grandes salas rectangulares, tendo ao meio uma vasta lareira redonda onde ardia o fogo sagrado. Esta sala, era conhecida pelo nome de Megaron, palavra formada no grego Mega “grande” e em “araunu”, de origem mediterrânea, à letra, “altar” (ara). No português a palavra “ara” designava um altar grande, só mais tarde, a palavra ara, se especializou no sentido de “altar ao nível do chão”. Esta palavra desdobrou-se no latim em “área”, evoluindo em português para eira.

Quanto ao termo “VESSA” é o aportuguesamento do antigo alemão “Wazzar”, hoje “Wasser”, que significa “água”.

Assim, para o toponomista António Gouveia, Salavessa encerrava, aquando da sua atribuição, o sentido de “TERRENO DO ALTAR DA ÁGUA”

DESCRIÇÃO CIVIL E MILITAR³

CELAVESSA OU SALAVESSA

De acordo com os manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1803-1806) da autoria de António Pedro Vicente e publicado pelo Centro Cultural Português em Paris da Fundação Calouste Gulbenkian, “ Há no termo da villa de Montalvão dois lugares ou povoações que são a de Celavessa ou Salavessa, e o do Monte do Pombo.

Celavessa tem 41 fogos e 146 almas. Este lugar fica numa lagoa de Montalvão na charneca que medea entre os ribeiros de Pevetro e Ficalho, os quais correm para a parte de Vila-Velha entre o Tejo e a Serra de S. Miguel.

Este lugar é composto de pequenas casas rusticas irregularmente situadas num terreno escabroso.

Há um de Montalvão que sai pela rua de S. João, e toma logo à direita por entre as tapadas da Villa, atravessa depois os regatos do Mártir e arrafaneiros que ambos Formão o de Ficalho, e sobe depois aos altos da charneca de Val-de melhorado, aonde se reúne com outra estrada de carretas que vem de Nisa, e percorrendo a planície desta charneca desce depois para chagar a Celavessa.

Este caminho só tem alguns bocados ruins atravessando as quebradas dos Regatos sobreditos, os quais estão secos quase todo o ano.

³ Manuscritos do arquivo histórico de Vincennes, referentes a Portugal (1803-1806), Fundação Calouste Gulbenkian 1972.

Caminhos de Besta

Há vários atalhos que de Montalvão saem para Celavessa, os quais todos porem se reúnem ao caminho de carretas antes Povoação. Estes caminhos são difíceis e escabrosos, atravessando as quebradas dos Ribeiros sobreditos.

Depois do confluente dos Ribeiros do Mártir e Arrafaneiros, há sobre o Ribeiro de Ficalho uma pequena ponte de pedra perto da estrada de carretas, e a qual serve só para gente de pé e cavalgaduras; mas actualmente se acha arruinada e impraticável.

***B) DESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO
DA SALAVESSA***

AS PRIMEIRAS OBRAS

Salavessa esteve muitas dezenas de anos sem o mais pequeno benefício, com caminhos quase intransitáveis, muitos dos quais apenas veredas.

Uma das primeiras obras realizadas foi um pontão no ribeiro de Fiverlo em 1861. Construindo-se as vigas mestras em madeira de eucalipto da Catraia - Serra de S. Miguel. A ponte veio satisfazer uma grande necessidade da população. Nos invernos mais rigorosos não se podia sair, a não ser para Montalvão, estando as comunicações cortadas quer para Nisa quer para Vila Velha de Rodão.

A partir da década de vinte surgiram algumas construções mais significativas mandadas realizar pela câmara com o contributo da população.

De 1920 a 1922 realizaram-se duas grandes obras, sendo o cemitério a primeira. Em Salavessa nunca se sepultou ninguém na igreja e adro não havia, deste modo os falecidos iam para o cemitério de Montalvão a 9 Km. A meio do percurso era costume parar-se numa fonte para descansar, que ainda hoje se chama Fonte dos Defuntos. Foi também na década de vinte que se construiu o edifício da escola primária.

Em 1929 surge o “correio” – Salavessa – Pé da Serra, realizado por uma miúda chamada Elvira que ganhava 1\$50 por dia. Aproveitando a ocasião, os rapazes começam a escrever às raparigas, enquanto cumpriam serviço militar. É ainda nesta altura que um “velho” aposentado se propõe carteiro voluntário. Quem tinha carta para mandar, dava-lhe uma pequena quantia; era o Ti João Metildes, o “Veredas”.

Antes desta data eram os moleiros os responsáveis pela correspondência, uma vez que se deslocavam à povoação à procura de trigo, o atraso era quase sempre significativo.

Em 1941 foram feitas as calçadas, até ao cimo da Rua Nova, a partir daí só recentemente se procedeu ao calçetamento. Antes desta data existiram outras calçadas muito diferentes. A pedra que as constituía era o xisto o que com o pisar dos carros, das pessoas e dos animais, se tornava muito incómodo.

Estas calçadas contribuíram para o desaparecimento dos fornos de cozer pão. Na aldeia existiam sete “fornos de rua” que só coziavam aos sábados. Por esta razão, as famílias só tinham pão fresco de oito em oito dias.

Em 1948, as estradas que davam acesso a Salavessa não eram as melhores e os arranjos que se realizaram não alteravam esta situação. A partir de 1957 iniciou-se a construção da estrada Montalvão-Salavessa, onde cada trabalhador ganhava 17\$50 por dia e em 1960 iniciam-se os trabalhos da estrada Salavessa – Pé da Serra.

Em 1955 instalou-se o primeiro telefone, antes desta data, quem quisesse telefonar, tinha que se deslocar a Vila Velha de Ródão ou a Montalvão.

No ano de 1974, outro benefício de grande valor chegou a Salavessa, a luz eléctrica e ainda na década de setenta o saneamento básico.

O caminho público do Salgueiral, que muito beneficiou a população, surgiu em 1979. Outro trabalho recente e muito apreciado foi o desnivelamento das águas em alguns caminhos públicos, onde em tempo de chuva o acesso era bastante difícil.

Ao longo do tempo, principalmente nas últimas três décadas, Salavessa tem vindo a perder população, os salavessences procuram noutros locais melhores condições de vida e outro trabalho que não a agricultura. Se nos censos de 1940 a aldeia contava com 623 habitantes, em 1992 este número não atingiu as duas centenas de população residente.



Fig. 4 - Fontanário (1979)

O INÍCIO DA ALFABETIZAÇÃO

No ano de 1885, a aldeia era praticamente analfabeta. Nesse mesmo ano, um indivíduo do concelho de vila Velha de Rodão que casara com uma salavessence tentou resolver alguns problemas. Chamava-se José Pereira, “O Maneta”, sempre que surgia algum documento, era ele quem se encarregava de o ler. À noite, ao regressar do trabalho, tinha sempre um grupo de pessoas à sua espera para que lesse uma carta ou documento.

Mais tarde, surgiu uma senhora, D. Aurora, que ensinou a alguns as primeiras letras.

Em 1914, chegou a Salavessa um indivíduo de nacionalidade portuguesa, mas que ficou conhecido por “Alemão”, era professor e político, falava muito sobre a primeira guerra mundial que se iniciara na altura. Referia com frequência que a Bélgica fora esmagada pela Alemanha. Por esta razão, a rua onde morava, adquiriu o nome de Rua da Bélgica. – “ Para onde vai?”, perguntavam-lhe. – “ Vou para a Bélgica”, respondia. A designação de Rua da Bélgica manteve-se até aos nossos dias.

Dois anos antes, chegara a Salavessa António Augusto de Jesus, dizia ser natural de Lisboa e filho de Paiva Couceiro com uma mulher de rua. Desertara do serviço militar e como herdara alguma dinheiro, viajara para Itália, aí gastou todas as suas posses e foi no regresso a Portugal que casualmente encontrou esta aldeia. António Augusto de Jesus contava que o regresso a Portugal fora particularmente difícil, tendo conseguido chegar devido à boa vontade de alguns condutores. Vindo de Montalvão, ao passar pela fonte da Charneca, informou-se se Salavessa ainda ficaria longe. Os homens indicaram-lhe o caminho, conduzindo-o a um alto de onde ele avistou a povoação.

Quando os salvesences o viram chegar de fato roto e barba esqualida, temeram-no. António Augusto de Jesus propôs-se ensinar as crianças a ler e acabou por ser aceite. Mas o novo professor seria preso e transferido para África, onde cumpriria a sua pena. Em Salavessa ensinou muitas crianças a ler, preparou-as para o exame da 3ª classe. Quando o levaram preso as crianças acompanharam-no até ao ribeiro de Fiverlo e ali permaneceram até ele desaparecer. Já em África, escrevia para alguns amigos, numa das cartas, enviou um desenho junto ao Fiverlo, despendido-se do seu mestre.

Depois da pena cumprida, voltou a Salavessa, que considerou como terra natal; a população recebeu-o de braços abertos e ele cheio de regozijo cantava.

Aqui continuou a ensinar, até que, se construiu uma escola e apareceram em Salavessa os primeiros professores formados. António Augusto de Jesus deixou definitivamente a aldeia, afirmando-se sempre um salavessence de coração.

A ESCOLA PRIMÁRIA

A escola primária de Salavessa foi construída em 1922.

Criada pelo decreto de 19 de Julho de 1924, publicado no Diário do Governo n.º 172 de 25 de Julho de 1924.

A documentação relativa a esta escola é escassa e os dados estatísticos são poucos e muitos dispersos. No ano lectivo de 1932/1933, esta instituição acolheu 51 alunos, sendo 31 do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

Apenas tinha uma sala com quarenta metros quadrados de área, este edifício existe ainda hoje, no entanto o reduzido número de crianças não justifica o seu funcionamento.

Em Nisa, na Escola Primária do Convento, existe um documento datado de 24 de Outubro de 1936. Nesta brochura, a professora oficial em Salavessa, Joaquina do Carmo, respondia a algumas questões.

Neste ano, a escola possuía um pátio coberto para recreio, não tinha biblioteca, gabinete para professores ou casas de banho. Apesar desta situação, a professora Joaquina do Carmo referia que as condições higiénicas do edifício eram boas.

Relação do material escolar a 24 de Outubro de 1936:

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------|
| ➤ 4 carteiras (novas) | ➤ 9 tinteiros em louça (bons) |
| ➤ 9 carteira (concertadas) | ➤ 1 contador (velho) |
| ➤ 4 bancos (novos) | ➤ 4 mapas (bons) |
| ➤ 1 armário em madeira (novo) | ➤ 13 pensamentos (bons) |
| ➤ 1 secretária usada (boa) | ➤ 4 medidas pequenas (novas) |
| ➤ 1 secretária concertada (boa) | ➤ 1 quadro em ardósia (novo) |
| ➤ 1 cadeira fina (boa) | ➤ 1 quadro em madeira |
| ➤ 2 cadeiras toscas (novas) | |

No ano lectivo de 1975/1976, já com um número muito reduzido de alunos, terminou a instrução primária em Salavessa, sendo professora Ana Angelino Mirrado.

De acordo com dados fornecidos pelo professor Dioniso Cebola, ex-Director Escolar do Distrito de Portalegre, a seguir apresenta-se o recenseamento escolar da aldeia de Salavessa desde 1928/29 até 1975.

Salavessa

Recenseamento Escolar

(desde 1975/76 deixou de haver escola)

Quadro 1

Ano Lectivo	Rapazes	Raparigas
1929/30	26	29
1934/35	36	27
1939/40	25	35
1945/46	22	18
1950/51	22	28
1954/55	83	84
1959/60	24	28
1964/65	16	17
1969/70	11	8
1974/75	12	4



Fig. 5 - Escola encerrada desde 1975/76

A RELIGIOSIDADE

Culto a São Gregório

São Gregório Magno é o padroeiro de Salavessa e a sua veneração é muito antiga. Na referida carta a Frei António, de 24 de Abril de 1758, são feitas referências a São Gregório e a São Jacinto:

“ ... fora da villa tem igreja do Espirito Santo, (..) tem mais no monte de Salavessa outra igreja com um só altar de Sam Gregório e Sam Jacinto e tem capelão a quem pagão os moradores daquele monte; e as rendas, que tem as gastam com o adorno da igreja e os Santos della...”

Em Salavessa, as festividades em honra de São Gregório Magno realizavam-se no segundo Domingo após a Páscoa. Com a década de sessenta e como consequência da saída de muitos salavessences, os dois dias de festa, com missa, procissão e baile deixaram de se realizar.

A sua comemoração litúrgica tem lugar a 17 de Agosto.

Culto a São Jacinto

Segundo a sabedoria popular, em 1902 a povoação sofreu uma grande invasão de gafanhotos, acontecendo o mesmo noutras localidades vizinhas. Nada os detinha e o flagelo repetiu-se por três anos consecutivos.

Os salavessenses fizeram então uma promessa a S. Jacinto: se a praga desaparecesse far-lhe-iam uma festa religiosa em sua honra. A praga desapareceu e a festa realizou-se, surgindo apenas um obstáculo, a banda de música. Sabia-se que a

banda de Marvão era uma das mais creditadas na altura, mas a deslocação a Salavessa constituía um problema.

O festeiro Manuel Lopes, lavrador da aldeia, solicitou ajuda a várias pessoas, mas em vão, todos recusaram. A preocupação aumentava com o aproximar do dia da festa. Foi então que chegou João Gordo, vindo de Elvas onde cumprira serviço militar, e se prestou a tal missão. Na época a população considerou-o um verdadeiro aventureiro. A resposta da banda de Marvão, aguardada com ansiedade, foi positiva e no terceiro Domingo de Agosto do ano de 1905/6, Salavessa recebia pela primeira vez uma banda de música. A recepção foi feita por todo o povo de Salavessa, bem como muita gente das povoações vizinhas, reunindo-se ao cimo da rua do Sobreirinho.

A música chegou, a alegria e a emoção generalizaram-se e enquanto a banda percorria as ruas, nem as galinhas tiveram tempo de se refugiar, foram então à frente da banda até ao fundo da aldeia, partindo alguma loiça sempre que encontravam alguma porta aberta.

Ainda hoje, no terceiro Domingo de Agosto a festa em honra de S. Jacinto se realiza e é bem visível o carinho de todos os salavessenses pelo santo.

Culto a Santo António

Na capela encontra-se também a imagem de Santo António. Foi transferida para esta Igreja por volta do ano de 1877, proveniente da capela com o mesmo nome, situada a Sul da aldeia hoje em minas.

Com a imagem de Santo António em Salavessa, a população continuou a realizar uma festa em sua honra. Esta tinha lugar na segunda feira de Páscoa e terminou por altura da festa de São Gregório. Surgem duas versões quanto ao dia da comemoração: primeiro, por ser na Segunda feira de Páscoa que a antiga romaria se realizava (sendo também nesse dia que o padre se deslocava a Salavessa para confessar); segundo, porque foi numa Segunda feira de Páscoa que os salavessenses trouxeram o santo para a aldeia, numa altura em que os habitantes do Pé - da Serra pretendiam a imagem.



Fig. 6 - Culto cada vez mais raro

ELEMENTOS ETNOLÓGICOS

O Namoro e o Casamento

Era nos bailes que os rapazes tinham por hábito pedir namoro às raparigas; sendo frequente o conselho dos pais, que lhes indicavam qual a rapariga que mais lhes convinha. Muitos concordavam com esta indicação. Normalmente já se sabia se a rapariga aceitava, pois as respectivas mães já tinham conversado a esse respeito.

Depois do “acordo” afirmado entre os jovens, estes começavam a conversar nos bailes; após alguns meses, e apenas aos domingos, começava o namoro à porta. A partir desta altura o rapaz pedia autorização ao futuro sogro para entrar em casa. A autorização era concedida e com o decorrer do tempo, já ia também à Quarta feira.

No início deste século, a maior parte das casas de Salavessa possuíam apenas cozinha e um quarto de cama, onde dormiam pais e filhas; dormindo os rapazes nos palheiros, o jovem e a namorada raramente estavam sozinhos. Ao serão, o rapaz falava das vacas do patrão, das ovelhas e do seu trabalho no campo. Esta dissertação costumava durar duas horas, fim da qual era convidado a sair.

Na década de vinte raramente as jovens faltavam ao baile, uma vez que só enquanto dançavam podiam conversar com os namorados.

Como se depreende, o namoro estava sujeito a normas muito rígidas. Se depois da década de vinte houve uma pequena evolução foi nos anos sessenta que se deram transformações mais significativas.

Competia aos pais do rapaz “pedir” a mão da noiva para o filho, combinando-se então a data do casamento. A cerimónia realizava-se quase sempre em Setembro de um modo geral, só os mais abastados se casavam, em princípios de Novembro.

No início deste século, os convites aos familiares faziam-se cinco dias antes do casamento; os pais dos noivos juntavam-se à noite, vestiam um gabão e chapéu de abas largas e sempre na presença dos dois casais, convidavam os familiares e amigos.

Na véspera do casamento, os noivos realizavam o último baile de solteiros. A meio deste baile, as madrinhas da noiva iam buscá-la a casa e esta chegava entre as duas. Se não dançava, sentava-se entre as madrinhas, caso contrário dançava com o seu futuro marido. Era também nesta altura que duas raparigas lhe dedicavam algumas canções. No fim do baile, as madrinhas levavam novamente a noiva para casa dos pais.

Até à década de trinta, os casamentos eram celebrados em Montalvão.

Em 1939 iniciaram-se os casamentos em Salavessa, o primeiro foi o de Isabel Maria do Rosário e João Henriques. Em Montalvão, o último a realizar-se foi o de Fortunato e Maria Joaquina. No regresso a Salavessa lançavam-se alguns foguetes ou tiros de espingarda para anunciar à povoação que o casal já tinha regressado.

FESTIVIDADES

Touradas

Os salavessences, em tempos não muito recuados, também se dedicavam à tourada.

Em 1870 fizeram-se as primeiras touradas no terreiro e ainda hoje, ao fundo da Rua da Fonte, lhe chamam o “Touril”. Nesta época, era costume agarrar a rês, quando esta saía do touril. Se era forte, eram dois indivíduos, um de cada lado, colocavam-lhe um braço no pescoço e outro no corno, todavia este hábito não durou muito tempo. Um outro hábito da tourada, consistia em colocar uma espécie de coceira ou colar nas vacas, colares esses, feitos pelas raparigas solteiras que depois os mandavam colocar nos animais mais difíceis de “pegar”. Ao indivíduo que conseguisse concretizar a sorte, era-lhe oferecida o dito objecto, que este orgulhosamente usava em dias de festa.

Nos primeiros anos deste século, os “Ribeiros”, “Anastácios”, um indivíduo de nome Joaquim Valente e outros dedicavam-se muito a touradas. Toda a população se entusiasmava principalmente se a banda de música estava presente, na arena todos eram muito unidos, as relações cortadas não existiam mas sim um grande espírito de ajuda.

Em 1951 e devido a questões burocráticas, as touradas terminaram em Salavessa.

Lume de Natal

Esta tradição pagã ainda se mantém em Salavessa, fazendo na noite de Natal um grande lume, à volta do qual todos se reúnem...

Na véspera do dia vinte e cinco, os jovens juntavam-se e deslocavam-se ao campo à procura de grandes troncos de árvores, que depois deslocavam em carros de bois, dirigindo-os quase sempre para o largo principal. Os rapazes adultos lançavam fogo aos madeiros, enquanto os mais novos queimavam archotes pelas ruas.

Por volta da meia noite, juntavam-se novos grupos e preparava-se uma refeição, normalmente comia-se um cabrito. Também nesta noite e apenas nesta, era hábito cantar-se uma cantiga, a "Moda da Zabumba".

Na manhã do dia de Natal, os rapazes voltavam a juntar-se para de porta em porta pedir filhós, fazendo-se acompanhar de uma zabumba e de um harmónio, é evidente a semelhança com as "Janeiras".

De todos estes costumes, actualmente apenas se realiza o lume de Natal.

Fogueiras de São João

Pelo São João acendiam-se as fogueiras. Os rapazes cantavam em grupo pelas ruas, enquanto as raparigas cantavam o S. João, fazendo-se acompanhar de almofarizes.

Já de madrugada os jovens salavessences costumavam trocar os vasos dos craveiros às namoradas levando-os de janela em janela.

Estes hábitos terminaram no início da década de quarenta.

Cavalcadas

No dia de S. João costumavam os salavessences juntar-se no largo principal nas suas montadas. Galopavam pelas ruas da aldeia fazendo grande alarido, de quando em quando paravam de cantar. A animação permanecia até à noite, altura em que se realizava um grande baile.

Era tradição os pastores oferecerem o leite, de um dia de ordenho, às crianças, que se reuniam à porta da igreja, na manhã do dia de S. Pedro. Este hábito terminou por volta de 1912. Nesse dia as "cavalcadas" voltavam quase sempre a sair à rua; era ainda nesta altura que os pastores terminavam ou celebravam contrato com o patrão

Carnaval

O dia mais agitado era a Terça feira de Carnaval. Ao meio dia todos se juntavam no Largo do Santo e todos podiam entrar na brincadeira. Começavam por lançar farinha uns aos outros, ficando completamente brancos. Depois procedia-se à queima de pedaços de cortiça onde os rapazes esfregavam as mãos para sujar a cara às raparigas. Estas procediam da mesma forma e todos passavam de branco a pretos.

Uma outra brincadeira consistia no seguinte: os rapazes queimavam pedaços de tomentos, correndo com eles para as raparigas, na tentativa de os colocarem debaixo das saias. Elas por sua vez brincavam, dizendo que lhes queimavam o cabelo, tudo isto causava um grande alvoroço na multidão.

O baile de Terça feira terminava à meia noite, aproximava-se um período de meditação e sacrificio - a quaresma.

No inicio da década de cinquenta terminaram estas festividades e hoje em Salavessa o carnaval praticamente não existe.



Fig. 7 - Largo onde se celebravam as festas (não se celebram desde 1998)

A AGRICULTURA

Nesta aldeia sempre se viveu da agricultura e esta actividade condicionava toda a população, umas vezes pedindo chuva outras vezes responsabilizando-a pelas más colheitas.

A couve e a batata levaram o seu tempo a chegar. As couves eram adquiridas em Póvoa e Meadas em 1846 e as batatas chegaram um pouco antes. Diziam então os salavessenses que aquela hortaliça não se dava nas suas terras e às batatas chamaram-lhe “castanhetas”.

Em 1851, surgiu uma grande seca em toda esta região, as nascentes desapareceram, os campos já não produziam e alguns animais chegaram até a morrer. Recorreu-se então à Sr.^a da Graça, padroeira de Nisa; realizando-se uma procissão de Nisa-a-Velha para Nisa-a-Nova. Nesta cerimónia, as pessoas compareceram em elevado número, não só de Nisa como também de outras localidades vizinhas. Algum efeito se viu, após três dias de procissão as chuvas regressaram. Na época os pastores cantavam esta cantiga:

“ Já chove e vai chover
Já correm os ribeirinhos
Já os campos estão alegres
Já cantam os passarinhos ”.

Em 1917, sofreu esta região outra seca, embora não tão violenta como a anterior.

A agricultura esteve durante muitas décadas sem sofrer qualquer evolução e só nos últimos anos se modernizou um pouco; sendo as sementes e os adubos espalhados à mão e as ceifas de igual modo.

Em Salavessa as ceifas eram muito duras, os ceifeiros começavam quase sempre o seu trabalho, meia hora antes do sol nascer até anoitecer. O patrão obrigava o empregado a comer ao sol, mesmo que no local de trabalho existissem sombras. Em dias de muito calor, o trabalhador não suportava e sentado no restolho era obrigado a comer em poucos minutos.

Depois da ceifa, seguia-se a apanha do trigo para a eira. Este trabalho era realizado em geral pelas mulheres que apanhavam o trigo à cabeça, embora mais tarde já se utilizassem os burros para esse efeito.

A fase seguinte era a debulha e enquanto conduzia os animais na eira, o homem aproveitava para cantar uma cantiga, a chamada “Moda da Debulha”. Para que se recuperassem forças, a moda da debulha não se ouvia noutra altura do ano, mas em Julho, quem saísse para o campo, ouvia de certeza o guia dos animais cantar:

" Nalgum tempo era eu
Do teu prato a melhor sopa
Para agora ser um veneno
Que sai sempre da tua boca".

Também alguns invernos muito rigorosos deixaram a sua marca nas colheitas. Sem dúvida que muitos terão ocorrido, mas informações colhidas de geração em geração, remetem-nos para o ano de 1823. O inverno foi muito rigoroso, as águas do Tejo e ribeiros adjacentes subiram muito, causando em todos enorme espanto.

Em 186, as águas do Tejo subiram mais seis palmos estando os barqueiros já preparados para retirar a Sr.^a Alagada da sua capela pois receava-se que a imagem pudesse desaparecer.

Em 1940, na véspera de São João, ocorreu em Salavessa uma trovoadas que causou grande pânico em toda a povoação. Foi tão intensa que ninguém pode regressar a casa pois os regatos não davam passagem. As searas de trigo e aveia ficaram completamente destruídos, sendo também atingidos dois muares.

Em 1941, foi a vez de um grande ciclone, a sua passagem foi assustadora e causou grandes prejuízos materiais, quebrando árvores e destruindo telhados inteiros.

Quanto às hortas, as mais antigas de Salavessa, são as chamadas “Hortas da Salavessinha”, a dois quilómetros da povoação para Oeste.

Na Barroca das Figueiras existiam as “De Trás das Hortas”; perto do ribeiro do Ficalho, a horta do mesmo nome e a do “Vale de Salavessa”. Também na Charneca do Refrós existiu uma muito antiga, que adquiriu este nome pelo facto do seu dono se chamar “Refrós”.

Salavessa foi muito rica em grandes olivais, sendo a produção de azeite muito significativa para uma pequena aldeia. Hoje por falta de mão de obra, grande parte da azeitona fica nas oliveiras.

Também os sobreiros atravessam um período difícil. As doenças e outros factores estão na base do decréscimo da produção de cortiça.

As figueiras desapareceram quase totalmente, estando a aldeia quase desprovida deste fruto, muito abundante até à década de cinquenta, sendo utilizado para produzir aguardente e na engorda de suínos.

Em 1937 a povoação possuía cerca de 600 ovinos e outros animais que ajudavam o agricultor no seu trabalho.

Nos nossos dias estes valores são muito diminutos sendo o envelhecimento e a diminuição da população residente a principal causa.

Fornos de cozer telha e tijolo

Nesta aldeia existiram alguns fornos de cozer telha e tijolo produzindo a chamada “Telha Mourisca” e “Tijolo de Burro”.

Todos os fornos eram orientados pelos salavessenses que conheciam a arte a fundo. A qualidade da argila e o próprio processo de produção não eram as melhores sendo difícil produzir com mais qualidade.

O cozimento era quase sempre feito à noite, pois o calor do forno, durante o dia e com o fumo intenso, tornavam este trabalho muito árduo. Os fagueiros, que ao relento alimentavam o forno, não podiam parar o serviço, mesmo quando a chuva era mais

intensa. Orientavam o lume no cimo do forno, tapando-o ou abrindo-o, consoante o atraso da cozedura e deixando de o alimentar, quando já não era necessário.

A caça e a pesca

Espécies como o coelho, a lebre ou a perdiz, eram muito abundantes nos terrenos de Salavessa, onde se reproduziam em grande escala. Mas com os primeiros anos da década de setenta estas espécies começaram a desaparecer, sendo hoje difíceis de encontrar. Primeiro foi a mixomatose, doença que vitimou muitos coelhos, desprovidos de visão tomavam-se presas fáceis para os seus predadores.

Hoje, o elevado número de caçadores, e a plantação de eucaliptos feita na altura da reprodução, são alguns dos factores que contribuem para o desaparecimento das espécies.

Nos anos de 1936/38, as autoridades admitiam a captura de raposas, milhafres, lagartos, dando até dinheiro aos que apresentavam cascarrões de ovos de perdiz, deste modo os coelhos reproduziam-se com mais abundância.

Os lobos, que actualmente já não encontramos, originaram problemas em 1931. A povoação viu-se obrigada a declarar-lhes guerra; os ataques a rebanhos tornaram-se frequentes, chegando a matar burros e um poldro no sitio da Tapada das Pedras, a Norte. Algum efeito se viu, mataram-se três e se mais havia desapareceram. Passados quase trinta anos, voltaram a aparecer em 1958, sendo novamente repelidos. Quanto ao javali, reapareceu em força nos últimos anos, causando enormes prejuízos aos agricultores..

Na pesca, o rio Tejo, o ribeiro de Ficalho e Fiverlo são os que mais se destacam. Num passado não muito longínquo, a pesca era o principal modo de vida de algumas famílias, actualmente já ninguém vive exclusivamente desta actividade.

Em tempos já recuados, o Fiverlo que corre a 1 km a Sul, beneficiou muito a povoação, pode-se dizer que era o lavadouro de Salavessa.

Era também neste ribeiro que as mulheres preparavam as meadas de linho, sendo depois levadas para os teares, onde se fabricavam peças de pano para vestuário.

O caudal do Fiverlo, era abundante em peixe de muito boa qualidade devido às imensas pedras e cascatas que existiam no seu leito. Os seus diques não possuíam comportas ao nível das águas, o que permitia ao peixe percorrer todo o ribeiro.

Actualmente isto não acontece, não sendo por isso possível, uma maior reprodução das espécies e uma melhor qualidade de água.

No Fiverlo existe ainda um velho moinho. No seu interior existem duas datas gravadas na pedra, sendo uma de 1853. Todavia o moinho, único no Fiverlo, deverá ter sido construído em 1798.

Hoje o edifício da antiga Escola Primária é sede de reunião de caçadores vindos especialmente do norte do País, e que vão comprando algumas das muitas casas abandonadas.

Quanto à pesca, poucos habitantes ainda se dedicam a ela, fazendo-o no Rio Tejo.



Fig. 8 - Lagar em Ruínas

C) A SALAVESSA DE HOJE

A placa indica Salavessa, pequena povoação da freguesia de Montalvão e do concelho de Nisa. Logo de seguida fica o cemitério com o seu portão semi-aberto e enferrujado, o único local da aldeia que foi recentemente ampliado.

Dali até à aldeia a estrada alcatroada termina numa longa rua empedrada, que já não tem saída para outro e qualquer destino.

Ao longe as montanhas entrelaçadas de azul, vão tocar na longa cova, chamada Vale do Tejo.

Quando passamos na longa rua empedrada, a maior parte das portas estão fechadas e das poucas que se abrem, aparecem mulheres idosas vestidas de preto, atraídas pelo barulho da viatura. Um cão pouco habituado a automóveis, espreguiça-se no meio da rua, para lentamente se levantar.

É um mundo de velhos e de angústia sem remédio. Desliza aqui à minha frente, submerso e apático, entre a noite das noites e a cruel indiferença dos poderes. Como uma visão alucinada, um grito transparente de solidão, ou tão só vozes caladas no silêncio, na grande rua desta aldeia, onde as casas fechadas evocam a revelação das suas próprias paredes; é o bolor e a humidade à face da pedra mas não só isso; penetra profundamente na vida das mudas e insones criaturas que ainda por lá vivem, quase sem desejarem direitos ou esperanças. Sente-se a voz ausente da solidariedade dos homens do poder. Salavessa no dealbar do novo milénio. Ano 2000.



Fig. 8 - Ruas Desertas

Da prolongada vivência da aldeia e percorrendo a longa rua empedrada, a Escola fechada em 1976 e transformada num local de encontro de caçadores, os quatro lagares estão todos encerrados e em ruínas, todas as profissões desapareceram, mantendo-se somente uma padaria (que fabrica o célebre pão da Salavessa para outras localidades) com cinco trabalhadores, quatro dos quais vindos da sede da Freguesia Montalvão e o único trabalhador da Salavessa vai-se reformar. O dono prevê mudar o fabrico de pão para Portalegre. A festa anual em honra de S. Jacinto que se celebra em Agosto, que juntava centenas de Salavessences, já não se realiza desde 1998. Dos 742 habitantes dos anos 60, existem neste momento 141, assim distribuídos:

Anos	0	→	10	:	3 a)		30	→	40	:	2 d)
	10	→	20	:	6 b)		40	→	50	:	8 e)
	20	→	30	:	3 c)		50	→	60	:	6 f)
							+60	→		:	113 g)
											141

- a) Frequentam o Ensino Primário em Nisa.
- b) Frequentam o Ensino Preparatório em Nisa.
- c) Sem profissão. Trabalham nos POCs em Nisa.
- d) Têm trabalho eventual nos POCs em Nisa.
- e) São todos trabalhadores da Câmara de Nisa.
- f) 1 recebe rendimento mínimo, 1 tem trabalho eventual, 3 recebem subsídio de desemprego e 1 é empresário.
- g) 105 são pensionistas, 1 trabalha na padaria e 7 trabalham no campo.



Fig. 9 - Assembleia de mulheres

Dos 105 pensionistas, 23 recebem apoio domiciliário do lar da Misericórdia de Montalvão.

Existem na Salavessa 44 pessoas viúvas (33 mulheres e 11 homens) que vivem sozinhos, para além de 6 pessoas solteiras (3 homens e 3 mulheres). Das 244 habitações existentes, 151 estão desabitadas e algumas já em estado de ruína e 93 habitadas. Encontram-se dezenas de casas à venda, a preços baratos, mas ninguém as quer comprar.

Cafés-tabernas existem duas, mas normalmente só um está a funcionar.

Em 1977 abriu um posto clínico, a que o médico se desloca cada vez menos, apesar das carências de saúde da população envelhecida, sendo as suas idas de cerca de uma vez por mês, sem carácter certo.

Em 1999, a Câmara de Nisa e a Junta de Freguesia de Montalvão receberam em doação uma casa que transformaram em centro de convívio, onde durante a parte da tarde se joga às cartas e dominó. Porém existem muitos idosos que por razões que não nos quiseram explicar não entram nem frequentam o centro de convívio.

Existe também uma Associação de Caçadores com pessoas da Salavessa e de Abrantes, que praticam caça grossa e que reúnem esporadicamente na antiga Escola.



Fig. 10 - Café: centro de encontro de idosos



Fig. 11 - Centro de Convívio (1999)

Alguns vendedores ambulantes visitam a aldeia para vender queijo, peixe, fruta e mercearias. O culto religioso é esporádico e só aparecem mulheres, todas as tradições acabaram e há muitos anos que não se celebram casamentos, nem nascem crianças.

O círculo torna-se vicioso e fácil de explicar: a falta de condições para cursos, estudar e arranjar emprego é enorme e provoca o abandono dos jovens, que fogem para as cidades em busca de oportunidades. Sem jovens acabaram os casamentos e os nascimentos; a população envelhece e estagna sem poder de compra, ninguém investe e mesmo que o queira fazer não terá quem trabalhe (o caso da padaria).

Nas conversas que mantivemos com os poucos habitantes, quase todos os idosos tinham pouco tempo para as entrevistas informais, porque o tempo que têm é para conversar com os vizinhos. Os olhares dos Salavessences quase não brilham. Esta gente parece que faz parte do museu do passado. Muitos fogem às fotografias, recusam dar elementos decorativos e os que acedem dizem-nos que são felizes, que aqui têm reforma, que têm luz, água e telefones, que a única preocupação é a felicidade dos filhos e dos netos que estão longe.

Dizem-me que a Salavessa não tem futuro e que quando morrerem a aldeia acaba.

Vivem para a carta que todos os meses lhes traz a reforma e para as notícias de emprego, de compras de casas e de automóveis dos filhos, netos ou sobrinhos que estão nas grandes cidades.

Ficaram só aqueles que por esta ou aquela razão não puderam partir. Ninguém quer a terra, ninguém a ama. E toda ela se tornou mais árida e dramática, despojada de humanidade, calvário que seres torturados se cansaram de percorrer.

E partiram, quase todos, sem retorno, sem saudades de uma coisa que lhes gastava a vida e não tinha presente nem futuro.

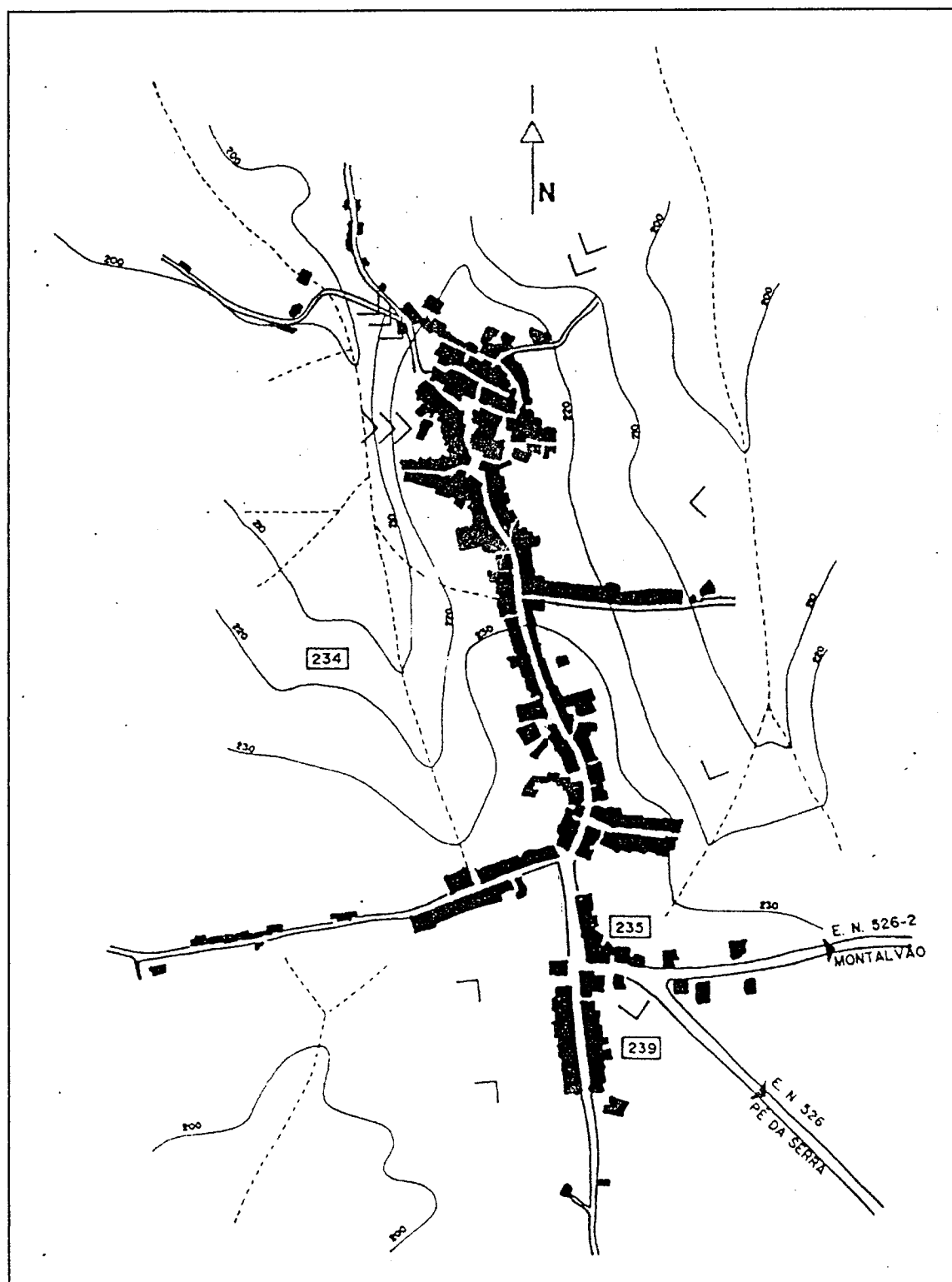


Fig. 12
Assembleia
de homens



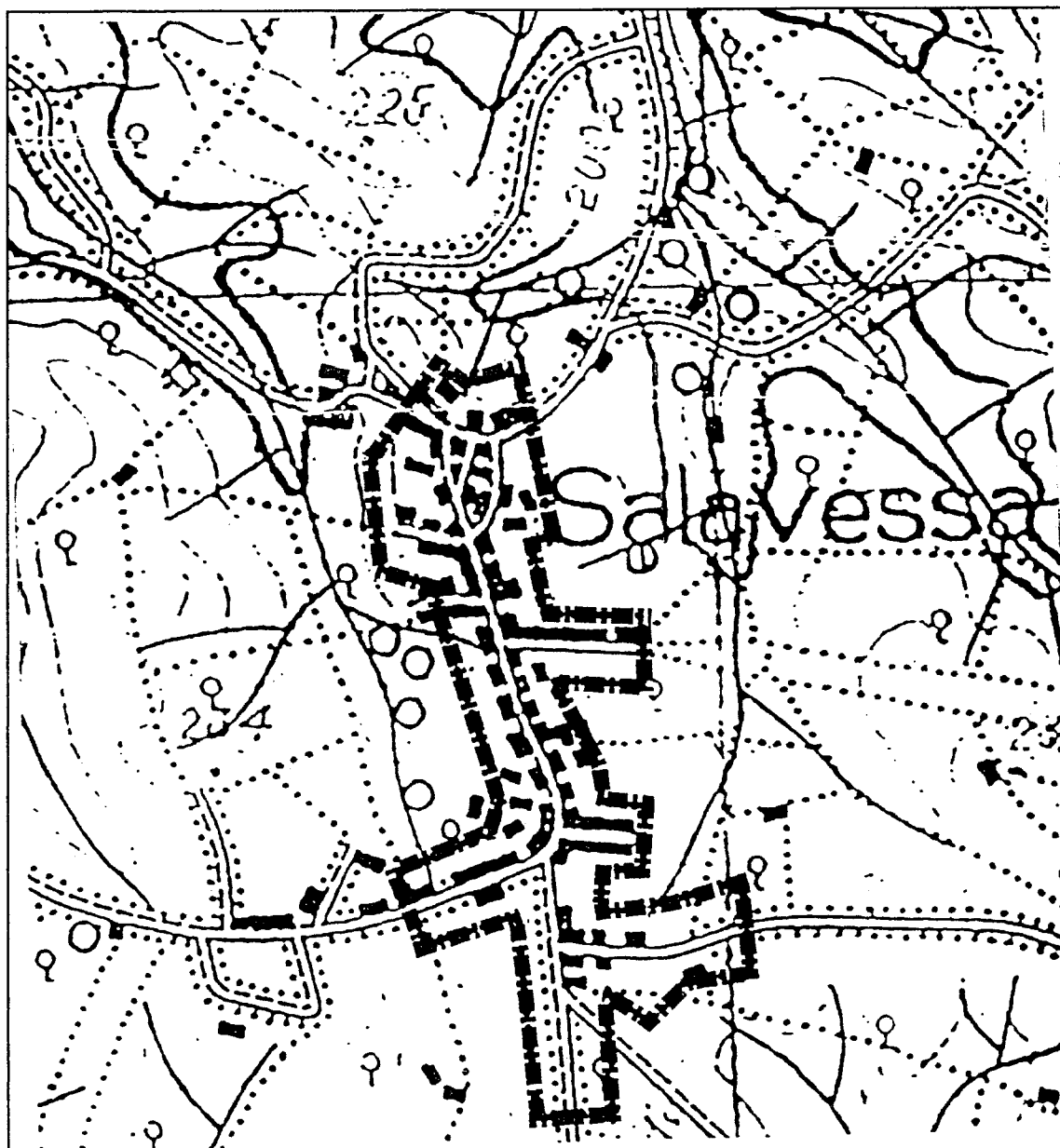
Fig. 13
Posto
Clínico
(1979)

Mapa 3



Salavessa: Caracterização Física e Acessibilidade
Fonte: Plano Director Municipal de Nisa

Mapa 4



Carta de Ordenamento do Aglomerado da Salavessa
Fonte: Plano Director Municipal de Nisa

III CAPÍTULO

HISTÓRIAS DE VIDA

A) A PENÚLTIMA PARTIDA

B) OS FILHOS DE DOMINGOS

C) SEM SAUDADES

D) VOLTAR ATÉ QUANDO...

A) A PENÚLTIMA PARTIDA

Nasci numa casa humilde da Rua do Canto, em Salavessa, no dia 28 de Dezembro de 1951.

Os meus pais eram trabalhadores rurais, nascidos e criados nesta terra, fazendo o mesmo que toda a gente fazia; durante a semana trabalhando de nascer ao pôr do Sol, e nos domingos cultivavam umas pequenas hortas que nós possuíamos.

Até aos sete anos, brinquei como todas as crianças da minha idade. Em 1958 entrei para a Escola Primária, tendo sido sempre um dos melhores alunos. Naquela época éramos 54 alunos para uma única professora, situação que só se modificou a partir da 3ª classe, altura em que a escola foi reforçada com uma regente.

Fiz o exame da 4ª classe em 1962.

Estes anos da minha infância foram os mais felizes da minha vida.

Em 1963 fiz exame de admissão ao Liceu e à Escola Industrial e Comercial de Castelo Branco, tendo ficado aprovado em ambos; como tinha um primo que estudava no liceu, optei também pelo ensino liceal.

No 1º e 2º anos fui o melhor aluno da turma, tendo ficado no Quadro de Honra no 1º ano. Era o melhor aluno e ao mesmo tempo o mais mal vestido.

É neste momento que começam as minha primeiras interrogações sobre a sociedade e o mundo.

Nestes primeiros anos só saía de casa nos sábados e domingos à tarde. Nesta altura ainda tinha saudades da casa e da terra.

No terceiro ano começou o meu plano inclinado, passei chumbado a matemática. No 4ª ano reprovei a duas disciplinas, o que na altura implicava repetir o ano. Nunca mais tive vontade de estudar.

Em 1968, no 5º ano – foi o deslumbramento. Era o namoro que começava, os bailes, as festas, o bilhar, o cinema e, para minha desgraça, a bebida e a política.

Entregaram-me uma chave da casa onde estava hospedado. As noitadas sucediam-se.

Eram os ventos que sopravam da Europa. O Maio de 68 irradiava em todas as direcções. O movimento hippie alastrava. Salazar caía. Alguns colegas meus visitaram a Holanda, França e Bélgica. As notícias vinham em catadupa. A minha sede era insaciável.

Lia todos os dias o jornal “República”. As minhas “sebentas” eram a Seara Nova, o Tempo e o Modo, a revista Vértice e o Comércio do Funchal.

O meu cérebro fervilhava de ideias. A tropa aproximava-se. Só pensava numa coisa – fugir!

Em 69, Marcelo permite as primeiras eleições “livres”. As discussões sucediam-se por todos os lados. Colocavam-se cartazes que a Polícia rasgava. O Partido Comunista através da capa do MDP / CDE orientava as conversas. Era preciso criar uma grande frente de oposição ao regime.

Em Castelo Branco o Cine – Teatro encheu completamente numa sessão da Oposição. Lembro-me perfeitamente! Recebemos seis mil e quinhentos escudos da assistência.

Eram candidatos o advogado João Vieira, o escritor Alçada Baptista, o Megre e o José Rabaça.

Como aquilo era uma farsa completa, tivemos 280 votos aproximadamente.

Nesse ano chumbei por faltas, no seguinte tirei Letras e em 71 fugi para Lisboa, onde trabalhei nas obras durante um mês. O dinheiro que ganhava gastava-o na bebida e com putas. Fui obrigado a regressar a casa.

Estive vários meses praticamente sem fazer nada.

Durante os 8 anos que andei em Castelo Branco só ia a casa pelas férias do Natal, Páscoa, Carnaval e férias grandes.

Ia a pé de Salavessa até Vila Velha de Rodão, cerca de 10 Km, onde apanhava o combóio para Castelo Branco.

4 de Janeiro de 72. Tropa. Leiria. Tirei a recruta e a especialidade de escriturário. Neguei-me a fazer provas para cabo miliciano (naquela altura quem tivesse mais que o 2º ano do Liceu, podia ingressar no quadro de milicianos; o Comandante da Companhia informou-me que se eu não me tivesse negado a prestar provas, teria sido classificado).

Nada me importava. Continuava a pensar em desertar. Fui para a Trafaria tirar a especialidade de operador cripto. Estive 10 dias preso por me ter ausentado sem licença. Cantava em alta voz canções do Zé Afonso em pleno quartel. Oficiais que tinham estudado comigo, serviam-se de escudo – não a meu pedido – por amizade. O tempo passava muito lentamente. Fui mobilizado para a Guiné.

Quando cheguei à Guiné – “morri!”

Estava nas fileiras do inimigo. Como é que eu podia estar de arma na mão defendendo aquilo que mais detestava? Foram 20 meses duríssimos, não pelos combates, mas pelo ódio que nutria por mim próprio.

Falar sobre o tempo que estive na guerra é doloroso e inútil. Só quem lá esteve pode saber o que se sente.

Nunca fui preso porque o Comandante do Batalhão também era um homem de esquerda. Este homem esteve sempre convencido que eu tinha mais habilitações do que as que constavam no meu processo individual.

Chegou finalmente o 25 de Abril! Tinha 15 meses de Guiné.

Fui eleito delegado do Movimento das Forças Armadas. Houve eleições em todos os quartéis e, como não havia candidatos, os militares escreviam o nome da pessoa que escolhiam; eu fui um dos eleitos.

Tive contactos com elementos do PAIGC e com comissários políticos. Começaram a germinar as minhas dúvidas sobre a capacidade daquela gente.

Eu estava habituado à ideia pura, imaginava o guerrilheiro altamente ideologizado e as coisas não se passavam bem assim.

Regressei finalmente a Portugal no dia 27 de Agosto de 1974.

Durante esse tempo muita coisa tinha mudado.

Pessoas que nunca abriam a boca, agora pareciam filósofos gregos.

Filiei-me no Partido Comunista. No fim de um ano desisti. A minha concepção idealista do mundo não se enquadrava no meio de tanta ignorância e espírito de vingança.

Em 75 casou-se a rapariga que eu sempre tinha namorado. Apareceu um cancro ao meu pai, do qual viria a falecer em 76.

Desde esta altura, e até entrar para a Câmara, a minha vida foi uma espécie de hibernação dolorosa. Trabalhava esporadicamente com os pedreiros, na apanha da azeitona e nas paragens da Celulose do Tejo.

Em 82 fiz uma desintoxicação no Centro de Recuperação de Alcoólicos de Coimbra. Não resultou. A minha vida não tinha qualquer esperança.

Em Maio de 84 entrei para a Câmara de Nisa, onde graças à boa camaradagem e ao bom relacionamento com o Presidente, consegui sobreviver até ao momento actual.

Em 95 faleceu a minha mãe. Estava “orgulhosamente” só. Abandonei definitivamente a bebida, desta vez sem qualquer tratamento.

A partir deste momento, encontrando a casa sempre vazia e fria, comecei a pensar em abandonar a Salavessa e fixar residência em Nisa.

Nada me prende à terra que me viu nascer. Os meus colegas da escola e os meus primos residem quase todos na área metropolitana de Lisboa. Não tenho irmãos. Tenho um tio com 80 anos e três tias com 77, 80 e 82.

Nos cafés onde raramente vou, ouço as mesmas conversas de há trinta anos; o único tema diferente é a reforma: “O fulano tem a reforma grande”, “Já recebeste a carta?”, etc, etc.

As conversas podem reduzir-se mais ou menos ao seguinte:

- Ida à padaria;
- Vinda do homem do peixe;
- Vinda da fruta;
- Vinda do homem da água;
- Vinda do homem do queijo;
- Vinda do sapateiro;
- Vinda da comida do lar;
- Vinda do homem do banco.

No meio de perguntas e respostas sobre estes temas, entrelaçam-se outras relacionadas com o tempo, as hortas e a vida agrícola em geral. Se se acrescentar as compras de carros e de casas dos filhos o ramalhete fica quase completo.

As pessoas transpuseram as suas esperanças e economias para os seus descendentes – não vivem as suas vidas – vivem os sucessos dos filhos. É uma espécie de vingança ao passado de sacrifícios que fizeram na juventude. Eu compreendo perfeitamente as suas atitudes porque assisti à sua luta pela sobrevivência.

É um Outono perpétuo – sem esperança de Primavera!!

Quando volto de um funeral qualquer, lembro-me sempre do descer do pano de uma peça de teatro!

Dito isto – o que pode pensar e fazer um homem de 48 anos?

Eu já não sou propriamente um jovem, mas ainda não sou suficientemente velho para viver neste Lar de 3ª idade.

Dou-me bem com todas as pessoas, e sinto que sou estimado por toda a população, só que isto não é suficiente para manter o meu cérebro em funcionamento.

Parto. Sem saudade!

Resta-me escrever o meu nome: JORGE GORDO MIGUÉNS.



Fig. 14 - Partir sem saudade

B) OS FILHOS DE DOMINGOS

Chamo-me Henrique e nasci a 20 de Agosto de 1930, na aldeia de Salavessa, concelho de Nisa. Lembro-me da minha infância, de acompanhar os meus pais assim como os 5 irmãos, 4 raparigas e 1 rapaz. Todos em conjunto trabalhávamos para o sustento diário. Os campos estavam polvilhados de gente, como então se vivia na época, fazendo lembrar o rescaldo da idade média cuja predominação duma agricultura feudal, dentro dos métodos arcaicos e sem qualquer expansão.

A minha mãe era natural da Salavessa e o meu pai era natural de Vilar de Boi. Viveram sempre na Salavessa até falecerem.

Meu pai era sapateiro e também trabalhador rural e a minha mãe era parteira (curiosa), fazendo também bolos para casamentos e baptizados na Salavessa e numa aldeia vizinha que se chama Pé da Serra (S. Simão), ajudando ainda o meu pai nos trabalhos agrícolas, pois só assim conseguiam governar os seis filhos.

Chegaram ainda a instalar uma taberna no rés do chão da pequena casa onde todos vivíamos.

Das minhas quatro irmãs nenhuma fez a instrução primária. Três casaram e tiveram filhos que durante a adolescência partiram para trabalhar ou estudar e nunca mais regressaram à Salavessa. Destas, duas já faleceram e a outra mora em Lisboa.

A minha irmã solteira foi a única que ficou na Salavessa onde lá mora. Teve um acidente em Coimbra e ficou de certo modo impossibilitada de trabalhar. Vive de uma pensão.

Meu irmão fez a instrução primária, trabalhou no campo até sair para a vida militar. Casou e depois do serviço militar ingressou na Guarda Nacional Republicana. Mora em Chança (concelho de Alter do Chão), tem duas filhas que moram em Portalegre.

Aos doze anos, sentia que algo existia em mim, queria ser diferente, e esta diferença manifestei-a várias vezes ao meu pai, até, que este com alguns sacrifícios me mandou para Vila Velha de Rodão, como aprendiz de serralheiro. Levava o meu farnel

na segunda-feira e regressava na Sexta para em comunhão passar o fim de semana no seio da minha família.

Aqui estive a trabalhar gratuitamente durante seis anos. Embora muito novo tinha estrutura física de homem, mas obviamente frágil e debilitado pelo excesso de trabalho e alimentação limitada e abstinente.

Nesta oficina, mais conhecida por ferraria, tudo era feito manualmente, desde portões e varandas em ferro forjado e utensílios, ferramentas manejadas pelos camponeses.

Também aprendi a forjar ferraduras dos mais diversos tamanhos e feitios, assim como canelas de todas as medidas conforme os ruminantes presentes para o efeito, depois de um ajustamento manual e rigoroso o cravejamento no casco do animal não seja doloroso, isto é, como quem utiliza uns sapatos apertados.

Neste período de aprendizagem não consegui uma libertação total, serviu para entender que o conhecimento é filho do trabalho e o trabalho é o enriquecimento da nossa personalidade que marca a tal diferença anteriormente mencionada.

Em 1949, tinha eu 18 anos, sentia o desejo de ir mais longe, pois tinha essa ambição de ser mais alguém que não se acomoda às situações presentes e estáticas.

Pedi ao meu pai para ir voluntariamente para a vida militar. Depois de tratar de toda a documentação, fui assentar praça no Regimento de Cavalaria N°8 em Castelo Branco, isto em Março de 1949. Aqui começa a minha diáspora. Depois de ser inspeccionado vem a recruta num ano de inverno frio e chuvoso. Ainda me lembro da receita feita entre familiares e amigos de 120\$00 (colecta entre familiares e amigos que é tradição da Salavessa), uma nota de 100\$00 que eu todo ufano guardei durante meses, e só pensava trocá-la, o que aconteceu em Torres Novas num local onde fosse visto com frequência para que as pessoas pensassem que eu era um homem rico. Não vou enumerar as unidades e estabelecimentos por onde passei.

De Torres Vedras, Escola Prática de Cavalaria, fui tirar o curso de cabo mecânico de armamento ligeiro na fábrica de material de guerra. Passados dois anos vou para a mesma fábrica tirar o curso de sargento, cuja duração foi de 28 meses. Nesta altura ocorreu uma enorme explosão da qual resultaram 20 mortos e centenas de feridos, sendo eu um desses, com várias fracturas e escoriações diversas.

Após a promoção a furriel, fui colocado em Aveiro onde permaneci durante 2 anos. Até ser promovido a sargento, fui colocado em Lisboa para fazer parte dum corpo a ser mobilizado para a ex-Índia Portuguesa. Tudo isto, para mim, era um sonho, uma aventura e um desejo. Foi precisamente do Egipto que escrevi à minha família a contar-lhe o meu destino, tudo para fugir ao pranto que comedidamente ia assistir. Ao atravessar o canal do Suez, viam-se barcos semi afundados que certamente são os testemunhos da intervenção militar das forças Anglo – Francesas, quando o presidente Nasser nacionalizou o canal e, posteriormente da invasão do Egipto pelas tropas de Israel.

Ao chegar à saída do mar Vermelho deparei com o golfo de Adem. Foi na cidade de Adem que bebi coca-cola pela primeira vez e ao pagar com uma moeda de 10\$00 em prata, o vendedor dizia-me “no good”. Fui mostrando moedas cada vez de valor mais baixo, até que o árabe ao mostrar-lhe uma moeda de um escudo me diz “very good”. Ao pronunciar a frase, que jamais esquecerei, “isto é que ele é estúpido”, aproximou-se de mim um homem de óculos escuros, casaco e chapéu preto e começa a falar em português. Fiquei radiante, em pleno mundo árabe ouvir falar a língua de Camões, foi simplesmente maravilhoso. Era o Padre Goes, colocado ali em missão de serviço. Conte-lhe a história da moeda, disse-me que para o vendedor uma moeda de um escudo tinha mais valor, não pelo valor facial mas sim pelo peso, visto o destino era ser derretida para fazer colares, anéis e brincos, etc. As pessoas naquele país da Arábia têm os camelos presos a uma argola à porta como no Alentejo se prendem os burros. Ao passar por um desses camelos que me parecia pachorrente, faço-lhe uma festa na anca e em troca recebo um grande coice na perna provocando-me um hematoma com algumas dores à mistura.

Na Índia, fazia parte duma unidade técnica para onde convergiam todas as viaturas para serem reparadas ou vistoriadas. Como era uma unidade móvel, conheci todas as cidades e toda a vegetação própria dos climas tropicais, rios e muitos canais naturais que com a subida dos mares se estendiam a dezenas de quilómetros de distância. Fazia lembrar Lisboa e Vale do Tejo.

Aqui procurei alargar os meus conhecimentos literários, matriculei-me no Colégio Abade Faria, sito na cidade de Margão, e também na mesma cidade tinha um explicador de Inglês e Francês (Sr. Couto).

Esta expedição ocorreu de 22/03/55 a 23/05/57, era um jovem de 25 anos, idade própria a quem tudo parece fácil, tudo se transforma em realidade, inclusivamente o querer, desde que exista poder para tal, o relacionamento da população com os militares metropolitanos era aceitável, o nível de vida social diria que era uma sociedade sem classes, convergentes numa religiosidade dogmática e popular cujo presbítero era S. Fransisco Xavier.

De regresso ao continente transbordava de alegria, era até aí o dia mais feliz saber que voltava ao seio da minha família depois desta longa peregrinação.

Entro no barco “Timor”, e olho para trás, vejo campo avermelhado carregado de minério de ferro em confraternização com a verdejante floresta que formavam uma simbiose inesquecível, a brisa levanta-me os cabelos e o barco dava o sinal de partida.

Mafra, foi a minha nova unidade, depois do regresso, aqui permaneci cerca de um ano, estive bastante doente com papeira o que me impediu de ir ao funeral do meu pai.

Em 24/04/58 fui mobilizado para Angola concluindo a comissão militar de dois anos antes dos acontecimentos bélicos que aconteceram posteriormente. Durante este tempo, estive ligado aos serviços técnicos de toda a província com permanência certa em Luanda, donde regressei em 18/06/60.

No princípio do ano de 1961 os movimentos para a libertação de Angola iniciaram uma guerra de guerrilha, obrigando à concentração de grande número de forças armadas para defesa da população.

Neste contexto, também fui mobilizado em 15/06/61, foram dois anos difíceis, carentes e privações de toda a ordem, embora, a minha unidade estivesse situada em Luanda, fazia algumas deslocações para o interior com o fim de inspeccionar armamentos e equipamentos utilizados pelas forças de combate.

Também neste período, estava previsto o meu casamento, mas não foi possível tratar de toda a documentação a tempo, acabando por casar por procuração. Ainda nesta comissão nasceu o meu filho, que regressou com a mãe quando tinha apenas dois meses

de idade. Hoje é homem e licenciado em Engenharia mecânica. O meu regresso ocorreu em 14/08/83.

Após regressar fui colocado no RALIS, unidade de Artilharia donde saí para a Escola Prática do Serviço de Material, para frequentar o curso de 1ºsargento cuja duração foi de um ano. Posteriormente fui colocado no Entroncamento onde desempenhei funções de instrutor e chefiar serviços relacionados com a minha especialidade.

Em princípio do ano de 1966, fui nomeado para frequentar o curso do Instituto Superior Militar, tarefa muito difícil, mas com muito trabalho e força de vontade ultrapassei este obstáculo que exigia uma cultura muito diversificada. Teve a duração de dois anos, terminando em 1968, cuja promoção a Alferes ocorreu passados alguns meses.

Em 18/02/69, fui mobilizado para a Guiné, para comandar um pelotão ligado ao abastecimento de todo o armamento e munições existentes no território. Clima muito quente e húmido, a população de pouco recursos, alimentação fraca e insuficiente, a água estava contaminada de insectos, obrigando-nos a beber cerveja ou outras bebidas similares. Era aqui onde se verificavam o maior número de hepatites.

Também fui vítima dessa doença, o que obrigou a minha evacuação para Lisboa, onde estive cerca de um ano no Hospital Militar. Entretanto, fui promovido a Tenente e voltei novamente para concluir a minha comissão até ao fim numa unidade de Artilharia de Campanha e regresso definitivamente em 03/07/71.

Após o meu regresso, fui comandar uma unidade no grupo de paióis no Vale do Forno junto ao Lumiar, entretanto faço a minha matrícula no Instituto Britânico, estabelecimento de ensino que frequentei durante algum tempo, não concluindo o curso porque daí a pouco fui mobilizado para Angola que estava em plena guerra. Neste meio tempo fui promovido ao posto de capitão, as responsabilidades passaram a ser diferentes, mas cumpridas com pontualidade e rigor.

Parti para Angola, acompanhado da minha mulher em 22/11/72, funcionando como técnico quer de material bélico capturado ao inimigo, quer como unidades de reabastecimento às nossas Forças Armadas. Nesta fase ocorreu o 25 de Abril na Metrópole, previa-se uma guerra civil em Angola e foi isso que aconteceu.

A minha mulher e filho tiveram que regressar, eu fiquei até poucos dias antes da independência. Vivia-se um clima de terror, a minha viatura pessoal foi várias vezes alvo de tiros de armas ligeiras por parte dos partidos. Os militares, cada um por si, só pensavam em regressar, era um autêntico fugir de medo. Tudo isto era desnecessário se fosse mantido o "STATU QUO".

Regresso em 30/09/75, sou colocado em Cascais num centro de Instrução, aqui estive cerca de 8 anos, deslocava-me diariamente para o meu serviço, que era chefiar uma secção de Material de Guerra da unidade, por aqui passaram alguns políticos e chefes de alta patente militar.

Em 1980, fui escolhido e nomeado posteriormente pelo Chefe de Estado Maior do Exército para frequência de um curso na ex. - República Democrática Alemã, a tarefa não era fácil, pois tratava-se de um trabalho que exigia profundos conhecimentos tecnológicos e electrónicos. Por obra do destino todos os ossos difíceis de roer vinham ter às minhas mãos, mas também por obra do destino, todos foram resolvidos com humildade, simplicidade e cortesia.

Dos apontamentos que tirava e os trabalhos a realizar durante longos serões ainda sobrava um ou outro fim de semana para me deslocar à Dinamarca, Suécia, Suíça, etc.

Não quero deixar de noticiar a beleza da floresta negra, as margens do rio Reno com os seus vistosos castelos, os passeios nostálgicos neste rio são inesquecíveis. Foi também neste rio, em frente a uma montanha chamada Loreley que o grande poeta "Heinrich Heine", descendente de uma família judaica, cantou as ninfas do rio Reno, à semelhança de Camões às tágides do rio Tejo.

Regresso a Cascais e, em 1983 sou candidato para gerente de uma empresa. Entretanto para ocupar este lugar tive que pedir para passar à reserva militar. Nesta última situação estive cerca de 5 anos, onde adquiri certa experiência num mundo empresarial, isto aos 58 anos.

Presentemente faço parte dum grupo cultural ligado à 3ª idade, sem qualquer narcisismo, direi que possui vários louvores, convergentes todos eles para as qualidades técnicas e profissionais.

Também possuo varias condecorações, desde o cobre ao ouro, além de outras distinções. Todas apontam na direcção de um exemplar comportamento, pois que, ao longo de toda esta caminhada cheguei ao fim sem qualquer repreensão ou castigo.

Diz-me a experiência que o exemplo é a melhor arma para fazer os outros cumprir com os seus deveres e obrigações e também para fortalecer a alma e a personalidade visto serem os dois pólos que manifestam aos outros o que somos.

Nunca deixei de ir à Salavessa, quer por laços familiares ou a nostalgia da minha infância, embora continue a morar em Lisboa

A filosofia da desertificação que assistimos é característica dos países pobres, é fácil analisar donde vêm as grandes camadas de emigração. Este fenómeno vem desde a antiguidade, arrastando os povos nómadas para longas distâncias à procura de pastoreio para os seus animais.

Portugal não foge à regra, só que os animais do antigamente foram substituídos por uma melhor condição de vida.

A desertificação na Salavessa e povoações similares têm como pano de fundo duas vertentes:

- a) O desenvolvimento cultural e vias de comunicação, ponto importante os transportes que facilita o intercâmbio com outras regiões, cujo abandono total não acontece.
- b) Outro tipo são os que vivem num mundo indigente e sabem que qualquer deslocação é sempre melhor. Nesta radicalização estão incluídos os que normalmente não voltam, porque ficam contentes com a melhoria de vida e outras comodidades que de outro modo não seria possível.

Aqui fica, de modo sintético e simples algumas passagens da minha vida que foi sempre um mundo de esperança, um mundo de fé e um mundo de trabalho.

C) SEM SAUDADES

Chamo-me José Pereira e nasci em 1908 na Salavessa, de onde os meus pais eram também naturais.

Como os meus pais eram agricultores e viviam acima da média da população da aldeia, fui dos primeiros a frequentar a Escola Primária. Fazia todos os dias cerca de 10 km a pé para ir à Escola numa aldeia vizinha, chamada Pé da Serra (S. Simão), onde fiz a 1ª e 2ª classes.

Com oito anos deixei a escola e passei a ajudar os meus pais nos trabalhos da agricultura e só já com 18 anos em 1926, acabei de fazer o exame da 4ª classe na Salavessa, porque entretanto tinha aberto a Escola Primária na minha aldeia.

Aos 26 anos casei, com uma filha de agricultores e passei a trabalhar nos terrenos pertença dos meus pais e dos meus sogros.

Toda a vida tive sempre um desejo de aventura e de conhecer novas terras e novas pessoas, apesar daquilo que tinha chegar para ter uma vida desafogada.

Por ocasião da Guerra Civil Espanhola passei a ser receptor de contrabando, deslocando-me de barco de Vila Velha de Rodão até Amieira do Tejo onde vendia sabão, açúcar e chumbo a contrabandistas que vendiam estes produtos em Espanha. Cheguei a ser interrogado pela polícia, devido a esta minha actividade e ameaçado com prisão, o que nunca veio a acontecer. O meu único filho, fez a instrução primária na Salavessa e matriculei-o no liceu de Portalegre, para onde fui viver com ele. Porém ao fim de seis meses de insucesso escolar do meu filho, internei-o num colégio em Castelo Branco e regresssei à Salavessa onde continuei como agricultor.

Aos 47 anos fiquei viúvo e perante a solidão e o começo da desertificação na aldeia parti para o Alandroal como feitor agrícola de uma grande exploração e onde me mantive durante dez anos.

De seguida fui para Santo Aleixo da Restauração ainda como feitor agrícola onde estive durante um ano. Só de tempos em tempos vinha à Salavessa para tratar dos meus terrenos, em especial na altura das ceifas e da apanha da azeitona. O meu filho entretanto tinha feito o 5º ano, casado e estava empregado em Lisboa, pelo que durante um ano estive em casa dele, trabalhando na construção civil.

Regressei à Salavessa e parti de novo para Benespereira (Concelho da Guarda) onde durante seis meses trabalhei em minas na exploração de estanho.

Regressei à Salavessa de novo e em 1971, casei de novo com a regente escolar, tinha então 63 anos e a minha nova mulher 55 anos.

Os campos na aldeia começavam a ficar por cultivar, muita azeitona já não era colhida, poucos faziam ceifas, alguns terrenos começavam a ser comprados pela Portucel para cultivo de eucaliptos. Os meus amigos e companheiros ou tinham morrido ou tinham partido para outras paragens à procura de melhor vida.

Meu filho que trabalhava em Lisboa, vê-se obrigado a regressar em virtude de grave doença de foro neurológico e fixa residência na Salavessa.

Durante cerca de pouco mais de vinte anos, assisti ao fim de muita coisa na Salavessa. Já não havia festas, as ruas iam ficando cada vez mais desertas e os que tinham partido, regressavam cada vez menos e até a escola tinha fechado definitivamente.

Em 1994, o meu estado de saúde e o de minha mulher tinham piorado, aquela terra onde vivia, já nada tinha a ver com a Salavessa que tinha conhecido e por minha expressa vontade ingressei com a minha mulher no lar da misericórdia em Nisa.

Gosto de aqui estar, onde vivo num pequeno apartamento, ajudo naquilo que posso no lar, saio para a vila onde passeio e onde encontro gente para conversar.

Recordo com saudade a Salavessa dos anos trinta, quarenta e cinquenta, com muitas tabernas, casas agrícolas, lagares, salão de baile, olivais e muitas searas.

Da Salavessa das décadas recentes não tenho saudades. A aldeia não tem presente e muito menos futuro. Os terrenos estão abandonados.

Nunca mais voltei à Salavessa, desde 1994, nem quero voltar. Não tenho entusiasmo em lá ir, apesar da distância do lar ser pequena (14 km). Não quero saber das minhas propriedades, nem mesmo da casa onde vivi. O meu filho que lá vive, vem-me visitar sempre que pode.

As tristezas do passado não gosto de as recordar e quando as poucas pessoas que por lá moram morrerem, a Salavessa fica uma aldeia fantasma sem ninguém.

Entendo que não há poderes humanos que possam inverter a desertificação da aldeia. No lar onde me encontro nem sequer olho para os lados de onde fica a Salavessa.

D) VOLTAR ATÉ QUANDO...

Os meus avós faziam queijos na Salavessa, que depois iam vender às quartas-feiras e sábados ao mercado em Portalegre. Faziam a viagem de carroça e partiam às duas horas da madrugada para estarem em Portalegre às 8 horas da manhã.

Regressavam por volta das 18 horas e chegavam à meia noite, demorando seis horas para fazer os cerca de 40 km que separam Salavessa de Portalegre.

Meu pai nasceu em 1920 na Salavessa e a minha mãe nasceu em 1921 numa aldeia vizinha que se chama Pé da Serra (S. Simão).

Casaram e o meu pai deu continuidade à actividade de fazer queijos e de os vender em Portalegre.

Mais tarde os meus pais compraram um moinho de trigo junto ao Rio Tejo e outro junto ao Rio Sever (fronteira com a Espanha), onde passaram a transformar trigo em farinha. Vendiam-na aos habitantes da Salavessa, bem como a amassadura (farinha e farelo), pois cada família fabricava semanalmente o seu próprio pão. Existiam na povoação cerca de 15 fornos para fabricação de pão.

A minha mãe também cozia pão, para as poucas pessoas que não o faziam.

Em 1947 o meu pai tira a carta de condução, sendo a primeira pessoa da Salavessa que a teve. Como a Salavessa não tinha estrada em condições de circular automóveis, o meu pai deslocava-se de carroça até Montalvão (sede de freguesia) e aqui tinha o automóvel de onde se deslocava para Póvoa e Meadas, Castelo de Vide e Portalegre, para vender queijos, pão e farinha a comerciantes e mercados. No regresso trazia produtos agrícolas destas localidades para os habitantes da Salavessa e das localidades onde passava.

Sou filho único e nasci na Salavessa em 1948. Fiz a instrução primaria na Escola da Salavessa com cerca de 50 colegas.

De seguida o meu pai arranhou uma casa em Portalegre onde me hospedou e onde depois de algumas reprovações acabei por fazer o 5º ano (hoje 9º ano).

Acabado o 5º ano, regressei à Salavessa, onde estive pouco tempo, pois fui chamado para cumprir o Serviço Militar em Vendas Novas, passando depois por Lamego, Leiria e Estremoz até ser mobilizado para a Guiné.

Regressei da Guiné em 1972 e fui de novo para Portalegre onde acabei o 7º ano (hoje 11º ano). Desta cidade fui para Lisboa para frequentar o Instituto Superior de Línguas e Administração onde estive um semestre, pois casei e empreguei-me nas Finanças em Cascais, onde passei a viver.

Resolvi deixar as Finanças e ingressei no ramo de Hotelaria, instalando-me com um Snack - Bar em Cascais, por conta própria. A vida profissional corre-me bem e a familiar mal, o que me leva a divorciar-me.

Em 1979 casei novamente e nasce-me um filho. Continuei dedicado à Hotelaria até 1988, como dono e gerente de vários bares em Cascais. Neste ano o meu pai comunica-me que vai fechar e vender a Moagem em virtude da Associação Farim (comercialização nacional de farinhas) estar a comprar quase todas as Moagens a nível Nacional.

Regresso de imediato à Salavessa, deixando toda a actividade hoteleira em Cascais, e monto uma padaria, com a farinha produzida pelos meus pais e dando continuidade a este ramo que vinha dos meus antepassados.

Este regresso não é familiarmente pacífico e a minha mulher que inicialmente se dispunha a acompanhar-me para a Salavessa, tendo inclusive a sua transferência das Finanças de Cascais para Castelo de Vide sido autorizada, acaba por não querer vir, o que me leva a divorciar pela segunda vez.

Aproveito, as verbas de criação de uma Iniciativa local de Emprego, continuo com a fabricação de farinha e instalo uma padaria com duas pessoas da Salavessa e começo a levar pão para venda para o mercado de Cascais (duas vezes por semana), Cantina da Câmara de Cascais e Supermercados, além de vender também pão em Pé da Serra, Nisa e naturalmente Salavessa.

Apercebo-me passado algum tempo, que não tenho estruturas para transporte de pão para Cascais e começo a fornecer lojas e supermercados em Castelo de Vide e Portalegre.

O meu filho fica a estudar em Cascais junto da mãe e continuou os estudos mais tarde nos Estados Unidos da América.

A vida da padaria corre-me bem, mas começo a ter que recrutar pessoal para a padaria na sede de freguesia (Montalvão), pois na Salavessa já não existem pessoas em condições de trabalhar.

Neste momento dos cinco trabalhadores só um é da Salavessa e vai-se reformar brevemente.

A emigração dos anos 50 e 60 para França e a migração para a área metropolitana de Lisboa, leva quase todas as pessoas da Salavessa a sair para estudar ou melhorar a vida e nunca mais regressar.

A única hipótese de progresso para Salavessa seria a de nos anos cinquenta se ter feito o aproveitamento do Rio Tejo, com ligação por Vila Velha de Rodão, o que levaria a aproveitamento turístico. Hoje não se justifica tal aposta pois os custos seriam insuportáveis e não era credível que resultasse.

Dou até como exemplo dez casais que saíram da Salavessa nos anos sessenta para irem trabalhar para a Celulose de Vila Velha de Rodão, de onde não regressaram por não haver estrada.

Como em todas as zonas de transição (Beira/Alentejo), as pessoas acabam por ser uma mistura de beirões e alentejanos.

Mantenho-me na Salavessa onde moro, se bem que passo a maior parte dos dias fora da aldeia, mas admito até pelas razões de falta de mão de obra, de abrir uma padaria em Portalegre, onde continuarei a fabricar aquele que é já o único emblema da aldeia o "PÃO DA SALAVESSA."

IV CAPÍTULO

O ENVELHECIMENTO COMO FENÓMENO SOCIAL E DEMOGRÁFICO

A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO DAS POPULAÇÕES

Ser-se idoso não é, tal como não foi no passado, uma situação excepcional e tende a tornar-se cada vez mais vulgar.

O envelhecimento demográfico, apreendido enquanto fenómeno resultante do aumento da proporção de pessoas com mais de 60 ou 65 anos de idade e pelo alongamento das suas vidas para além do período de actividade e da diminuição da proporção de pessoas com menos de 15 ou 19 anos de idade, é um processo irreversível ao longo dos próximos anos nos países industrializados.

O declínio da mortalidade a partir de finais do século passado, começou por promover um rejuvenescimento, uma vez que afectou todas as classes etárias, particularmente os grupos mais jovens e, desta forma, favoreceu também indirectamente a natalidade. Mas a baixa da mortalidade, especialmente a mortalidade infantil, acabou por contribuir, mais cedo ou mais tarde, para a descida da fecundidade e promoveu, de modo inelutável, a redução do número dos mais jovens e o aumento das pessoas idosas. De acordo com Anne-Marie Guillemard⁴, pode dizer-se que, até ao início do século XX, a velhice permanece praticamente invisível, assumindo contornos contrastados, consoante o património familiar detido. A velhice corresponderia, assim, a um estado indiferenciado, podendo confundir-se, por exemplo, com a invalidez ou com a enfermidade, caso resultasse numa incapacidade funcional devido ao envelhecimento biológico, com a indigência ou com a mendicidade, caso o património familiar não fosse suficiente para garantir a sobrevivência do indivíduo incapaz de exercer qualquer actividade produtiva.

No quadro de certas sociedades actuais, onde se inclui a portuguesa, a velhice tem uma identidade própria, com contornos nítidos e autónomos em relação ao indivíduo.

⁴La Vieillesse et l'Etat, Paris, PUF, 1980

Os velhos encontram-se colectivamente identificados com um determinado grupo de idade com direito a prestações financeiras como contrapartida da perda do estatuto de activo, representando, enquanto tal, um subcapital humano porque “obsoletos” em termos económicos e dependentes financeiramente da sociedade.

Relativamente a essa idade, note-se, em primeiro lugar, que ela não pode ser entendida como tradução real da perda ou redução de certas capacidades funcionais (físicas ou intelectuais), pois o processo de envelhecimento biológico é diferenciável consoante os indivíduos. Por outro lado, as manifestações de redução de capacidade produtiva também são variáveis consoante o tipo de esforço exigido pela actividade desempenhada.

Não pode, igualmente, ser interpretada como tradução normalizada do acentuar do processo de envelhecimento biológico. Se o fosse, os progressos da medicina ou da biologia sobre o retardar das manifestações de senescência deveriam traduzir-se por uma elevação da idade legal que marca a entrada nesta fase.

Observa-se que a redução de capacidades físicas ou intelectuais decorrente do processo de senescência se apresenta como motivo cada vez menos pertinente para se compreender esta situação de inactividade e de dependência financeira que caracteriza o primeiro momento da última fase do ciclo de vida (vulgarmente designado por terceira idade), passando o indivíduo, de forma compulsiva (isto é, independentemente da sua vontade) e arbitrária, a pertencer ao grupo dos inactivos em função de uma idade e a ser alvo de uma protecção social particular.

Apesar da enorme multiplicidade de situações que a história e a etnologia nos dão a conhecer (Simone de Beauvoir em *La Vieillesse* – 1970), é possível afirmar que de um modo geral as pessoas iam envelhecendo sem que isso lhes conferisse um estatuto à parte, isto é, sem que houvesse instituída uma idade a partir da qual se passasse a ser *velho*.

Com o passar dos anos, as transformações que ocorreram nas sociedades industrializadas e o gradual envelhecimento das suas populações proporcionaram as condições para que socialmente se começasse a considerar a velhice como solução problemática a necessitar de apoio social. A velhice tornou-se um problema social e passou a mobilizar gente, meios, esforços e atenções suficientes para que qualquer um

disso se aperceba. A ela está vulgarmente associada a ideia de pobreza ou, pelo menos, da escassez de meios materiais, de solidão, doença e, também, de alguma forma, de segregação social, corte com o mundo...

A preocupação em encontrar soluções manifesta-se pelo aumento de estudos e de investigadores que centram as suas atenções nos problemas originados pela velhice e pelo envelhecimento demográfico. Ao nível das ciências médicas e sociais o número de estudos tem aumentado substancialmente e, mais recentemente, no âmbito da Ecologia Humana, pelas preocupações originadas por desequilíbrios provocados por concentrações excessivas de idosos em espaços de acentuado envelhecimento. A diversidade de preocupações e a qualidade dos trabalhos realizados proporcionaram o surgimento de um campo científico em torno da velhice e dos seus problemas, a *Gerontologia*. Nas sociedades industrializadas, onde os desequilíbrios ao nível da distribuição das populações se acentuam, começam a pôr a descoberto zonas rurais despovoadas e profundamente envelhecidas e cidades gigantescas, desarrumadas, desumanizadas...

A sociedade, não só pela história da sua origem, mas também pela evolução que conheceu posteriormente, tende a ser associada à resolução dos problemas sociais do momento (Remi Lenoir – 1989). A maior parte dos trabalhos desenvolvidos por Durkheim tinham por objectivo resolver situações de crise na sociedade da época. Na actualidade, um grande número de investigações são orientadas para problemas bem conhecidos de todos como a droga, o desemprego, a criminalidade, a velhice, entre outros.

Segundo Pierre Bordieu (1989), “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais” tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, “garantidos pelo Estado”. Espera-se do sociólogo um contributo para a resolução dos problemas. Este, à partida, conhece dos fenómenos o que lhe foi socialmente dado a conhecer, isto é, ele identifica os problemas da realidade envolvente, reconhece-os tal como se apresentam aos olhos de todos. Os outros contribuem para confirmar e solidificar o que ele vê, tornando essa realidade uma realidade evidente e coerente...

Assim, a sociologia confronta-se com um dos obstáculos mais difíceis de superar, pelo facto de se encontrar perante representações preestabelecidas do real que, segundo Durkheim, são susceptíveis de dominar os espíritos e de se substituírem à realidade. Os factos sociais não são unicamente factos sociais, enquanto significações objectivas, mas “comportam sempre um conteúdo de ordem sensível ou espiritual, técnico ou fisiológico, que é transportado, produzido ou reproduzido socialmente e que fornece assim a imagem de conjunto da vida social” (G. Simmel – 1991).

Com estas características os factos sociais, socialmente construídos, adquirem a garantia da adesão social e do constante *reconhecimento*. Impõem-se como a realidade social.

Em certos casos, como a da velhice, por exemplo, o envolvimento afectivo e emocional contribui ainda mais para dificultar a libertação, repercutindo-se na forma como se concebe e explica a realidade social. O problema social da velhice nos nossos dias, por todos conhecido e suficientemente divulgado pelas instâncias políticas e pelos meios de comunicação social, é produto da construção social resultante do confronto de ideias e de interesses entre grupos sociais e entre gerações, de modo a obter o poder da manipulação sobre as classes de idades. Este estado de relações de força é histórica e etnicamente diferenciado (Patrice Bourdelais – 1993). O objecto de estudo do sociólogo é reconstituir estes processos sociais, identificando os agentes que os levam a cabo, as estratégias que utilizam, as gerações e os grupos sociais a que pertencem, de modo a compreender a lógica de exclusão social a partir de um certo limiar de idade.

Estar alerta é importante, mas não suficiente. Pierre Bordieu propõe a “história social dos problemas dos objectos e dos instrumentos de pensamento” como um método eficaz e poderoso de ruptura (Pierre Bordieu – 1989), que consiste na reconstituição dos processos sociais que estão na origem desses problemas e noções correntes, muitas vezes um trabalho colectivo baseado na concorrência e na luta entre os agentes em posições diferentes num espaço social.

Para apreender a realidade e compreender os fenómenos sociais, o conhecimento científico exige, por um lado, um esforço de abstracção das realidades concretas através da utilização de conceitos e teorias, já previamente elaboradas e, por outro, a construção de objectos a analisar e dos meios a utilizar. Sem esta precaução prévia, o sociólogo

corre o risco de cair na simples reprodução do conhecimento comum, reconstituindo os factos pela simples forma aparente, evidente, como são apreendidos pelos sentidos (Augusto Santos Silva – 1988).

A génese do problema

No decorrer desta reflexão, levada a cabo por uma certa perspectiva da sociologia sobre os problemas sociais, Remi Lenoir interroga-se se uma

sociologia da velhice, que toma como objecto uma população definida no essencial pela idade legal, ou pelo estado de envelhecimento biológico, não destrói à partida o seu objecto de estudo na medida em que considera como resolvido o que se trata justamente de explicar (Remi Lenoir – 1989).

Não quer isto dizer que a idade – número de anos vivido – não constitua por si uma noção objectiva e objectivável, o que não se pode dizer da idade estipulada para atingir a maioridade, ou a passagem à reforma, que, essas sim, são definidas e instituídas a partir de conflitos sociais e intergeracionais. A velhice é definida, pelo mesmo autor, como

uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações (idem).

Ao tratar todos os que ultrapassaram o limiar de certa idade – normalmente a idade da reforma – como uma *categoria*, está criado um princípio colectivo de construção da realidade colectiva. A definição adquire um conteúdo universalmente aceite e com relativa autonomia. Todos estamos mais ou menos de acordo sobre o que entendemos por velhice, o que ela significa e que tem existência real da forma como nós a entendemos e a reproduzimos. Há como que um acordo tácito decorrente da percepção e da prática que fundamenta o consenso social e que designamos por *senso comum*.

Conhecemos e identificamos a velhice atribuindo-lhe conteúdos com configurações semelhantes remetendo-a para o estatuto de categoria relativamente autónoma. Ao adquirir autonomia a categoria afirma-se por si e conquista legitimidade enquanto tal.

Estamos perante um dos exemplos mais característicos de investigação em que a formulação do objecto de estudo exige a reconstituição da história social do problema em causa. Para Remi Lenoir “a sociologia da velhice resulta de uma divisão não científica da sociologia que se constituiu em relação ao aparecimento de um problema social” (idem). O estudo sociológico da velhice exige começar por romper com as concepções dominantes do que é *ser velho*, procurando observar, por um lado, as distinções existentes entre diferentes categorias de agentes e, por outro, os contextos em que os fenómenos se desenvolvem, as representações que vão adquirindo forma e os problemas sociais que vão surgindo. É romper com a visão comum que tem tendência a tratar uma categoria de idades como se fosse um grupo de agentes não diferenciados, dotados das mesmas propriedades substanciais, inscritas numa espécie de essência biológica, conhecidas e reconhecidas por todos, pois remetem para uma representação mental que lhes é comum.

Este itinerário científico é o prosseguido por Remi Lenoir em *L'invention du troisième âge* (Remi Lenoir – 1979). Segundo este autor o surgimento da *terceira idade*, categorização segundo a qual se é socialmente considerado *velho*, é o resultado de um processo de construção da representação da velhice encarada como problema social. Ser *velho* representa ser *diminuído, carenciado, alguém que precisa da nossa solidariedade, da nossa ajuda*.

Na génese deste processo estão algumas transformações estruturais da sociedade, como a generalização dos sistemas de reforma cuja aplicação se relaciona com modificações nos modos de gestão do trabalho, ou seja, a generalização do trabalho assalariado.

Historicamente, o problema social da velhice coloca-se, de início, associado à miséria em que se encontravam os operários de idade avançada, que por razões fisiológicas de perda de capacidades que lhes reduzia as potencialidades para o trabalho e conseqüentemente os afastava dos circuitos de produção. A falta de meios de

subsistência próprios e de auxílio familiar, que, ou por afastamento, ou por ruptura dos laços de solidariedade, promovia situações de pobreza extrema.

O surgimento das primeiras reformas ficou a dever-se a dois tipos de factores: aos movimentos sindicais, que adquiriram capacidade de se impor, especialmente em locais de grande concentração industrial, e à necessidade de o patronato, e mesmo alguns organismos estatais da época, apaziguarem situações de conflito e mesmo procurarem recompensar o trabalho dedicado de alguns operários.

O alargamento deste problema para os outros grupos sociais é mais tardio, e segundo ainda Remi Lenoir, deve-se “à passagem de um modo de sucessão segundo o qual as relações entre gerações eram directamente controladas pelos pais a um modo onde o acesso às posições e bem se faz cada vez mais pela mediação dos diplomas e de concursos” (Remi Lenoir – 1989), conduzindo a transformações no modo de se relacionarem as gerações especialmente ao nível da intensidade e do conteúdo das trocas.

Com as transformações económicas e sociais da segunda metade do século, o capital dominante na determinação da posição social passou a ser o capital escolar (François de Singly – 1993). Apesar da sua aquisição depender, em parte, do empenhamento da família, ele não é um bem transmissível através da herança como o capital fundiário ou financeiro. A herança perde importância a par com a possibilidade de herdar e deserdar. O capital escolar pode ser transformado em capital social, cultural, económico, dependendo para tal do campo em que o agente detentor se move e tem a particularidade de se *incorporar* no próprio indivíduo. A família, mesmo que bem dotada escolarmente, não tem capacidade de interferir completamente neste processo. Deixa de ser fundamental na transmissão do capital, que é neste caso o capital escolar, afectando profundamente a forma como se relacionam as gerações.

Lentamente, a par com a emergência de sistemas de reforma, inicia-se um processo de transferência de responsabilidades dos filhos para a sociedade, mais concretamente o Estado, o trabalhador e a entidade empregadora, através de compromissos que adquirem formas variadas. Os filhos vão ficando dispensados do *dever sagrado* de cuidar dos pais. E, gradualmente, vão-se modificando a natureza e intensidade dos laços que unem tradicionalmente as gerações.

Em síntese, podemos afirmar que o problema fundamental é a institucionalização do encargo social da velhice em que a sociedade em geral se substitui aos filhos e o que eram anteriormente problemas individuais e privados, por isso vividos dentro do âmbito estrito da família, vão escapando para o exterior e sendo assumidos como problemas de todos, que vão precisar de resolução colectiva. É todo um trabalho de mobilização no sentido de levar ao reconhecimento e legitimação do problema como tal, o que pressupõe a existência de grupos interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, levando mesmo a grandes campanhas de promoção de modo a inseri-la dentro das preocupações sociais de momento. Entre os agentes intervenientes neste processo está o Estado, a instância legítima de resolução dos problemas decorrentes da vida pública, que detém um dos maiores poderes, segundo Pierre Bourdieu, que é o de “produzir e impor (nomeadamente pela escola) as categorias de pensamento que aplicamos espontaneamente a todas as coisas do mundo e até ao próprio Estado” (Pierre Bourdieu – 1994). Ao apropriar-se da resolução do problema social da velhice, o Estado, através das organizações públicas e para-públicas directamente envolvidas e da acção dos agentes que nelas trabalham, tem contribuído fortemente para a institucionalização do problema e a construção das representações do que é *ser velho*, que lhes estão associadas.

Contudo, é conveniente referir que esta perspectiva, desenvolvida por Remi Lenoir, segundo a qual se operou uma inversão nas relações de forças entre as gerações, que estaria na origem da formação dos sistemas de reforma, é criticada por Anne-Marie Guillemard (1980). Para esta autora tal conceptualização constitui uma visão redutora do problema. Por um lado, não é possível examinar as transformações nas relações entre gerações sem ter em conta as posições de classe. Por outro, a análise proposta por Lenoir relativa ao surgimento das reformas, como a emergência de política de velhice, repousa numa concepção redutora e mecânica da política social. O surgimento das políticas sociais de velhice envolvem muito mais do que um puro produto da procura social e das manipulações de que ela é objecto.

Do meu ponto de vista, considero que as conceptualizações levadas a cabo por Remi Lenoir sobre o problema social da velhice são profícuas, na medida em que põem

em evidência aspectos pouco visíveis do problema como são as transformações ocorridas no interior das relações familiares, para além das mudanças sociais que lhe estão associadas. As críticas pertinentes de Anne-Marie Guillemard não retiram validade ao modelo desenvolvido pelo autor, mas alertam para os perigos de reducionismo a que a sua aplicação pode conduzir.

A reconstituição do processo de institucionalização do problema social da velhice requer a introdução de dois outros conceitos. São eles: *espaço social*, entendido como delimitação do mundo social onde as posições sociais se definem pelas diferenças e sempre de forma relacional, e o conceito de *campo*, entendido como um espaço social onde as posições, distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras, são determinadas pela posse do capital específico, válido dentro do campo e que põe em concorrência os agentes que disputam estrategicamente as melhores posições. A aplicação destas noções permite, neste caso, equacionar o problema social da velhice tendo em conta a complexidade do contexto social em que se constitui assim como a identificação dos agentes que objectivamente lhe estão associados. O fenómeno é apreendido de forma relacional, fazendo sobressair a acção de agentes implicados, neste caso, os responsáveis pela produção de bens especificamente orientados para a velhice, entre os quais se incluem as representações sociais de velhice e os próprios *velhos* que constituem o mercado sem o qual o campo não teria tido condições para se expandir.

Decorrente do processo de instauração dos sistemas de reforma e a par com um trabalho de construção e legitimação do problema social da velhice, constituiu-se um *campo* de produção e gestão de bens especificamente orientados para os *idosos* e que tende a generalizar-se e a oferecer produtos diversificados graças, também, a um progressivo alargamento do mercado.

A noção de *campo* (Pierre Bourdieu – 1984), ao operacionalizar a acção de agentes, de forma estruturada e estruturante – a forma como se relacionam os elementos constitutivos da acção intervém na forma como se vai desenrolar a acção seguinte – permite delimitar *espaços sociais* onde as acções são orientadas para a produção de tipos específicos de bens e os agentes que nele se movem são mobilizados no sentido de deter o máximo capital específico e a melhor posição dentro do campo. Para que este

avance e progrida é necessário que haja gente disposta a jogar o jogo social em causa e que conheça as regras.

Entre os bens produzidos, neste caso, pelos agentes no campo, estão imagens do que é a *velhice*, do que é a *terceira idade*, do que é um *idoso* e das características que lhes são inerentes, imagens essas necessárias à preservação e manutenção do campo. Produzem-se ideologias, elaboram-se políticas que contribuem para erigir a velhice à categoria do problema social.

A delimitação do campo possibilita a identificação do espaço em que se movem os agentes sociais implicados, podendo, de forma mais eficaz, reconstituir o sentido e a lógica dos processos que envolvem os fenómenos como é, por exemplo, o da *terceira idade*, ao mesmo tempo que é possível identificar as propriedades sociais dos agentes envolvidos, os jogos em que se enredam e as características dos bens produzidos.

A instauração dos sistemas de reforma e, de modo mais amplo, dos sistemas de segurança (de saúde, materno-infantil, etc.) que surgem em todos os países industrializados desde o século XIX consistem, no essencial, na transferência, para mecanismos despersonalizados e burocratizados, dos processos de redistribuição e encargo que anteriormente eram da responsabilidade das famílias ou de outras instâncias similares, mas no contexto da vida privada. No que respeita ao encargo das gerações mais velhas, a passagem faz-se da negociação dos custos e obrigações decorrentes de pessoa a pessoa, no âmbito privado da família, para instâncias despersonalizadas e burocratizadas em que as relações entre os agentes se operam de forma anónima, ignorando mutuamente as suas existências (Remi Lenoir – 1989).

Com esta nova forma de gestão dos problemas sociais resultantes da velhice e do envelhecimento demográfico os conflitos de interesses reduzem-se a “confrontações entre responsáveis político-administrativos e especialistas de instituições” (idem). A evolução das relações entre gerações é, desta forma, mediatizada por aquilo que se designa vulgarmente por *política social*.

PORTUGAL E A EUROPA: ENVELHECIMENTO E CONDICIONANTES

Globalmente a população mundial cresce a um ritmo de 1,5% por ano e apresenta nos últimos anos uma tendência moderada para o abrandamento deste crescimento. A região com o maior ritmo de crescimento é a África (2,8%) e a região com o menor ritmo de crescimento é a Europa (-0,1%). Este valor negativo do continente europeu é devido ao crescimento acentuadamente negativo da Europa Oriental. Num mundo que aumenta quase cem milhões de habitantes por ano, a Europa é uma região onde o crescimento é negativo. No entanto, quando concentramos a nossa atenção no subconjunto que representam os países que integram a União Europeia, verificamos que todos os países têm um crescimento total superior a zero. Os países com maior crescimento na União Europeia, em meados dos anos noventa, são o Luxemburgo (1,4%) e a Suécia (0,8%). Os restantes países variam entre 0,2% (valor de Portugal) e 0,4%. A razão do grande crescimento total observado no Luxemburgo e na Suécia é a existência nestes dois países de elevados níveis de crescimento migratório (1% e 0,6% respectivamente) e não o seu crescimento natural. Na realidade, a totalidade dos países que integram a União Europeia têm ritmos de crescimento natural que oscilam entre o valor de -0,1% (Alemanha) e 0,4% (Irlanda e Luxemburgo) e são (com excepção da Irlanda) países recebedores líquidos de população. Portugal, com uma taxa de crescimento total de 0,2% (com 0,1% de crescimento natural e 0,1% de crescimento migratório) situa-se dentro dos valores médios observados na União Europeia.

Não existem “pessoas idosas a mais” numa sociedade, em números absolutos. O que acontece é que a sua importância relativa está a aumentar devido aos outros grandes grupos etários estarem a perder importância. Assim, o aumento da população idosa não é uma consequência directa do aumento da duração média de vida. No mundo desenvolvido em geral, e na Europa em particular, depois da Segunda Guerra Mundial,

a seguir ao “baby-boom”, a fecundidade começou a diminuir em primeiro lugar nas regiões europeias da ex-URSS e na Europa Oriental, depois na Europa do Norte e Ocidental e finalmente na Europa do Sul, por volta dos anos setenta. Este declínio fez convergir a totalidade dos países europeus para um modelo praticamente uniforme de baixos níveis de fecundidade e de não renovação das gerações. Este processo de declínio da fecundidade foi acompanhado por importantes modificações nos comportamentos sexuais - aumento das relações sexuais pré-maritais, da coabitação antes do casamento, dos divórcios, dos segundos casamentos, do monoparentalismo - e foi o principal responsável pelo processo de envelhecimento.

Mas, paralelamente ao declínio da fecundidade, também a mortalidade prosseguiu o seu secular declínio - a diminuição da mortalidade nas idades mais jovens alargou-se às idades adultas e às pessoas de idades mais avançadas, anunciando aquilo que alguns autores consideram ser a terceira etapa da transição sanitária moderna. A nível da União Europeia, os valores da esperança de vida têm vindo sistematicamente a aumentar e a dar sinais de convergência para um modelo único. Tal como aconteceu com a fecundidade, evoluiu-se para um modelo que tende a fazer desaparecer as diferenças entre os países se bem que no interior de cada um continuem a existir diferenças importantes ligadas à classe social e ao sexo.

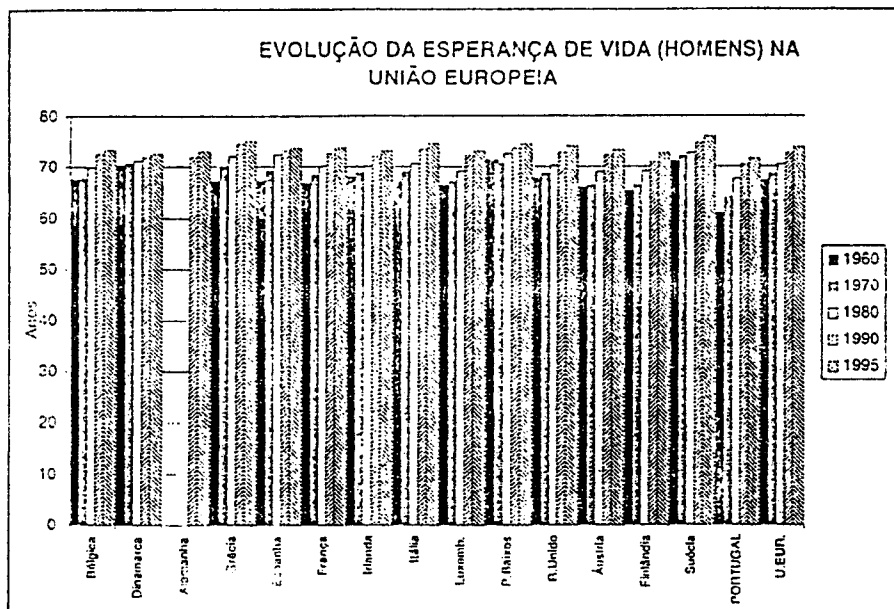
Evolução da Fecundidade na União Europeia

Quadro 2

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	2,6	2,3	1,7	1,6	1,6
Dinamarca	2,5	2	1,6	1,7	1,8
Alemanha	2,4	2	1,6	1,5	1,3
Grécia	2,3	2,4	2,2	1,4	1,4
Espanha	2,9	2,9	2,2	1,3	1,2
França	2,7	2,5	2	1,8	1,7
Irlanda	3,8	3,9	3,3	2,1	1,9
Itália	2,4	2,4	1,6	1,3	1,2
Luxemb.	2,3	2	1,5	1,6	1,7
P. Baixos	3,1	2,6	1,6	1,6	1,6
R. Unido	2,7	2,4	1,9	1,8	1,7
Áustria	2,7	2,3	1,6	1,5	1,4
Finlândia	2,7	1,8	1,6	1,8	1,9
Suécia	2,2	1,9	1,7	2,1	1,9
PORTUGAL	3,1	3	2,2	1,5	1,4
U. EUR.	2,6	2,4	1,8	1,5	1,5

Fonte: Eurostat

Ora é precisamente neste contexto de baixos níveis de fecundidade e de mortalidade tendendo igualmente para a convergência que importa situar o papel desta última variável democrática no processo de envelhecimento: o aumento da duração média de vida fará com que o número de pessoas idosas aumente de importância.



Fonte: Eurostat

Nos últimos 25 anos a totalidade dos países da União Europeia tiveram um acentuado envelhecimento demográfico devido ao efeito combinado do declínio da fecundidade e do aumento da esperança de vida à nascença. Apesar do processo de envelhecimento ser universal, os países desenvolvidos em geral e a Europa em particular têm elevados níveis de envelhecimento demográfico. Em 1960 os países da União Europeia tinham no seu conjunto 24,4% de pessoas com menos de 15 anos: a Irlanda (30,9%), a Finlândia (30,7%), os Países Baixos (30,0%) e Portugal (29,2%) eram os países com maiores percentagens de jovens e a Alemanha (21,0%), o Luxemburgo (21,4%) e a Áustria (21,8%) os com menores percentagens. Em 1995, a média da União Europeia passou para 17,6% e a amplitude das diferenças reduziu-se significativamente: com exceção da Irlanda (24,7%), os valores dos restantes países variam entre os 15,1% (Itália) e 19,6% (França). Portugal tinha, em 1995, 18% de

jovens com menos de 15 anos. No que diz respeito às idades mais avançadas em 1960, a União Europeia tinha 10,6% de pessoas com mais de 65 anos de idade: o país com menor número de idosos era a Finlândia (7,2%) e o país com maior peso de pessoas com 65 e mais anos era a Áustria (12,1%). Em 1995 a média da União Europeia passou para 15,4% e, tal como aconteceu no grupo das idades mais jovens, a amplitude das diferenças reduziu-se significativamente. Com excepção da Irlanda (11,5%) os valores dos diferentes países da União Europeia variam entre 17,4% na Suécia e 13,2% nos Países Baixos. Portugal tinha, em 1995, 14,4% de pessoas com mais de 65 anos de idade. Em síntese, devido à acção conjugada de modelos convergentes de declínio da fecundidade e de aumento da duração média de vida, os países da União Europeia evoluíram, nos últimos anos, para um modelo mais ou menos idêntico de envelhecimento.

Numa primeira fase do processo de envelhecimento das populações o declínio da fecundidade é a variável explicativa natural fundamental. Daí a importância que atribuímos à prospectiva da sua evolução. Porém, numa segunda fase, quando a fecundidade começa a estabilizar os seus valores a baixos níveis, passam a ser o declínio da mortalidade em geral e o aumento da duração média de vida em particular, os factores explicativos naturais determinantes. A evolução recente das grandes causas de morte observada nos diferentes países europeus incitam-nos a ser mais optimistas do que pessimistas em relação ao futuro. O declínio generalizado das doenças infecciosas e das doenças cardiovasculares, em particular as doenças isquémicas do coração e o cancro pulmonar, têm sido particularmente visíveis nos últimos anos. Mais ainda, os factores responsáveis pelo aparecimento destas novas tendências, em particular as mudanças de comportamento ligadas ao tabagismo e aos regimes alimentares, a prevenção de certas doenças através do controlo da tensão arterial, da medição dos níveis de colesterol, e o diagnóstico precoce do cancro do seio e do útero são aspectos que têm evoluído positivamente mas que estão longe de ter chegado ao limite dos seus efeitos positivos sobre o aumento da esperança de vida.

Se juntarmos a estes aspectos de mudança nos comportamentos sociais, outros aspectos de carácter mais técnico, como a descoberta de novas terapêuticas, as quais atacam simultaneamente as causas e as consequências de certas doenças, encontramos

razões mais do que suficientes para pensar que os limites da vida humana estão longe de ser atingidos. Num horizonte de tempo de mais de 50 anos existem todos os motivos para quantificar cenários optimistas que apontam para durações médias de vida de 90 anos para os homens (73,5 anos, em 1995, na União Europeia) e de 95 anos para as mulheres (80 anos, em 1995, na União Europeia - dados do Conselho da Europa) ou moderadamente optimistas, com 83 anos para os homens e 87 anos para as mulheres, ou seja, um aumento de 10 anos num horizonte de 50 anos (Eurostat - no "Cenário Alto").

Porém, aos argumentos que estão na base da construção destes cenários optimistas, opõem-se outros argumentos igualmente plausíveis que estão na base da construção de cenários mais pessimistas. Estes últimos tipos de argumentos agrupam-se em três grandes categorias: (a) o retomar do crescimento das doenças infecciosas devido ao desenvolvimento de resistências às terapias conhecidas ou ao aparecimento de novas patologias; (b) a diminuição generalizada das condições gerais de saúde devido à deterioração da qualidade ambiente (os adubos químicos utilizados em elevadas doses na agricultura, as chuvas ácidas, a degradação da camada de ozono e os aditivos alimentares são grandes factores de risco que podem pôr em perigo a saúde das próximas gerações); o último tipo de argumentos (c) baseia-se na hipótese de que as gerações que neste momento estão nas idades mais avançadas representam uma selecção (devido à elevada mortalidade infantil no passado) e, em consequência, ninguém pode saber se as novas gerações do antibiótico serão igualmente resistentes como o foram as anteriores. Estes argumentos de carácter mais pessimista estão na base de construção de cenários que tanto no trabalho do Conselho da Europa como no do Eurostat apenas admite, num horizonte de 50 anos, um pequeno aumento de 3 anos na esperança de vida.

No contexto europeu, Portugal expressa uma estrutura demográfica, medida através das proporções de jovens e idosos, que é considerada uma situação intermédia face ao envelhecimento, a par com outros países como Espanha, Itália e Grécia, que pertencem à mesma região demográfica. No nosso país há 21% de jovens e 13% de idosos, situação muito diferente da de alguns dos países que apresentam valores extremos como a Albânia, duplamente jovem (33% de jovens e 5% de idosos), ou ainda, no caso oposto, a Suécia, duplamente muito envelhecida (19% de jovens e 18% de

idosos). Esta diversidade de estruturas demográficas é o resultado de processos político-históricos muito diferentes e regimes demográficos que a ritmos variados.

No cômputo final, a população europeia é constituída por regiões com comportamentos demográficos e estruturas relativamente idênticas, mas apresenta ainda grande diversidade. Estas regiões, cujos países apresentam regimes demográficos idênticos, como é o caso da Europa Setentrional, onde Portugal se integra, registam, ainda assim, algumas descontinuidades, como acontece com a Albânia, que constitui exceção na Europa do Sul. Nesta região, as últimas alterações tendem, em quase todos os países, para uma redução das proporções de jovens mais do que do aumento relativo de idosos. O declínio da fertilidade foi mais repentino e mais intenso do que nos países da Europa ocidental, onde primeiro se iniciou. A Itália representa caso mais saliente desta evolução do regime demográfico.

A tendência, em Portugal, é idêntica, ainda que se registe algum atraso. Segundo Gilberta Rocha existe um “certo desfásamento temporal” apesar de o envelhecimento na base, da população portuguesa e da população dos outros países da Europa do Sul, se apresentar muito homogéneo e com níveis semelhantes aos da maioria dos países da Europa comunitária. Quanto ao envelhecimento no topo, a mesma autora observa que existe uma grande diversidade de situações, com bastantes diferenças, especialmente ao nível regional, das observadas nos países da Comunidade.

ENVELHECIMENTO NO ALENTEJO

Segundo Maria João Valente Rosas (1998), uma viagem pelo continente português deixa a sensação de que, quanto mais nos afastamos do litoral e dos dois principais centros urbanos (Lisboa e Porto), mais aumenta a vastidão dos espaços sem gente. Esta ideia, embora não seja exclusiva dos anos 90, parece que, com o tempo, tem vindo a adquirir progressiva nitidez.

Os desequilíbrios de povoamento são notórios. Dos 275 concelhos do continente existentes desde o início dos anos 90, os 20 mais populosos (os quais, em 1991, contavam com um número de residentes nunca inferior a 103 000) ocupam cerca de 3,7% da sua superfície e incluem 40,9% da população residente (quadro 3). A maioria destes concelhos pertencem às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto: desse conjunto fazem parte 10 dos 18 concelhos que integram a Área Metropolitana de Lisboa (pertencendo os dois concelhos mais populosos do continente a esta região: Lisboa e Loures) e 4 dos 9 concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Quanto aos 20 concelhos com menor volume populacional em 1991, localizam-se maioritariamente na Beira Interior e no Alentejo e representam cerca de 0,9% da população do continente, embora ocupem 5,3% da sua superfície (quadro 3). Deste conjunto, o concelho com menos residentes (Barrancos) tem, nessa data, cerca de 50 vezes menos pessoas do que o 20.º concelho mais populoso (Vila Franca de Xira) e cerca de 300 vezes menos pessoas do que o concelho mais populoso (Lisboa).

Também quando se comparam as densidades populacionais (ou seja, o número de habitantes/km²) se constata que é, novamente, nas zonas mais próximas do Litoral e, em especial, nas áreas mais urbanas que estão os concelhos com valores mais elevados, situação que é, mais uma vez, contrastante com a realidade de algumas zonas do Interior (quadro 4).

Concelhos mais e menos populosos em 1991

Quadro 3

Os 20 concelhos mais populosos em 1991		Os 20 concelhos menos populosos em 1991	
Concelhos	População	Concelhos	População
Lisboa	663 404	Barrancos	2 052 a)
Loures	322 158	Alvito	2 650 a)
Porto	302 535	Mourão	3 273 a)
Sintra	260 951	Arronches	3 677 a)
Vila Nova de Gaia	248 567	Vila de Rei	3 687
Amadora	177 167	Penedono	3 731
Guimarães	157 589	Monforte	3 759 a)
Cascais	153 294	Fronteira	4 122 a)
Almada	151 783	Castelo de Vide	4 145 a)
Matosinhos	151 781	Constância	4 170
Oeiras	151 342	Manteigas	4 192
Gondomar	143 178	Marvão	4 419 a)
Braga	141 256	Sardoal	4 430
Coimbra	139 093	Alter do Chão	4 441 a)
Feira	118 641	Castanheira de Pêra	4 442
Seixal	116 912	Alcoutim	4 571
Vila Nova de Famalicão	114 338	Pedrogão Grande	4 643
Barcelos	111 733	Freixo de Espada à Cinta	4 914
Setúbal	103 634	Vila Velha de Ródão	4 960
Vila Franca de Xira	103 571	Aljezur	5 010

a) concelhos alentejanos

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa

Assim, e se exceptuarem, concelhos de São João da Madeira e do Entroncamento, todos os restantes que têm mais de mil habitantes por quilómetro quadrado são concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Em contrapartida, é fundamentalmente no Interior Sul do continente que se situam os concelhos onde a densidade populacional nem chega a atingir os 15 hab/km².

Sobre a zona Interior (não necessariamente Sul) note-se ainda que é aí que se localiza a maioria dos concelhos mais perdedores de população.

Com efeito, entre 1960 e 1991, enquanto o total da população residente no continente registou um acréscimo global de cerca de 13% (passando de 8293 milhares, em 1960, para 9371 milhares, em 1991), houve alguns concelhos, especialmente os alentejanos, que chegaram a sofrer perdas populacionais iguais ou superiores a 50%: Mértola (-62%), Monchique (-51%), Montemor-o-Novo (-50%) e Ourique (-56%).

Concelhos com menores densidades populacionais em 1991

Quadro 4

Os 20 concelhos c/ menos hab/km ² em 1991	
Concelhos	hab/km ²
Alcoutim	8
Mértola	8 a)
Avis	9 a)
Monforte	9 a)
Alcácer do Sal	10
Alvito	10 a)
Idanha-a-Nova	10
Ourique	10 a)
Amodôvar	12 a)
Alter do Chão	12 a)
Arraiolos	12 a)
Arronches	12 a)
Barrancos	12 a)
Mourão	12 a)
Alandroal	13 a)
Crato	13 a)
Penamacor	13
Portel	13 a)
Vimioso	13
Castro Verde	14 a)

a) concelhos alentejanos

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa

Destas constatações não deve, contudo, concluir-se que a localização mais próxima do Litoral, ou dos dois principais centros urbanos, seja a única condição para o maior dinamismo populacional e que o Interior, como um *todo*, esteja a despovoar-se.

Na década de 80, período em que, comparativamente a momentos anteriores, os desequilíbrios de povoamento se agravaram, a população residente no continente pouco variou: aumentou cerca de 0,4%, passando o número de residentes de 9337 milhares em 1981 para 9371 milhares em 1991. Assim, muito embora a variação da população residente no continente tenha sido, na década de 80, extremamente ténue, nesse período houve concelhos que registaram aumentos e diminuições populacionais significativos (quadro 5). Os que mais aumentaram a população estão próximos do Litoral,

pertencendo a maioria às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, e os que mais diminuíram localizam-se no Interior.

Apesar de existir alguma lógica espacial subjacente às diferentes variações populacionais, esses crescimentos (positivos ou negativos) não correspondem a duas “manchas” geográficas complementares e contínuas.

Concelhos com menores variações populacionais entre 1981 e 1991

Quadro 5

Os 20 concelhos com menores acréscimos, em percentagem, de população entre 1981 e 1991	
Concelhos	Taxa de variação
Vimioso	-25,6
Monchique	-23,9
Oleiros	-23,7
Pampilhosa da Serra	-22,6
Ribeira de Pena	-21,2
Vinhais	-21,2
Vila Nova de Foz Côa	-21,0
Vila de Rei	-20,8
Mogadouro	-20,5
Pedrógão Grande	-20,5
Montalegre	-20,3
Torre de Moncorvo	-19,8
Carrazeda de Ansiães	-19,1
Marvão	-18,4 a)
Lisboa	-17,9
Mação	-17,7
Sabrosa	-17,4
Ourique	-17,2
Meda	-17,0
Melgaço	-16,8

a) concelhos alentejanos

Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa

Assim, embora, na década de 80, todos os concelhos tenham envelhecido, à semelhança do que se verificou a nível nacional (onde o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 com menos de 15 anos passou de 45, em 1981, para 66, em

1991), verifica-se que, de um modo geral, o Norte é uma zona menos envelhecida do que o Sul e o Litoral uma zona menos envelhecida do que o Interior (quadro 6).

Concelhos com maiores índices de envelhecimento em 1991

Quadro 6

Os 20 concelhos com maiores índices de envelhecimento em 1991	
Concelhos	
Idanha-a-Nova	291
Gavião	290 a)
Vila Velha de Ródão	290
Nisa	273 a)
Mação	255
Alcoutim	251
Penamacor	249
Vila de Rei	218
Sabugal	215
Crato	214 a)
Castelo de Vide	210 a)
Marvão	206 a)
Pedrogão Grande	199
Alter do Chão	198 a)
Pampilhosa da Serra	193
Arronches	192 a)
Aljezur	187
Góis	186
Monchique	178
Mértola	175 a)

a) concelhos alentejanos

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa

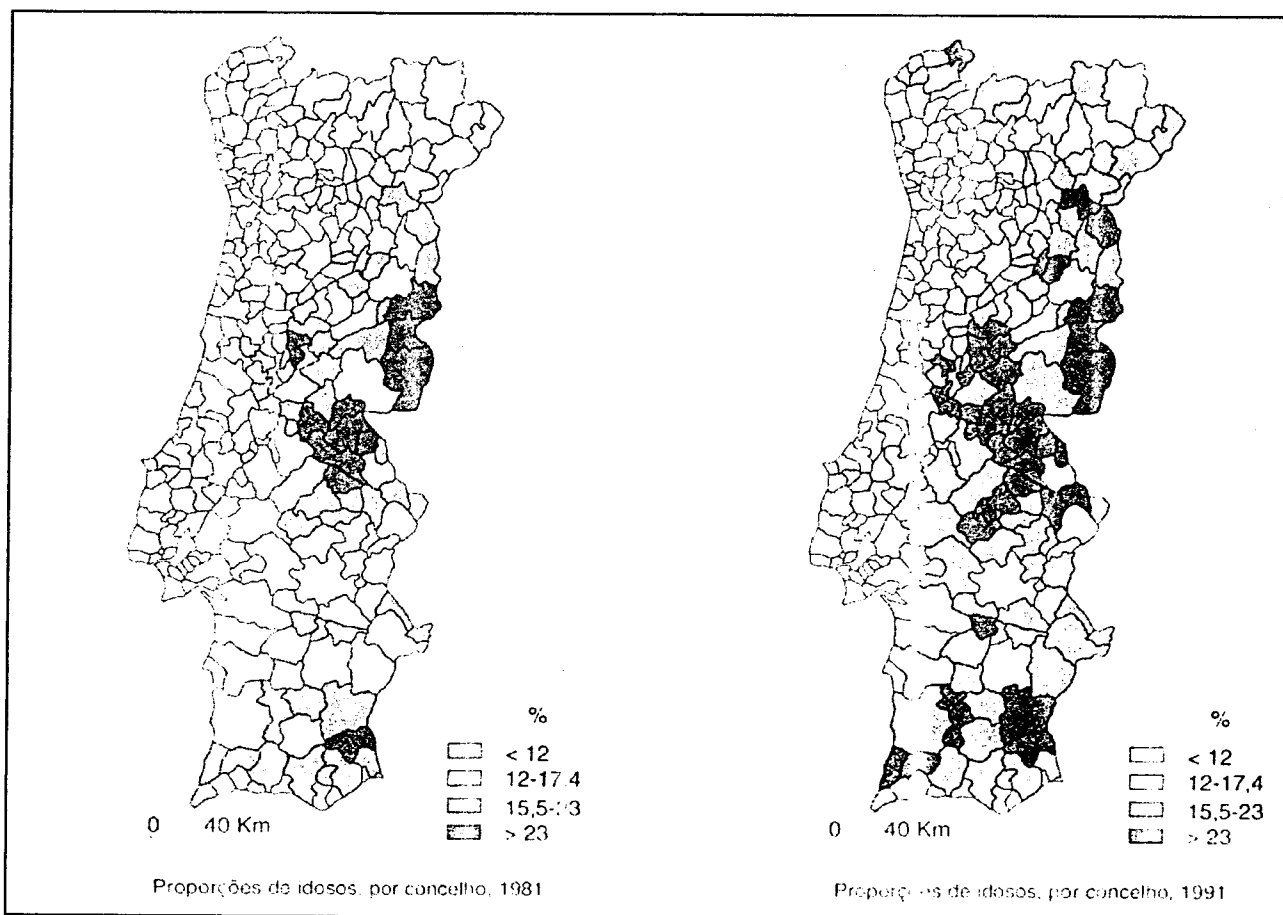
Deste modo, os resultados do índice de envelhecimento (ou seja, do número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 com menos de 15 anos) são mais elevados nas zonas do Interior Sul e mais baixos nas zonas do Norte e do Litoral. Em 1991 constata-se, inclusivamente, que, em muitos concelhos do Interior Centro e Sul do continente, o número de pessoas com 65 e mais anos é muito superior ao número de pessoas com menos de 15 anos (sendo os valores do índice de envelhecimento superiores a 100). Em contrapartida, existem outros concelhos, em especial no Norte Litoral, onde a população no grupo de idades jovem ainda continua claramente superior à do grupo de idades idoso.

Mas sobre estes dois principais eixos de assimetria dos níveis de envelhecimento (Norte-Sul/Litoral-Interior) observam-se situações de alguma singularidade, interessantes de assinalar.

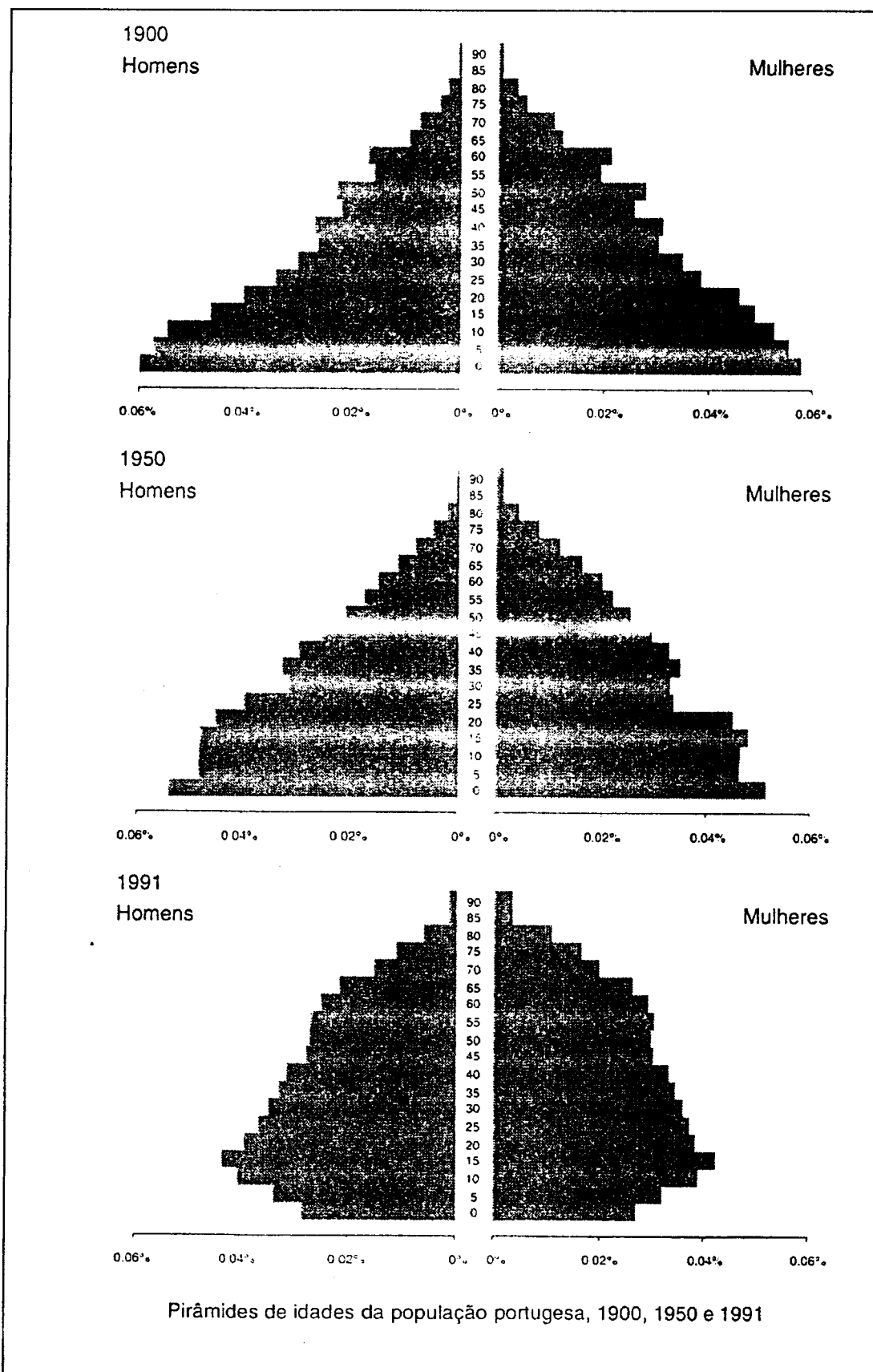
De um lado, estão alguns concelhos que revelam níveis de envelhecimento menores do que os da zona a que pertencem e que são simultaneamente concelhos que manifestaram algum dinamismo demográfico na década de 80. Como exemplos desta situação podem referir-se os casos de Évora e Vila Viçosa, sendo o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (menos de 15 anos), em 1991, de 80 em Évora e 86 em Vila Viçosa.

Pela unificação dos quadros, dos vinte concelhos menos populosos em 1991, 9 são da região Alentejo e dos vinte concelhos com menos habitantes por Km² em 1991, 14 são do Alentejo e dos vinte concelhos com maiores índices de envelhecimentos em 1991, 8 são do Alentejo e o concelho de Nisa, onde fica a população estudada Salavessa, é o 4.º concelho com um maior índice de envelhecimento.

Mapa 5



Fonte: INE



Fonte: INE

ENVELHECIMENTO NOS CONCELHOS DO NORTE ALENTEJANO

Os concelhos Norte Alentejanos têm sido caracterizados ao longo das últimas décadas por uma constante perda de população, perda essa que foi mais evidente ao longo da década de 1960, o que, aliás, deve ser encarado como uma situação normal se nos lembrarmos que esse foi o período típico dos grandes movimentos migratórios do interior rumo não só ao litoral como também rumo ao estrangeiro.

Assim, no quadro que a seguir se apresenta pode observar-se com bastante clareza o movimento da população entre recenseamentos ao longo da Segunda metade do século nos concelhos que compõem a sub-região objecto de estudo:

Evolução da população da sub-região em estudo, por concelho, entre 1950 e 1991

Quadro 7

	1950	1960	1970	1981	1991
Arronches	7280	6818	4935	4307	3677
Campo Maior	10064	9887	8390	8549	8535
Castelo de Vide	7178	6538	4940	4187	4145
Elvas	29969	28562	22566	24981	24474
Marvão	8290	7478	5430	5418	4419
Nisa	19920	17976	13815	10734	9864
Portalegre	28074	28384	25800	27313	26111
TOTAL	110775	105643	85876	85489	81225

Fonte: Recenseamentos Gerais da População

Uma análise atenta ao quadro anterior leva-nos, desde logo, a concluir que, a diminuição da população foi uma constante ao longo do período considerado e que, afectou todos os concelhos sem excepção.

No entanto, este fenómeno tomou contornos de bastante gravidade em quatro dos concelhos, a saber: Nisa, Arronches, Marvão e Castelo de Vide, pois todos eles viram a sua população diminuir cerca de 50% nas últimas quatro décadas. Em contraste podemos considerar os concelhos de Elvas, Campo Maior e, principalmente, Portalegre, cuja população não diminuiu mais do que 18%, 15% e 7%, respectivamente.

No contexto global da sub-região estes valores podem ser considerados bastante baixos se comparados com aquilo que se passou nos restantes concelhos e também se compararmos com os valores totais da sub-região, que no período considerado perdeu cerca de 27% do total da sua população, como se pode verificar pela análise do quadro 8.

Taxa de variação da evolução da população, por concelho, entre 1950 e 1991

Quadro 8

Arronches	-49
Campo Maior	-15
Castelo de Vide	-42
Elvas	-18
Marvão	-47
Nisa	-50
Portalegre	-7

Fonte: Recenseamentos Gerais da População

Ora, esta situação é bastante preocupante, tendo em conta que:

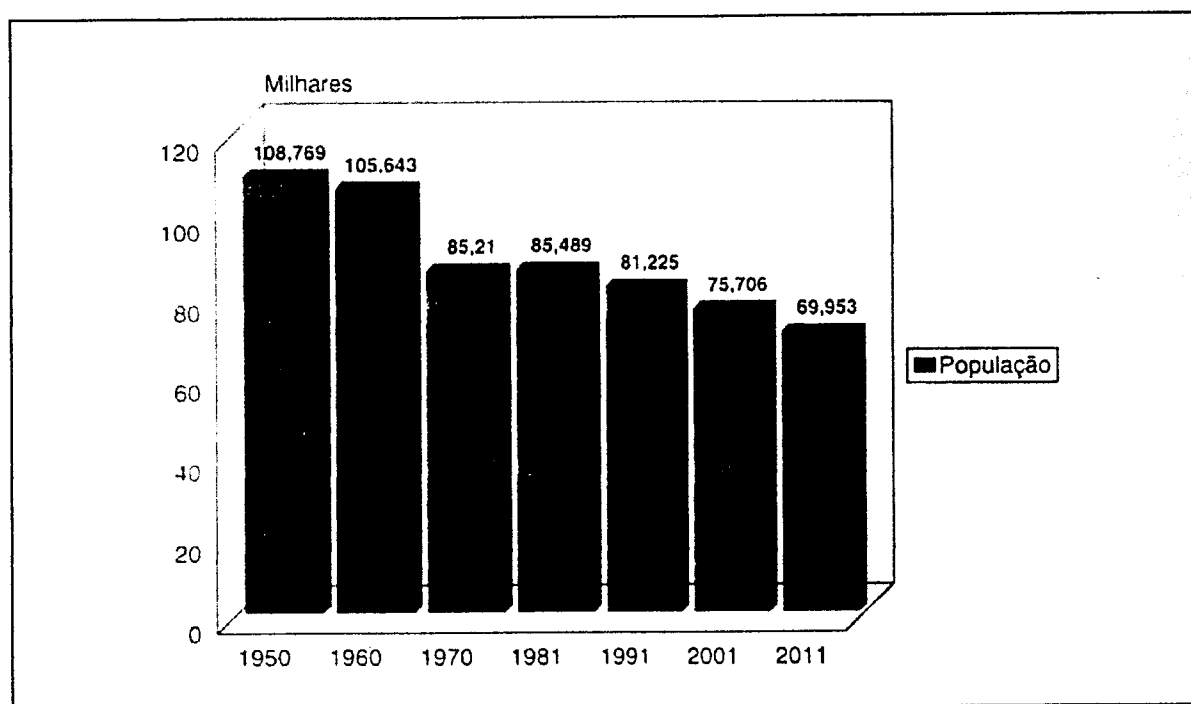
- da perda de população resulta uma estrutura caracterizada por um duplo envelhecimento, o que acarreta graves consequências quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista social;
- ela é fruto de uma dinâmica demográfica cujas principais características são a baixa natalidade e a forte emigração, esta fundamentalmente durante a década de 1960;

- obriga a repensar toda a política de desenvolvimento regional, uma vez que uma população duplamente envelhecida tem características bastante diferentes de uma população rejuvenescida, nomeadamente ao nível da sua própria dinâmica.

Assim, importa analisar o movimento da população que se prevê venha a ocorrer num futuro mais ou menos longo, pois dessa maneira poder-se-á fundamentar de forma mais consistente qualquer estratégia que venha a ser proposta.

Gráfico 1

Evolução da população da sub-região de 1950 a 1991 e projecção para 2011



Fontes: Recenseamentos Gerais da Pop., INE, Lisboa e
Estudo Demográfico da Região Alentejo, CCRA, Évora, 1996

Neste sentido, o gráfico 1 dá-nos uma ideia clara não só do movimento da população na sub-região em estudo durante a segunda metade do nosso século, como também nos mostra qual o movimento que se projecta até ao início da segunda década do próximo milénio.

Como se pode verificar, as projecções do movimento da população para os próximos decénios apresentam-nos um quadro bastante preocupante, pois tudo indica que o volume global continue numa dinâmica descendente, o que trará como consequência inevitável um agravamento da estrutura, nomeadamente através da intensificação da tendência para o duplo envelhecimento. Isso significará inevitavelmente um obstáculo mais ao desenvolvimento de uma sub-região que já hoje em dia enfrenta graves problemas e graves constrangimentos no que se refere à melhoria da qualidade de vida das suas populações.

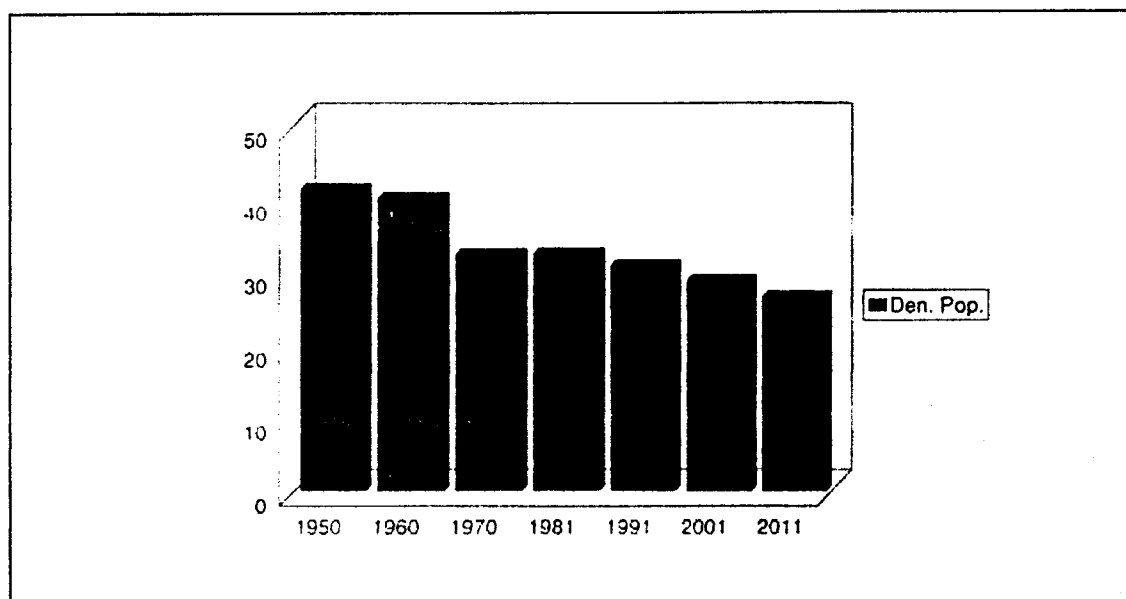
Perante os dados atrás mencionados é importante, neste momento, fazer uma análise a um outro aspecto que, do ponto de vista do desenvolvimento regional, pode ser fundamental para se aquilatar das possibilidades desta sub-região encarar o seu futuro com algum optimismo na medida em que:

- o desenvolvimento do sector do turismo só tem sentido se enquadrado numa estratégia mais abrangente de desenvolvimento regional;
- concomitantemente, e tendo em conta uma determinada postura teórica que nos parece correcta, o desenvolvimento regional só é viável se a densidade populacional não baixar a níveis inferiores aos 25 habitantes por Km².

É neste sentido que consideramos a densidade populacional uma variável imprescindível tendo em vista os objectivos do presente trabalho. Nos concelhos que compõem a sub-região em estudo a sua evolução ao longo da segunda metade do século foi a seguinte:

Gráfico 2

**Evolução da densidade populacional na sub-região entre 1950 e 1991
e projecção para 2011**



Fonte: Estudo Demográfico da Região Alentejo, CCRA, 1996

Assim, como se pode observar, a evolução desta variável no conjunto dos sete concelhos estudados tem vindo a caracterizar-se por uma forte diminuição, tendo atingido em 1991 um valor de cerca de 30,9 hab/Km². No entanto, este valor esconde em si situações absolutamente díspares na medida em que se se fizer uma análise centrada em cada um dos concelhos *de per si* verificamos que existem realidades onde o desvio à média é bastante relevante.

É o caso, por exemplo, do concelho de Arronches, que em 1991 tinha uma densidade populacional que não ultrapassava os 11,7 hab/km², ou o caso do concelho de Castelo de Vide, com uma densidade populacional de 15,8 hab/km² também em 1991. Nestes termos, estes são valores que nos levam a concluir que:

- I. foi nesses concelhos que a diminuição da população foi mais acentuada ao longo das últimas décadas;

II. foi ainda nesses concelhos que se verificou um maior envelhecimento, quer no topo quer na base da pirâmide.

Ainda assim, e apesar da preocupação que estes valores encerram, o quadro torna-se ainda mais preocupante se se tiver em consideração a evolução projectada para as próximas décadas. De facto, como nos mostra o gráfico 2, prevê-se que ao longo dos próximos anos a densidade populacional continue a diminuir, na sequência e em resultado, afinal, daquilo que se prevê venha também a acontecer com a população.

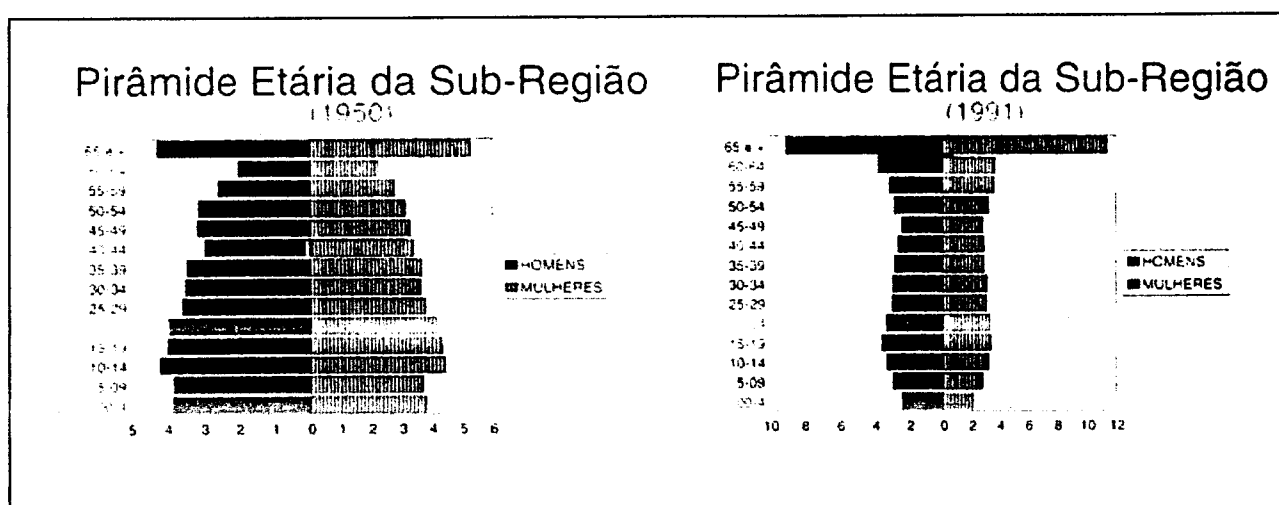
Mas, se estas previsões se vierem a concretizar, a questão demográfica será no futuro próximo a grande debilidade desta sub-região (se não o é já!), pois poderemos encontrar concelhos para os quais não se projecta mais do que 8,1 hab/km² para 2011, como é o caso do concelho de Arronches. Ora, este é um valor que põe em causa o próprio concelho e lhe restringe de forma bastante significativa as suas possibilidades de se vir a desenvolver.

Então, como já se referiu, a constante diminuição da população da sub-região objecto de estudo provocou, concomitantemente, um outro fenómeno típico, aliás, de toda a região alentejana: o envelhecimento da população.

As pirâmide etárias que a seguir se apresentam são bem exemplo daquilo que se acabou de dizer.

Gráficos 3 e 4

Pirâmides etárias da sub-região em 1950 e 1991



De facto, analisando as pirâmides etárias correspondentes à sub-região objecto de estudo em 1950 e 1991 verifica-se que o peso relativo do grupo etário de 65 e mais anos aumentou extraordinariamente em relação ao total populacional, o que poderá encontrar explicação numa análise cuidada das variáveis micro-demográficas e, também, no aumento que se verificou na esperança de vida, nomeadamente em resultado das melhorias ocorridas nos cuidados de saúde e na qualidade de vida em geral.

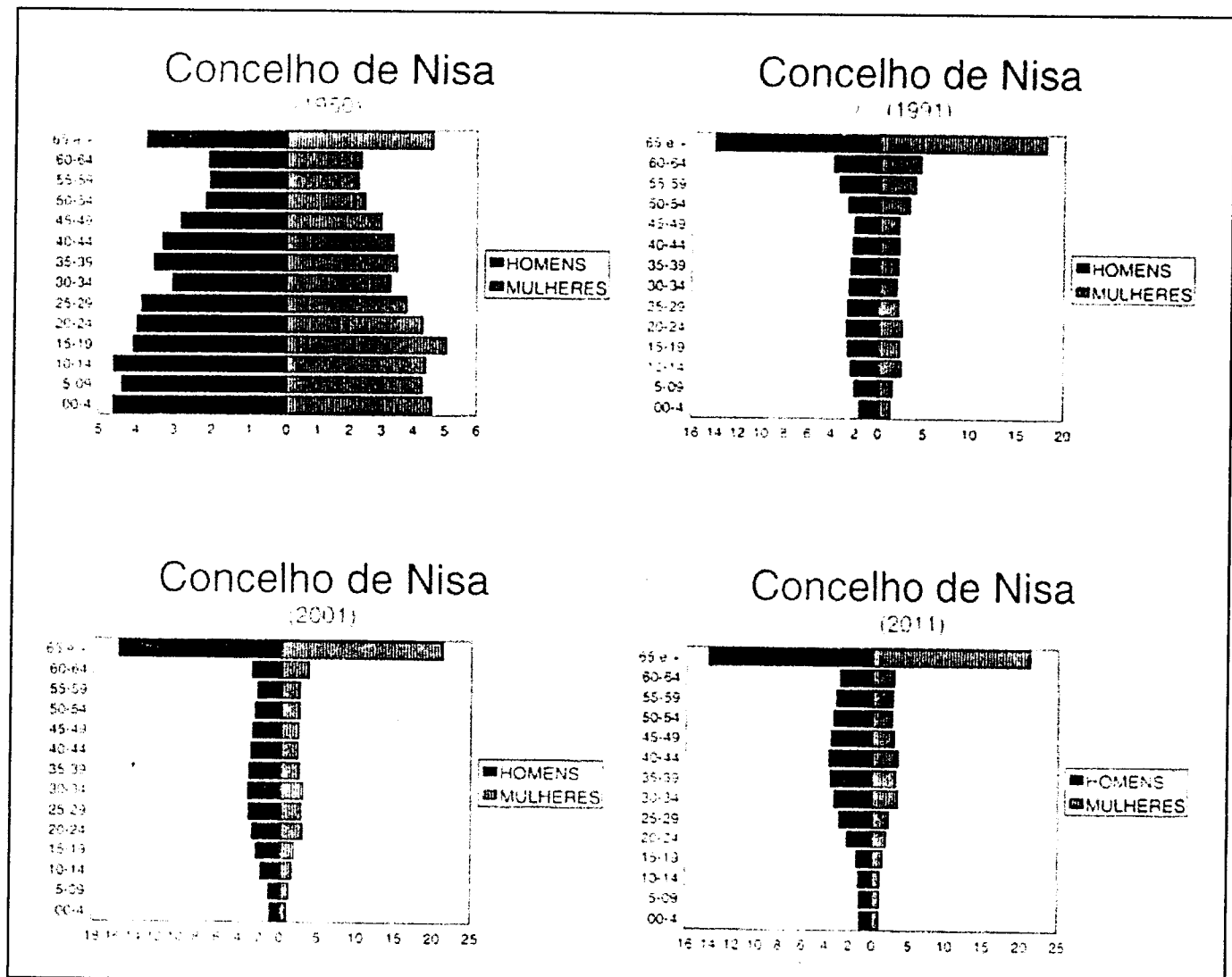
Mas, paralelamente ao envelhecimento no topo, esta sub-região caracterizou-se ainda durante o período estudado, do ponto de vista demográfico, por um forte envelhecimento na base, isto é, na diminuição permanente e facilmente observável do peso relativo dos jovens na sua estrutura populacional. Na realidade, a permanente diminuição da taxa de fecundidade e os movimentos migratórios que levaram grandes contingentes populacionais a abandonar as regiões interiores na expectativa de encontrarem melhores condições de vida no litoral e no estrangeiro podem ser apontados como os fenómenos de carácter demográfico que levaram à diminuição do número de jovens nestes concelhos em particular.

Contudo, do ponto de vista social outras variáveis podem ser apontadas como tendo estado na origem deste envelhecimento na base, como, por exemplo, a generalização do emprego feminino, o aumento progressivo do número de anos de escolaridade e, também, a diminuição do número de filhos por casal, cuja origem pode ser procurada no cruzamento de fenómenos micro-demográficos com fenómenos puramente sociais.

Mas, se se fizer uma análise mais centrada em cada um dos concelhos que fazem parte da sub-região objecto de estudo podemos observar que alguns desses concelhos se encontram perante situações absolutamente surrealistas do ponto de vista demográfico, situações essas que têm por base um movimento demográfico caracterizado por fortes perdas dos respectivos contingentes populacionais ao longo dos últimos 40 anos e que, de algum modo, não são perceptíveis numa análise global à sub-região.

Na realidade, concelhos como Portalegre ou Elvas acabam por influenciar de forma muito significativa essa análise globalizante, “escondendo” algumas situações que nos parecem de extrema gravidade, como se pode constatar nos gráficos seguintes.

Pirâmides etárias do concelho de Nisa



Na realidade, como já vimos no início desta breve análise demográfica, o concelho de Nisa foi o que ao longo da segunda metade do século maior percentagem de população perdeu: 50%. Assim, a perda de população não poderia deixar de estar relacionada com os movimentos migratórios ocorridos essencialmente na década de 1960, pois Nisa é um concelho onde a emigração, sobretudo para a Europa, foi muito significativa – por exemplo, no caso do concelho de Arronches os movimentos migratórios foram quase de forma exclusiva para a área metropolitana de Lisboa, sendo insignificante o número de pessoas oriundas deste concelho que saíram do país à procura de melhores condições de vida.

Mas, no caso de Nisa, um concelho muito marcado pela emigração, como referimos, a perda de população originou um duplo envelhecimento que atingiu níveis que nenhum outro concelho estudado atingiu, projectando-se para 2011 uma situação muito preocupante sob todos os pontos de vista: cerca de 36% da população do concelho terá nessa altura 65 ou mais anos, ao passo que apenas 6% terá menos de 15 anos.

Do ponto de vista da *revalorização* do próprio concelho e da potenciação dos seus recursos endógenos uma população com estas características acarreta um grande número de problemas: desde o diminuto número de população activa até às qualificações; desde a incapacidade para inverter as tendências demográficas até à incapacidade de manter e/ou atrair população, Nisa tem um grande desafio sobre o qual deve começar a reflectir o quanto antes, sob pena de a oportunidade se esgotar. Como Nisa, também Arronches; também Marvão... A valorização dos recursos humanos num sector tão importante para a economia da região como é o turismo pode ser o primeiro passo nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta viagem de estudo pela aldeia da Salavessa mostra uma povoação a morrer ao imparável ritmo da desertificação e envelhecimento que vão tomando conta de quase todo o interior de Portugal.

E se quiser ser rigoroso sobre esta realidade, basta traçar uma linha vertical, a meio do país: a metade direita, a que faz fronteira com Espanha está a transformar-se num deserto sem gente, nem vida. Este Portugal está a morrer, porque o país não é só chão.

O Portugal profundo está a desaparecer sob a marcha imparável do envelhecimento e da desertificação. O interior já não consegue fixar populações e para além das capitais de distrito, o vazio acentua-se à medida que o tempo passa. Só os velhos guardam a identidade das regiões que, desde há muito, vêm partir os seus jovens em busca de futuro. Além da aldeia da Salavessa, muitas outras aldeias e vilas não vêm nascer uma criança, e ao mesmo tempo os cemitérios são alargados para que caibam os que se vão finando. É com estes contornos que se faz o retrato de quase todo o interior.

No continente e tomando como fonte o censo de 1991 é fácil identificar as zonas de risco: os distritos menos populosos são Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Bragança e Beja. É uma enorme mancha de desertificação que assola o interior, situação que não deixará de ser confirmada pelo próximo censo a realizar no próximo ano (2001).

O círculo é vicioso e fácil de explicar: a falta de condições para crescer, estudar e arranjar emprego no interior é enorme e provoca o abandono dos mais jovens, que fogem para o litoral em busca de oportunidades. Sem jovens, não há casamentos nem nascimentos: as populações envelhecem e as terras estagnam. Sem poder de compra, ninguém investe e mesmo que o faça não terá quem trabalhe, porque não há gente nova. A terceira idade é dominante, as aldeias vão-se fechando sob um manto de morte, que devagar, vai tomando conta de meio Portugal.

E se num trabalho de carácter científico, seria fácil inventar propostas surrealistas de inversão, elas porém ficariam todas num plano teórico, sem concretização prática.

E se tomarmos até em conta a principal medida governamental para fazer face a estes problemas, que se chamou Aldeias Históricas de Portugal, que incidiu num conjunto cirúrgico de dez povoações onde se melhoraram drasticamente as condições de vida das populações e se lavou a cara ao património, mas que tomadas como exemplo continuam a ser o retrato fiel do país que vai desaparecendo, num plano que não deu frutos e em que a tendência para o envelhecimento e desertificação não regrediram

Apesar de o Estado ter investido cerca de seis milhões de contos nestas aldeias, o retrato continua com os mesmos contornos e na linha do horizonte o que se vê é o mesmo destino de abandono.

Na aldeia da Salavessa, a melhoria das condições de vida nos últimos anos foi real. Electrificou-se a povoação, canalizaram-se as águas e os esgotos, abriram-se novas estradas, abriu-se o centro de convívio, o posto clínico, conservou-se a Igreja e faz-se apoio domiciliário aos idosos. Mas o vazio impera cada vez mais. O alargamento do cemitério foi aliás uma das obras dos últimos tempos, aumentar a dignidade de quem morre é uma das funções dos vivos, e a presença da morte é mais forte por estas terras. Há emigrantes que compraram casas e terrenos, mas não falta quem jure, que todos os que saíram só um décimo voltou. De quem ficou, como já salientámos, a idade avançada é o sinal mais característico. Muitas das casas da aldeia estão fechadas como foi dito, e a maior parte delas já nem sequer abrem nas férias.

De todas as pessoas ouvidas, não há esperança. De resto em todas as histórias de vida constantes desta dissertação de tese de mestrado, a tónica do envelhecimento na Salavessa é a de um mundo sem esperança nem retorno.

Na história de vida “A Penúltima Partida”, o Jorge Miguéns é implacável ao afirmar: *“as pessoas transpuseram as suas esperanças e economias para os seus descendentes – não vivem as suas vidas – vivem os sucessos dos filhos. É uma espécie de vingança ao passado de sacrifícios que fizeram na juventude. Eu compreendo perfeitamente as suas atitudes porque assisti à sua luta pela sobrevivência.*

É um Outono perpétuo – sem esperança de Primavera!!

Quando volto de um funeral qualquer, lembro-me sempre do descer do pano de uma peça de teatro!

Dito isto – o que pode pensar e fazer um homem de 48 anos?

Eu já não sou propriamente um jovem, mas ainda não sou suficientemente velho para viver neste Lar de 3ª idade.

Dou-me bem com todas as pessoas, e sinto que sou estimado por toda a população, só que isto não é suficiente para manter o meu cérebro em funcionamento.

Parto. Sem saudade!”.

Em “Os Filhos de Domingos” analisa-se: “*são os que vivem num mundo indigente e sabem que qualquer deslocação é sempre melhor. Nesta radicalização estão incluídos os que normalmente não voltam, porque ficam contentes com a melhoria de vida e outras comodidades que de outro modo não seria possível*”.

Também na história de vida “Sem Saudades”, de José Pereira, que depois de várias partidas e regressos, abandonou a aldeia aos 86 anos com o desejo de não mais voltar e onde diz: “*nunca mais voltei à Salavessa, desde 1994, nem quero voltar. Não quero saber das minhas propriedades, nem mesmo da casa onde vivi. As tristezas do passado não gosto de as recordar e quando as poucas pessoas que por lá moram morrerem, a Salavessa fica uma aldeia fantasma sem ninguém. Entendo que não há poderes humanos que possam inverter a desertificação da aldeia*”.

Destas três histórias de vida, todos os seus protagonistas partiram sem saudades, para nunca mais voltar ou raramente o fazerem.

Na outra história de vida, “Voltar Até Quando”, o protagonista partiu e voltou mas comenta: “*mantenho-me na Salavessa onde moro, se bem que passo a maior parte dos dias fora da aldeia, mas admito até pelas razões de falta de mão de obra, de abrir uma padaria em Portalegre, onde continuarei a fabricar aquele que é já o único emblema da aldeia, o PÃO DA SALAVESSA*”.

De resto o envelhecimento e a desertificação não são exclusivos do interior de Portugal, também a zona fronteiriça espanhola sofre da ruralidade, onde o vazio também se perfila.

E se, como foi explicado, difícil será de novo o repovoar da aldeia da Salavessa e o regresso dos que partiram, ela pode tornar-se num fluxo de atracção turística através de projectos globais de aproveitamento de valorização turística, ambiental e arqueológica dos rios Sever e Tejo, englobando toda a margem direita destes rios, em conjunto com a zona espanhola de Cedilho, situação a que a autarquia vai agora definir em projecto e que se espera que quando concluído em 2001 possa vir a atrair turistas e a reavivar toda esta zona.

Tendo por base o estudo que realizei as propostas de revitalização serão:

1. Turismo em espaço rural

Implementação de unidades de turismo de habitação, agro – turismo e turismo de aldeia, fazendo o aproveitamento das diversas casas tradicionais que se encontram fechadas, com valor arquitectónico próprio da zona (casas de xisto), e que ajudarão a rentabilizar os elevados padrões de qualidade ambiental e os valores paisagísticos e etnográficos. Tal implementação só tem lógica através de iniciativas de informação à população, no sentido de fomentar o conhecimento dos mecanismos de apoio às diversas modalidades de turismo em espaço rural.

2. Percursos de Natureza

Uma das mais desejadas e antigas reivindicações dos Salavessenses é a ligação da aldeia a Vila Velha de Rodão e às margens do Tejo.

Muitos defendem mesmo que se estas ligações tivessem sido feitas nos anos cinquenta/sessenta, muitos habitantes que foram trabalhar para Vila Velha de Rodão teriam ficado a viver na Salavessa, em vez de terem que fazer cerca de 40 km para se deslocar para a celulose daquela vila.

Inclusivamente com estas ligações a aldeia da Salavessa passaria a aproveitar todo o projecto global que a Câmara de Nisa propõe fazer de aproveitamento da margem do Tejo, com zonas de lazer compostas de pequenos cais de acostagem de barcos de recreio, avifauna, vistas sobre o rio e a sua margem direita.

3. Monumentos Arqueológicos

A diversidade geo-morfológica do concelho de Nisa conferiu à sua arquitectura megalítica uma interessante variedade.

Desde a parte sul do concelho onde aparecem as monumentais antas de S. Gens em Alpalhão, até para norte do concelho nas margens do Tejo, onde os solos são mais pobres e se construíram monumentos megalíticos em xisto de pequenas dimensões, como são o caso dos monumentos indicados na descrição da aldeia da Salavessa. De acordo com o prof. Jorge de Oliveira da Universidade de Évora, os monumentos megalíticos da Salavessa podem e devem vir a ser inseridos em circuitos de visita de turistas de que farão parte todos os monumentos que ligarão Montalvão, Salavessa e Cedilho em Espanha. Esta vertente seria também decisiva para atracção e pólo turístico.

4. Acções de Formação

Para além da recuperação das casas tradicionais, da ligação da Salavessa às Portas de Rodão (7 km) e à margem direita do rio Tejo (2,8 km), dos percursos de natureza de visita ao circuito de monumentos megalíticos, a implantação de acções de formação na área da restauração, com equipamentos gastronómicos à base de peixe do rio (enguias, barbos, carpas, etc.) muito procurados por turistas, poderá ser outra das vertentes de desenvolvimento da aldeia a que se poderá juntar em termos de gastronomia a doçaria tradicional da Salavessa. Também a apicultura, desenvolvida até aqui em termos tradicionais, poderá vir a ter nesta aldeia uma área de intervenção importante de unidades produtivas de mel de grande qualidade, sendo de salientar os importantes muros apícolas que existem na Salavessa.

5. Turismo Cinegético

Também a aldeia da Salavessa dispõe de uma importante zona de prática cinegética, existindo para o efeito uma associação de caçadores já com espaço físico existente, que devidamente apoiada poderá vir a atrair caçadores de todo o país, que poderão inclusivamente vir a adquirir as casas tradicionais abandonadas e vir a recuperá-las.

6. Realização do “Dia da Salavessa”

Trata-se de uma iniciativa, que poderá ser liderada pela autarquia local ou por uma comissão de habitantes no sentido de atrair não só os salavessences na diáspora, mas outros habitantes da sub - região, no sentido de dar a conhecer as realidades e as potencialidades da aldeia em termos de desenvolvimento futuro. É uma prática que fomenta a coesão social, desenvolve a identidade local e possibilita a discussão sobre os problemas do envelhecimento e do isolamento, tendo em vista a apresentação de soluções para os problemas mais sentidos.

7. Proposta de restauração da antiga festa

Articulado ou não com a iniciativa anterior e com objectivos semelhantes, esta proposta tem lógica na perspectiva da identidade e da dinâmica locais.

8. Fomentar o intercâmbio transfronteiriço

A nível da 3.^a idade, dos jovens (!), da formação profissional, do turismo, da luta contra a exclusão, etc.

Todas estas propostas terão que merecer uma especial atenção de organismos oficiais tais como a autarquia, a Região de Turismo de S. Mamede, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo e de outros serviços públicos, pois não tenho dúvida que a sua realização e implementação chamarão a atenção de investimentos privados, que irão dinamizar não só a aldeia da Salavessa, mas também numa acção programada e faseada todo o concelho de Nisa e concelhos limítrofes.

BIBLIOGRAFIA

- **ALBINO, João e outros**
2000 Turismo e Desenvolvimento no Norte Alentejo,
Lisboa: Edições Colibri
- **ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires**
1997 Família e Poder no Alentejo.
Elites de Avis – 1886-1941,
Lisboa: Edições Colibri
- **BEAUVOIR, Simone**
1970 La Vieillesse,
Paris: Gallíard
- **BENTO, Luís Mário Correia**
1996 Salavessa, um contributo para a sua história,
Lisboa: Editora Duas Civilizações Ld.
- **BOURDELAIR, Patrice**
1993 L'age de la vieillesse,
Paris: Edições Olie Jacob
- **BRETELL, Caroline B.**
1986 Homens que partem, mulheres que esperam,
Lisboa: Dom Quixote
- 1991 Eu já chorei tantas lágrimas, Lisboa: Dom Quixote
- **CEBOLA, Dionísio**
1997 Direcções Escolares do Distrito de Portalegre,
Portalegre: Edição do autor

- **CHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamim**
1997 O Inquérito, Teoria e Prática,
Oeiras: Celta
- **CUTILEIRO, José**
1997 Ricos e Pobres no Alentejo,
Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora
- **FERNANDES, Ana Alexandre**
1997 Velhice e Sociedade,
Oeiras: Celta
- **GOODE, William J. e HATT, Paul K.**
1987 Métodos em Pesquisa Social,
São Paulo: Companhia Editora Nacional
- **GUILLEMARD, Anne Marie**
1988 La Vieillesse,
Paris: Col. Sociologie
- **LEWIS, Oscar**
1992 Os filhos de Sanchez,
Lisboa: Moraes Editores
- **LENOIR, Rémi**
1991 L'iventio du troisième âge,
Paris: Les cahiers de la recherche en sciences
sociales
- **MAIA, Fernando**
1991 O fenómeno do envelhecimento demográfico da
população dos anos noventa,
Lisboa: Economia e Sociologia

- **MENDRAS, Henri**
1978 Sociedades Camponesas,
Rio de Janeiro: Zahar Editores
- **NAZARETH, J. Manuel**
1979 O Envelhecimento da População Portuguesa,
Lisboa: Editorial Presença
- **O' NEIL, Brian Juan**
1984 Proprietários, Lavradores e Jornaleiros,
Lisboa: Dom Quixote
- **POIRIER, Jean e CLAPIER, Simone**
1993 Histórias de Vida, Teoria e Prática,
Lisboa: Celta Editores
- **QUIVY, Raymond e outros**
1992 Manual de Investigação em Ciências Sociais,
Lisboa: Gradiva
- **RAMOS, Francisco Martins**
1997 Os Proprietários da Sombra,
Lisboa: Universidade Aberta
- **RIBEIRO, Manuela**
1995 As histórias da vida enquanto procedimento de
pesquisa sociológica,
Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa

➤ **ROSA, Maria João Valente**

1993 O desafio Social do Envelhecimento demográfico,
Análise social, volume XXVIII (122), 679 - 689

1998 Notas sobre a população- níveis de povoamento e
envelhecimento: contrastes entre os concelhos do
continente, Análise social, volume XXXIII (148),
855 - 860

➤ **SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira**

1986 Metodologia das Ciências Sociais,
Lisboa: Edições Apontamento

➤ **SILVA, Augusto Santos**

1994 Tempos Cruzados: Um estudo interpretativo da
Cultura Popular, Lisboa: Edições Apontamento

➤ **SIMMEL, Georges**

1994 Sociologie et epistemologie,
Paris: Les editions de minuit

➤ **SINGLY, François**

1996 La famille en question,
Paris: Syros



➤ Boletins informativos da Câmara Municipal de Nisa (1991-2000)

➤ Cadernos Eleitorais da Freguesia de Montalvão (1985-1992)

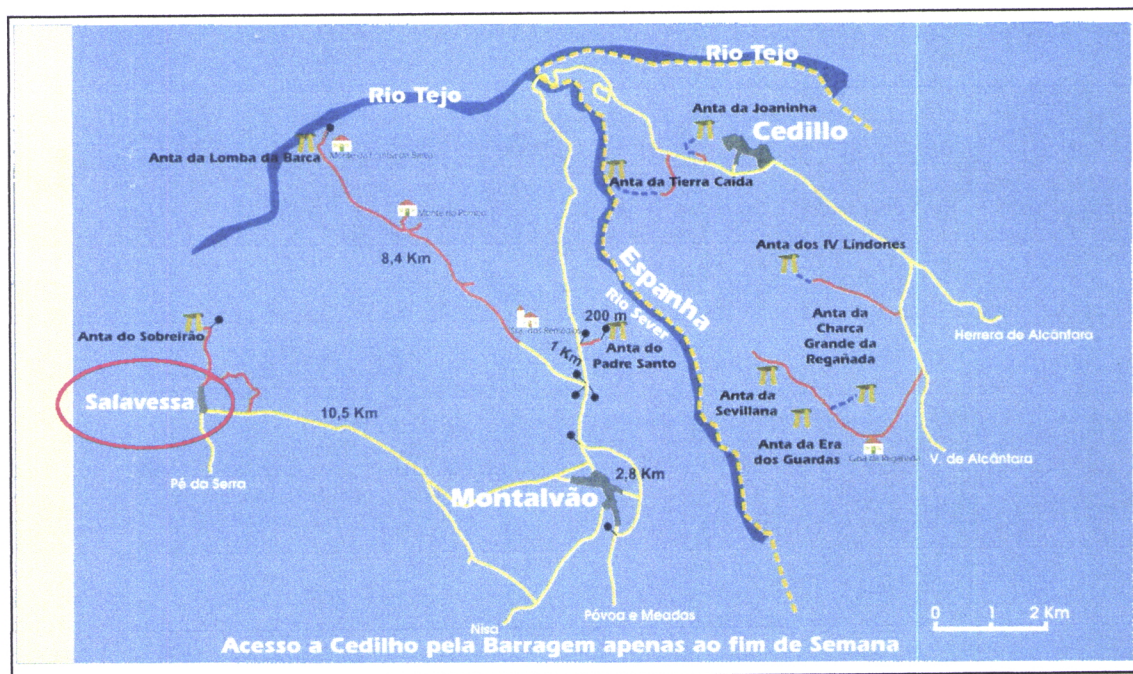
➤ Estatísticas da Segurança Social, Inst. Gestão Financeira
da Segurança Social (1997)

➤ Estatísticas Demográficas, INE (1998)

- Livro Branco da Segurança Social (INE – IGFSS, 1998)
- Livro Verde da Segurança Social (INE – IGFSS, 1997)
- Plano de Valorização Paisagística do Rio Tejo (C. M. Nisa, Impacte, 2000)
- Recenseamento Geral da População (INE, 1940-1991)
- Sociedade e Trabalho, Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1998)
- Vidas – Revista Grande Reportagem (2000)

ANEXOS

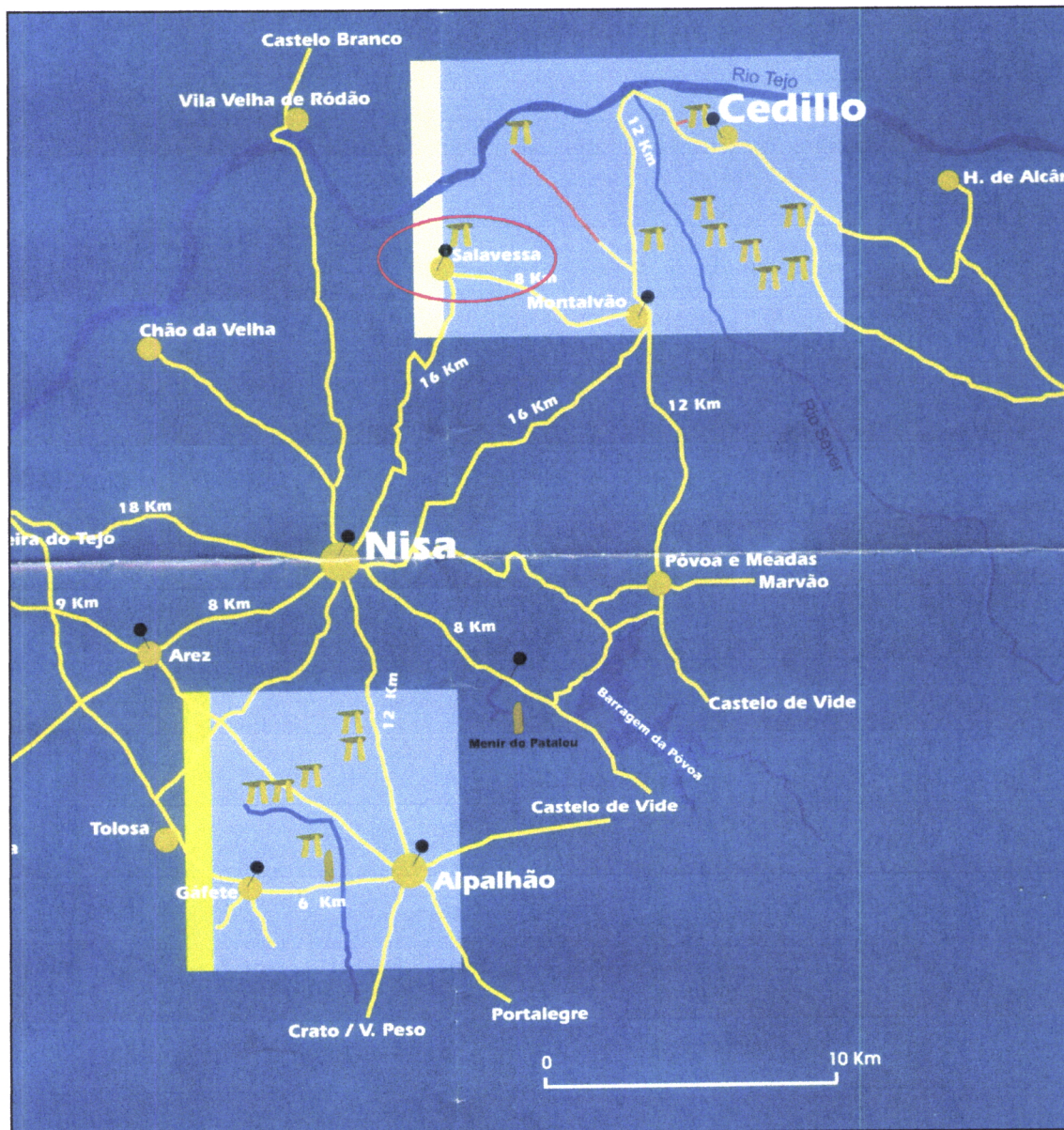
Mapa 6



Percursos Megalíticos

Fonte: Região de Turismo de S. Mamede

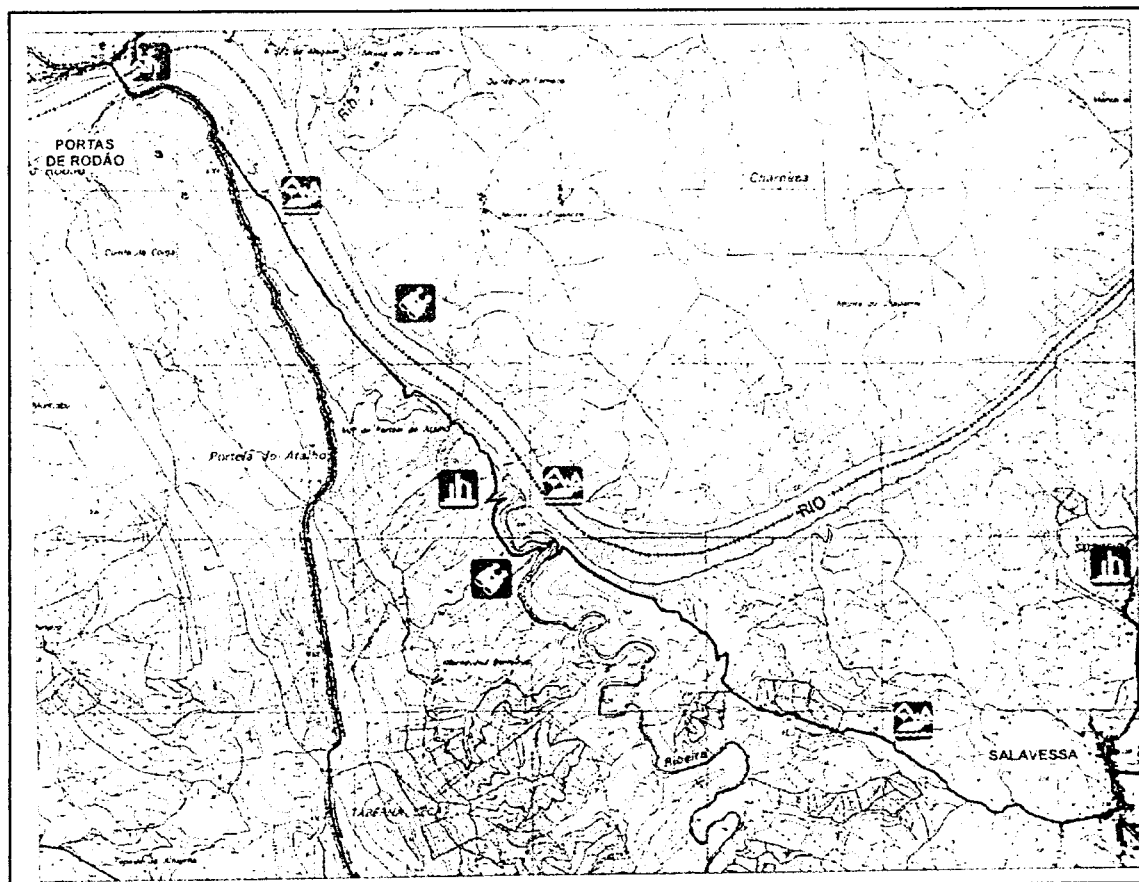
Mapa 7



Percursos da Natureza com ligação a Espanha

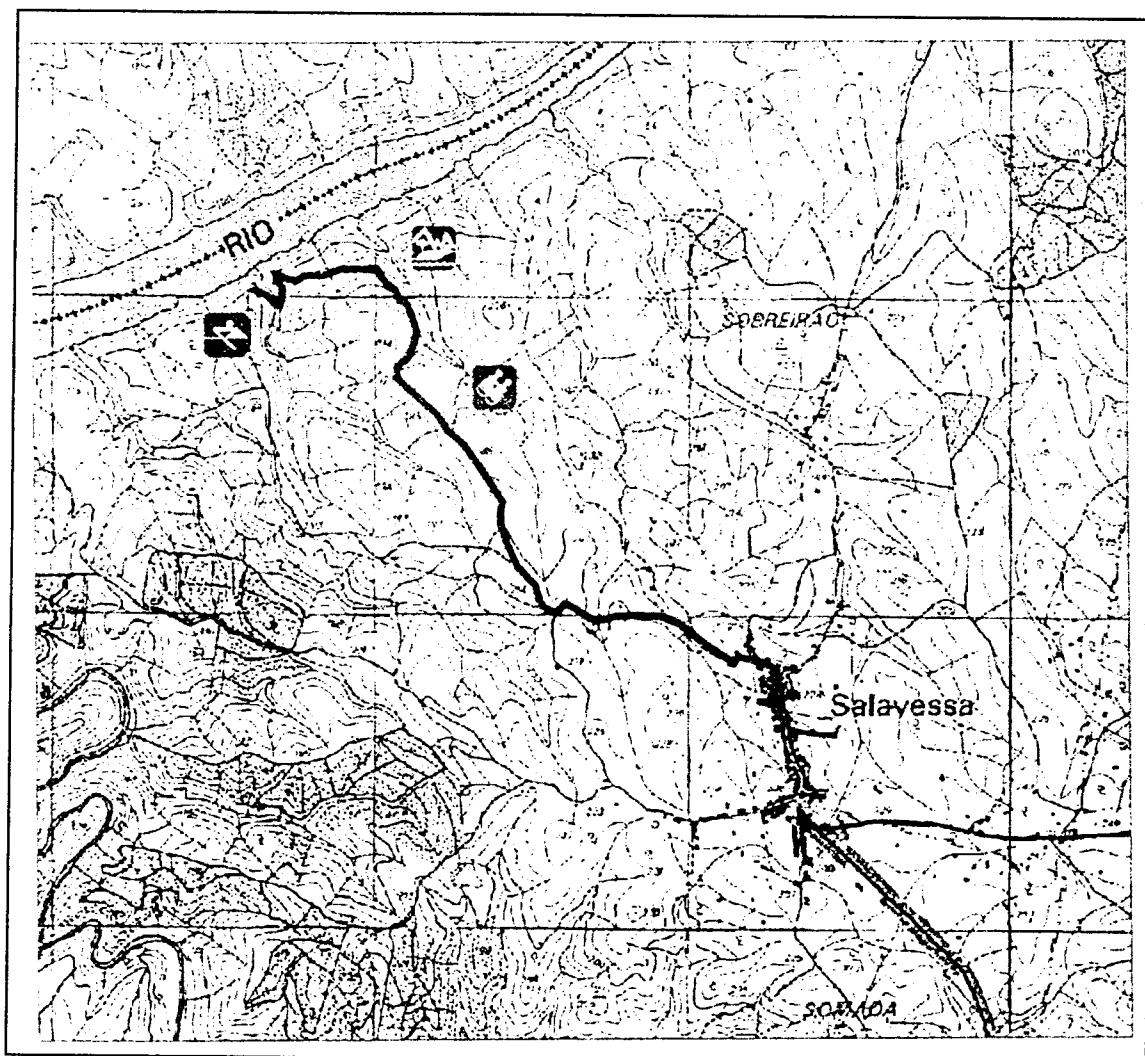
Fonte: Região de Turismo de S. Mamede

Mapa 8






Ligação Salavessa – Portas de Rodão (7 km)

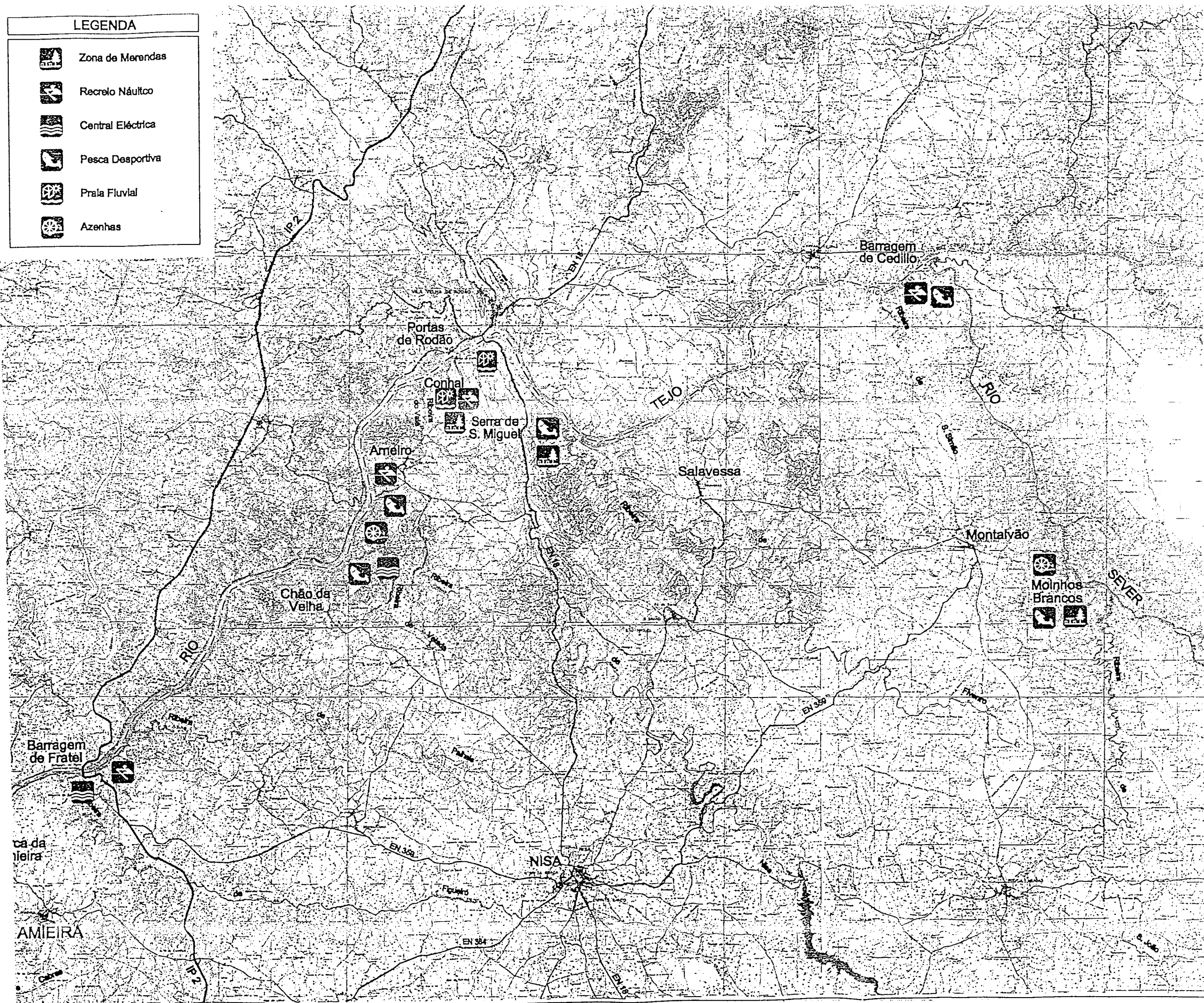
Mapa 9



Ligação Salavessa – Rio Tejo (2,8 Km)

LEGENDA

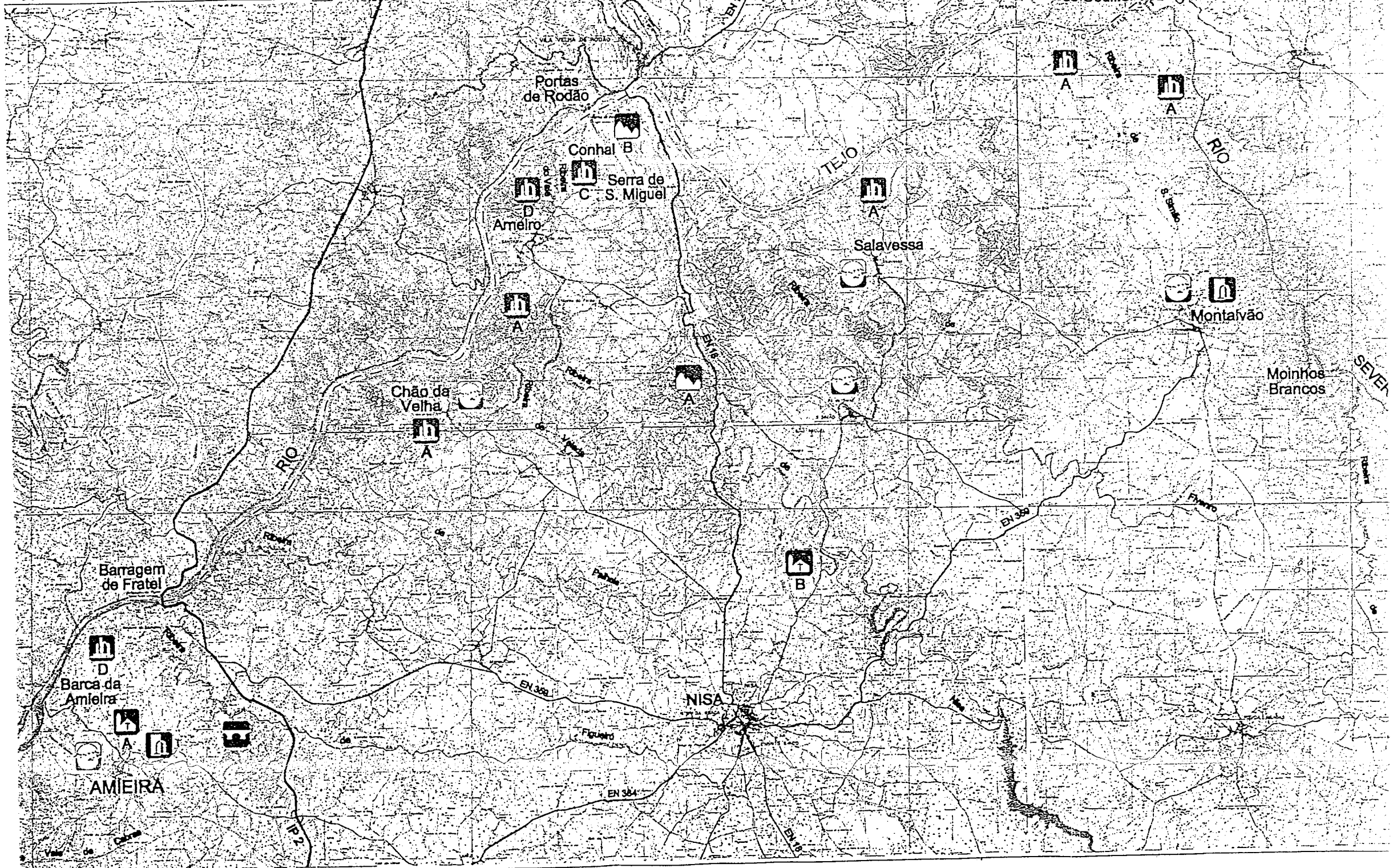
-  Zona de Merendas
-  Recreio Náutico
-  Central Eléctrica
-  Pesca Desportiva
-  Praia Fluvial
-  Azenhas



Mapa 10
Percursos Turísticos
Fonte: Câmara Municipal de Nisa

LEGENDA

	Artes Rupestres		Ponte Romana
	Megalitismo		Portas de Rodão
			Capela do Calvário
			N. S. da Graça
			Aldelas e Vilas Tradicionais
	Castelo		
	Muro de Sirga		
	Serra do Paul		



Mapa 11
 Percursos Megalíticos
 Fonte: Câmara Municipal de Nisa



CAMARA MUNICIPAL DE NISA

SECRETARIA

MAPA DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO POPULACIONALDO CONCELHO DE NISAATRAVÉS DOS CENSOS DE 1940, 1950 e 1960

70

FREGUESIAS E LUGARES	POPULAÇÃO RECENSEADA						Percent. para me- nos em relação a 1950		
	Ano de 1940 (FREGUESIA)		Ano de 1950 (Freguesia)		ANO DE 1960				
	Fogos	Habit.	Fogos	Habit.	Lugares	Freguesia			
<u>Alpalhão</u>		2.978			1104	2718	1104	2718	
<u>Anieira do Tejo:</u>		1.722							
Anieira									
Albarrol									
Vila Flor									
<u>Arez</u>		936			373		373	878	
<u>Esp^o Santo</u> } Nisa		4.071							
<u>N. S. Graça</u> }		1.082							
<u>Montalvão:</u>		2.572							
Montalvão						1614		1614	
Salavessa						650		650	
<u>Santana :</u>								1192	
Monte do Arneiro						680			
Monte do Duque						165			
Monte do Pardo						347			
<u>S. Matias :</u>		1.008						1489	
Cacãoiro						78			
Chão da Velha						225			
Central da Velada						11			
Falagueira						276			
Monte dos Matos						63			
Monte Claro						485			
Velada						351			
<u>S. Simão :</u>		1.247						627	
Pá da Serra						537			
Monte Cimeiro						25			
Vinagra						65			
<u>Tolosa :</u>		1.947						2277	
Tolosa						2277		2277	

4/R-1117 2-5-1961

Motivos do decréscimo da
população

Respondendo ao ofício nº D 733/61-Procº 0.3.2.M, de 27 de Abril findo, tenho a honra de informar Vª Exª que o decréscimo de população do Censo de 1960 em comparação com o de 1950, se deve ao facto de muita gente ter saído para outros pontos do País, incluindo Ultramar, e para o estrangeiro.

Como Vª Exª certamente não ignora, os salários no Alentejo, dum modo geral, são baixos, por o lavrador não conseguir tirar da terra o suficiente para poder pagar melhor.

Por outro lado, ainda mesmo com salários baixos, o trabalhador rural nem sempre consegue ter serviço permanente.

E então verifica-se isto :

Sabem que têm serviço assegurado, e mais bem pago, nas obras do Metropolitano, nas obras da Siderurgia Nacional e noutras existentes em grandes centros.

Para lá vão.

E como se dão lá bem, e sem preocupações de caninhos, águas e luz - (há povoações que nada disto ainda possuem e se, inclusivamente, algumas vezes - especialmente no verão - querem beber água, têm de ir buscá-la ao Tejo, nalguns casos percorre do cerca de 2 Kms.) vão como que contagiando-se uns aos outros e, assim, a pouco e pouco, a população vai diminuindo, pois, inclusivamente, depois de se instalarem nos grandes centros, para lá levam a mulher e filhos, vendendo mesmo tudo quanto tinha na terra.

E como Vª Exª melhor do que nós deverá ter notado, não é por qualquer milagre que a população de Lisboa e de outros centros aumenta vertiginosamente.

E enquanto se não der a todos aquêles mínimo de condições de vida - bons caminhos, águas e luz, pelo menos - não é de esperar que a população nêstes meios rura venha a aumentar.

Assim, não nos causa surpresa as percentagens por Vª Exª indicadas quanto às freguesias de Alpalhão, Amieira do Tejo, Arês, Montalvão e São Matias.

E no que se refere às freguesias de Espírito Santo (Nisa) e São Simão, as diferenças encontradas têm a seguinte explicação :

Na sede do Concelho existem 2 freguesias - Espírito Santo e Nossa Senhora da Graça - cujos limites foram alterados em 1954.

E quanto à de São Simão, o motivo explica-se por ter sido criada à custa da sua área a freguesia de Santana.

Director do Instituto
Nacional de Estatística

LISBOA-1

4/R-1117

2-5-1961

Motivos do decréscimo da
população

Esperando ter indicado a V^a Ex^a as principais razões para o decréscimo verificado, aproveito a oportunidade para lhe apresentar os meus melhores cumprimentos

A bem da Nação

O Presidente da Câmara :-

J. P. Franco



4-R

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

1ª. REPARTIÇÃO
4ª. SECÇÃO

*formar que o
meu já foi devidamente
relacionado pelo meu ofício
N.º 4-R, 1117, de 2-5-1961
em resposta ao ofício do I. N. E.
N.º D-733/ de 27-4-1961
P.º 0.3.2.M*

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

N I S A

Sua referência

Sua comunicação de

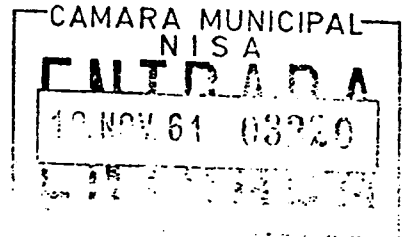
Nossa referência

Av. António José de Almeida - LISBOA.

N.º D- 1218 /61

Proc.º 0.3.2.M

ASSUNTO: Confronto populacional
dos censos de 1950 e 1960.



Pelo confronto dos Recenseamentos de 1950 e 1960 verificou-se nesse concelho um decréscimo populacional que carece de justificação.

O decréscimo referido culmina nas seguintes freguesias:

Alpalhão	12%
Amieira do Tejo	20%
Arez	12%
Montalvão	14%
Espirito Santo	32%

Adentro do aspecto geral afigura-se-me absolutamente anómalo o acréscimo de 92% que se verifica na freguesia de N.º.S. da Graça. A que o atribuir?

Sem aparente motivo que justifique as anormalidades apontadas solicito a V.Ex.º me informe do que sobre o assunto se lhe oferecer.

Digne-se aceitar os meus antecipados agradecimentos.

A bem da Nação

Instituto Nacional de Estatística, em 8 de Novembro de 1961

Ø CHEFE DA 1ª. REPARTIÇÃO,

RESUMO DO INVENTÁRIO DE PRÉDIOS E FOGOS

ANO DE 1960

F R E G U E S I A S

D E S I G N A Ç Õ E S	Alpalhão	Amieira do Tejo	Arez	Espº Santo	Montalvão		Nº da Graça	Santana	S. Matias		São Simão	Tolos
					Montalv. Salva	Montalv. Velada			M. Claro	Velada		
Prédios com fogos ou unidades destinadas ao exercício de uma activid.	1 092	566	373	1 008	714	963	669	478	349	273	969	901
Prédios sem fogos ou unidades destinadas ao exercício de uma activid.	291	635	332	512	597	628	409	512	359	311	431	280
Fogos ocupados	1 037	443	311	992	688	240	659	432	308	291	994	649
Fogos desocupados	67	125	62	20	27	22	10	46	34	49	31	2
Unidades do prédio destinadas ao exercício de uma actividade	72	17	18	118	1	-	40	14	-	17	11	70
Fólias de inventário	31	26	15	34	29	19	24	21	15	13	15	20
T O T A I S												

CAMARA MUNICIPAL DE NISA, 12 de Setembro de 1960

O Chefe da Secretaria,

				FAMILIAS	SEXOS	MASCULINO	FEMININO
1	F. ALPALHÃO	930	933	708	1727	837	890
(2)	AMIEIRA	435	436	234	510	234	276
	EST. BARRASEM	35	35	12	46	17	29
	ALBASROL	16	16	8	20	10	10
	VILA FLOR	23	24	11	21	11	10
2	TOTAL F. AMIEIRATEJO	519	521	265	597	272	325
3	F. AREZ	318	320	203	502	245	257
4	F. ESPÍRITO SANTO	1138	1176	812	2208	1063	1145
(5)	SALAVESSA	250	250	139	255	120	135
	MONTALVÃO	668	670	298	745	339	406
5	TOTAL F. MONTALVÃO	918	920	437	1000	459	541
6	F. N. SENH. GRAÇA	678	687	455	1273	597	676
(7)	ARNEIRO	252	253	171	446	212	234
	DUQUE	61	62	34	101	55	46
	PARDO	130	130	91	210	108	102
7	TOTAL F. SANTANA	449	457	296	757	375	382
(8)	M. CLARO	195	195	152	299	141	158
	FALAGUEIRA	90	90	65	166	79	87
	CHAÕ VELHA	104	104	27	55	28	27
	CACHEIRO	27	27	16	30	15	15
	MONT. MATOS	19	19	9	18	8	10
	VELADA	138	139	68	172	77	95
8	TOTAL F. S. MATIAS	582	583	339	740	348	392
(9)	PE DA SERRA	249	249	120	223	123	100
	VINAGRA	21	21	4	11	5	6
9	TOTAL S. SIMÃO	298	298	127	245	136	111
10	F. TOLOSA	684	689	541	1336	707	629

Câmara Municipal do Concelho

DE

Nisa

Freguesia

DE

Montalvão

ANO DE 1941

RECENSEAMENTO DOS CHEFES DE FAMÍLIA

~~Relação dos indivíduos que, nos termos do disposto no Art.º 215 do Código Administrativo, e em presença dos elementos referidos no Art.º 214.º do mesmo Código devem ser inscritos ou eliminados do Recenseamento dos Chefes de Família da freguesia supra, no ano de 1941.~~

Termo de Abertura

*Este caderno constitui o recenseamento e
literal dos Chefes de Família da Freguesia de
Montalvão, concelho de Nisa, organizado para
o ano de mil novecentos e quarenta e um.
Montalvão, 15 de Março de 1941*

*O Presidente da Junta
Filipe José Gonçalves Lacerda*

*Os Vereadores
António Rebelo de Sá e Rui Pereira*

João Manoel J. Matos

Freguesia de Montebão

Números de Ordem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
1	Adelino António	44	casado	cauloneiro	Montebão
2	Adelino Carrilho	48	e	negociante	Salavessa
3	Adelino Ferreira Ribeiro	30	e.	molino	"
4	Adelino da Graça de Matos Carlos	29	e	col ^{to} da G. Fiscal	Montebão
5	Albino Duarte Saldeira Junilhas	64	e	proprietario	"
6	Adriano Tavares Gaspas	55	e	col ^{to} do G. N. R.	"
7	Alexandre Loureiro Alberto	42	e	sapateiro	"
8	Alfredo Loureiro Gardelo	32	e	col ^{to} da G. Fiscal	Foz do Suro
9	Almária Pinto Pestana Francisco	48	e	domestica	Montebão
10	Anna Tomaria Pinto Pestana	60	e	"	"
11	Amílcar António Henriques	28		journalero	Salavessa
12	Amílcar Rebelas Rolo	24	e.	carpinteiro	"
13	Amílcar Vieira Rolo	42	e	advogado	"
14	André Belo	67	e	molino	Montebão
15	António Adelino da Costa	34	e	journalero	"
16	António Afonso Belo	37	e	ferrero	"
17	António Belo	39	e	taberneiro	"
18	António Belo da Graça	31	e	carrero	"
19	António Belo Segurina	33	e	journalero	"
20	António Brauca	74	e	ferrero	"
21	António Barral Mendes	28	e	col ^{to} da G. Fiscal	"
22	António Carrilho Felipe	30	e.	proprietario	Salavessa
23	António Carrilho Smedo	29		col ^{to} da G. Fiscal	Montebão
24	António da Cruz Marques	61	viuvo	ferrero	"
25	António Fernandes	53	casado	molino	"
26	António Feres	60	casado	proprietario	"
27	António Francisco	50	e	journalero	"
28	António Gonçalves Caubão (Dr.)	32	e	medico	"
29	António Gonçalves Louro	61	e	proprietario	"
30	António Gordo	51	e	ferrero	Salavessa
31	António Gordo Cláudio	77	viuvo	sapateiro	Montebão
32	António Guerra	53	casado	carrero	"
33	António Henriques de Matos	53	e.	journalero	"
34	António Joaquim Belo	56	e	ferrero	"
35	António Joaquim Francisco	56	e	proprietario	"
36	António Joaquim Loureiro	34	e	2 ^o col ^{to} da G. N. R.	"
37	António Joaquim de Matos	36	e	ferrero	"
38	António José Chaves	42	e	cauloneiro	"
39	António Belo Pereira	23	col ^{to}	journalero	"
40	António José Belo	36	casado	remador	"

Freguesia de Montalvão

Idade	ESTADO	PROFISSÃO	COMUNIDADE
62	vivo	jornaleiro	Montalvão
32	casado	"	"
33	e	carpinteiro	"
62	e	jornaleiro	"
29	e	"	"
24	e	negociante	Salavessa
27	e	col.º G. Fiscal	Tal. da Figueira
71	e	proprietário	Montalvão
26	e	carreiro	"
48	e	proprietário	Salavessa
57	e	rendeiro	Montalvão
46	e	sapateiro	Salavessa
45	e	pedreiro	"
36	e	jornaleiro	Montalvão
60	col.º	escriturário	"
25	e	jornaleiro	Salavessa
73	casado	proprietário	Montalvão
29	e.	jornaleiro	"
38	e	olheiro	"
40	e	carreiro	"
60	vivo	jornaleiro	"
48	casado	comerciante	"
57	e	proprietário	Salavessa
35	e	pedreiro	"
58	e	taberneiro	Montalvão
43	e	jornaleiro	"
47	e	proprietário	"
56	e	jornaleiro	"
77	vivo	jornaleiro	"
48	casado	proprietário	"
39	e	carreiro	"
37	e	proprietário	"
29	e	fornaleiro	"
52	e	jornaleiro	"
33	e	jornaleiro	"
27	col.º	ferreiro	"
31	casado	carreiro	"
53	e.	proprietário	"
38	e	ferreiro	"
24	col.º	jornaleiro	"

Freguesia de Montalvão

eros de rdem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
81	Antónia Sousa da Silva	36	casada	sapataria	Montalvão
82	Chamando de Matos Mourinho	60	e	proprietario	"
83	Chamando Oriqueus António	39	e	journalista	Salavessa
84	Chamando Oriqueus Filipe	48	e	proprietario	"
85	Augusto Pereira	38	e	pedreiro	"
86	Augusto Oriqueus	58	viuvo	alfaiate	"
87	Augusto dos Santos Pimentel	79	casado	comerciante	Montalvão
88	Abelio Lourenço Moura	42	e	moleiro	"
89	Bento de Matos	51	e	carpinteiro	"
90	Bento de Matos Oriqueus	49	e	farmacia	"
91	Bento de Matos Belo	35	e	carpinteiro	"
92	Bento da Silva Lourenço	61	e	sapataria	"
93	Bento Rafael Oriqueus	25	e	journalista	"
94	Braz António Guerra	68	e	"	"
95	Braz Belo	52	e	cenada	"
96	Catarina da Graça Penidomio	55	e	domestica	"
97	Catarina Oriqueus	54	e	"	Salavessa
98	Catarina Teófilo	69	viuva	"	"
99	Cecilia de Moura Rebelas	60	casada	"	Montalvão
100	Cecilia da Silva Ambrozio	62	viuva	"	"
101	Cesar de Faria Pimentel	56	casado	proprietario	"
102	Damião Pires Oriqueus	42	e	carpinteiro	Salavessa
103	David Henrique	34	e	farmacia	Montalvão
104	David da Graça Fidalgo	42	e	moleiro	"
105	Domingos António	52	e	Profess. Primario	"
106	Domingos João Bastanteiro Sousa	27	e	ferreiro	"
107	Domingos João Francisco	34	e	farmacia	Salavessa
108	Domingos João Mendes	43	e	comerciante	"
109	Domingos João João	77	e	proprietario	Montalvão
110	Domingos João João Lourenço	53	e	"	"
111	Domingos João Francisco	68	e	"	"
112	Domingos de Matos Benilho	41	e	pedreiro	"
113	Domingos de Matos Gonçalves	58	e	proprietario	"
114	Domingos Penidomio Faria	29	e	lavrador	"
115	Eduardo Moura	57	e	ferreiro	"
116	Elizabete Pereira	57	e	proprietaria	Salavessa
117	Elizabete Pereira	42	e	proprietaria	"
118	Elvira Sousa Oriqueus	51	e	domestica	Montalvão
119	Elvira da Silva Sousa Pimentel	32	e	"	"
120	Eugenio dos Reis	79	e	g. Fiscal reformado	"

Freguesia de *Montabão*

Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
69	casado	formalino	Montabão
36	e	ferreiro	Salavessa
36	e	2º reg ^{to} 9. Fiscal	Montabão
23	solteiro	formalino	Salavessa
65	casado	mercador	Montabão
36	e.	carpinteiro	"
27	e.	barbeiro	"
46	e	formalino	Salavessa
43	e	"	"
54	e	carpinteiro	"
30	e.	sapateiro	"
64	e	barbeiro	Montabão
56	e	negociante	Salavessa
77	e	formalino	"
37	e	carreiro	"
71	e	mercador	Montabão
31	e	art ^{do} 4. Fiscal	"
45	e	doméstica	Faz do Leme
60	viuvo	proprietário	Montabão
33	casado	barbeiro	Montabão
37	e	carreiro	Salavessa
69	e	formalino	Montabão
51	e	doméstica	Montabão
54	viuva	"	Montabão
57	casado	"	"
76	e	ferreiro	"
34	e	art ^{do} da 9. Fiscal	"
41	e	formalino	Faz do Leme
56	e	negociante	Montabão
38	e	mercador	"
68	e	formalino	"
46	e	negociante	"
49	e	alfaiate	Salavessa
43	e	negociante	Montabão
33	e	plumbeiro	Salavessa
47	e	carreiro	Montabão
40	e	art ^{do} da 9. Fiscal	"
53	e	moleiro	"
29	e	formalino	"
48	e	"	"

Freguesia de *Monte Abo*

anos de rdem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	COMORADA
51	João Avelo Simões	26	e	journaliro	Monte Abo
52	João Branco dos Santos	49	e	carreiro	"
53	João Braz Estêvão	27	e	journaliro	"
54	João Buzgala	53	e	col ^{to} do G. Fiscal	"
55	João Bastinho Filipe	37	e	proprietario	Salavessa
56	João Baninho Ribeiro	24	solteiro	molino	"
57	João Santa Fátia	52	e	2 ^o col ^{to} do G. Fiscal	Monte Abo
58	João Bastauheiro	75	e	journaliro	"
59	João Bernardino Salcinha	27	colteiro	col ^{to} do G. Fiscal	Foz de Lame
60	João Domingos	42	casado	journaliro	Monte Abo
61	João Dias Bastelo	45	e	col ^{to} do G. Fiscal	Foz de Lame
62	João Dias Bernardino	26	colteiro	col ^{to} do G. Fiscal	Vale da Figueira
63	João Fidalgo Sanasqueiro	75	casado	molino	Monte Abo
64	João Franciscos da Cruz	65	e	lavrador	"
65	João Francisco Miguens	45	e	feneiro	Salavessa
66	João Francisco Pereira	25		proprietario	"
67	João Francisco Vas	27	colteiro	journaliro	"
68	João Goncalves	26	casado	"	Monte Abo
69	João Goncalves Barata	26	colteiro	col ^{to} do G. Fiscal	Vale da Figueira
180	João Goncalves Tavares	30	e	journaliro	Monte Abo
181	João João do Rosario Comia	32	e	molino	Salavessa
182	João da Graça	58	e	sapatario	"
183	João Henriques	31	e	comerciante	Monte Abo
184	João Henriques de Matos	68	e	"	"
185	João Henriques	33	e	molino	Salavessa
186	João Jose Edmundo	30	e	carpinteiro	Monte Abo
187	João Jose Julio	31	e	journaliro	"
188	João Lealinho	31	e	carpinteiro	"
189	João Leandro Antunes	71	e	molino	"
190	João Louro	66	viuvo	proprietario	Salavessa
191	João Louro Beninho	52	casado	"	"
192	João Louro Miguens	32	e.	"	"
193	João Manuel Martins Sabago	27	colteiro	col ^{to} do G. Fiscal	Vale da Figueira
194	João Marcelino	60	casado	comerciante	Salavessa
195	João Maria Seirinha	28	e	molino	Monte Abo
196	João Matilde Mendes	68	e	pedreiro	Salavessa
197	João de Matos Miguens	79	e	sapatario	Monte Abo
198	João Miguens Cabrinho	72	viuvo	proprietario	Salavessa
199	João Miguens da Graça	46	casado	journaliro	Monte Abo
200	João Miguens Filipe	27	e	journaliro	Salavessa

Freguesia de

ros de em	NOME S	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
1	João Miguens Inacio	30	casado	Moleiro	Salavessa
2	João Miguens	39	e	Jornaleiro	Montabão
3	João Manuel de Matos	59	e	Carpinteiro	"
4	João Manuel de Matos Junior	48	e	Jornaleiro	"
5	João Pedro Carrilho	35	e	"	"
6	João Pedro de Matos	76	viuvo	ceareiro	"
7	João Pedro dos Santos	58	casado	G. Fiscal reformado	"
8	João Pereira Louro	51	e	Proprietario	Salavessa
9	João Peridoario	83	viuvo	"	Montabão
10	João Roberto	42	casado	caulomeiro	"
11	João Roberto Pereira	30	e	Jornaleiro	"
12	João Ribeiro	26	solteiro	col do G. Fiscal	Faz do Sever
13	João do Rosario	42	casado	pedreiro	Salavessa
14	João da Silva Leandro	39	e	Jornaleiro	Montabão
15	João da Silva Leandro	62	viuvo	Moleiro	"
16	João da Silva Leandro Vileti	67	"	proprietario	"
17	João Tavares Gouveias	39	casado	Jornaleiro	"
18	João Tavares	54	e	negociante	Salavessa
19	João Truocairo	52	e	"	Montabão
20	João Truocairo Miguens	62	viuvo	proprietario	"
21	João Vieira Ribeiro	37	casado	col do G. Fiscal	Faz do Sever
22	Joaquim Antonio Maria	39	e	Jornaleiro	Salavessa
23	Joaquim Antonio Truocairo	65	e	Proprietario	Montabão
24	Joaquim Bento	42	e	Jornaleiro	"
25	Joaquim Branco	39	e	Carpinteiro	"
26	Joaquim Branco Carrilho	44	e	Jornaleiro	"
27	Joaquim Santa Remexido (Dr.)	55	e	Médico	"
28	Joaquim Castelo	45	viuvo	Moleiro	"
29	Joaquim da Cruz Belo	45	casado	pedreiro	"
30	Joaquim da Cruz Belora	45	e	pedreiro	"
31	Joaquim Emilio Polo	27	e	Carpinteiro	Salavessa
32	Joaquim Henriques	62	e	negociante	"
33	Joaquim Leandro Antonino	42	e	Moleiro	Montabão
34	Joaquim Leitão	27	e	col do G. Fiscal	"
35	Joaquim Lopes Roberto	66	e	Lavrador	"
36	Joaquim Louro	67	e	proprietario	Salavessa
37	Joaquim Manuel Margarido	29	e	pedreiro	Montabão
38	Joaquim Manuel da Silva	67	e	Alfaiate	"
39	Joaquim Marcelino da Graça	37	e	furniteiro	"
40	Joaquim Maria Lúcio	27	e	barbeiro	"

Freguesia de

no de im	NOME	Idade	ESTADO	J. PROFISSÃO	MORADA
1	Joaquim Marques	62	casado	journalista	Montebão
2	Joaquim Marques Artur	27	e	negociante	"
3	Joaquim Marques Bastião	68	e	journalista	Salavessa
4	Joaquim Marques Benito	48	e	proprietario	"
5	Joaquim Marques Filipe	42	e	lavrador	"
6	Joaquim Marques Flores	35	e	journalista	"
7	Joaquim Marques Truroeiro	38	e	pedreiro	"
8	Joaquim Marques	43	e	comerciante	Montebão
9	Joaquim Pedro Rebelas Truroeiro	39	solteiro	proprietario	"
10	Joaquim Pedro Victor	60	casado	albardeiro	"
1	Joaquim São Pedro	40	e	lavrador	"
2	Joaquim Peridonio Fero	27	solteiro	lavrador	"
3	Joaquim Roberto da Silva	54	casado	proprietario	"
4	Joaquim da Silva Leandro	36	e	journalista	"
5	Joaquim da Silva de Amorim	30	e	sanitario	"
6	Joaquim da Silva Roberto	51	e	proprietario	"
7	Joaquim Tomas Morgado	72	viuvo	journalista	Salavessa
8	Joaquim Truroeiro	58	casado	moleiro	Montebão
9	Joaquim Valente	55	e	proprietario	Salavessa
10	Joaquina Amalia Pestana Truroeiro	61	e	proprietaria	Montebão
1	Jose Antonio Anastasio	55	e	proprietario	Salavessa
2	Jose Antonio Simão	65	e	col. do g. Fiscal reformado	Montebão
3	Jose Antonio Felicio	64	e	moleiro	Salavessa
4	Jose Antonio Lopes	43	e	carpinteiro	Montebão
5	Jose Antonio Mourinho	29	e	journalista	"
6	Jose Antonio Peridonio de Faria Mourinho	29	e	proprietario	"
7	Jose Antonio Rodrigues	35	solteiro	col. do g. N. R.	"
8	Jose Antonio Sardo	35	casado	carpinteiro	"
9	Jose Antonio Tomas	27	e	journalista	Salavessa
10	Jose Antonio Victorino	35	e	"	"
1	Jose Antonio Gameira	25	solteiro	col. do g. Fiscal	Montebão
2	Jose Antonio Silveira	26	casado	journalista	"
3	Jose Beato	68	e	"	"
4	Jose Branco Mourinho	65	e	"	"
5	Jose Branco Soares	26	e	col. do g. Fiscal	"
6	Jose Bastanheiro Lopes	29	e	Guarda Sior	"
7	Jose da Cruz Durães Truroeiro	31	e	pedreiro	"
8	Jose Figueira Petersonillo	47	e	col. do g. Fiscal	"
9	Jose Gido Gouveias	31	e	col. do g. N. R.	"
10	Jose Gouveias	49	e	2º edo da g. Fiscal	"

Freguesia de

eros de rdem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
81	Jose Guedes Miguens	42	casado	taberneiro	Salavessa
82	Jose Gado Sias	37	e	sapateiro	"
83	Jose Gado Rafael	30	e	formalino	Montabão
84	Jose Henriques Leiriocha	27	e	albardeiro	"
85	Jose Henriques de Onatós	64	e	carreiro	Montabão
86	Jose Henriques da Graça	30	e	sapateiro	Salavessa
87	Jose Joaquim Gafinhos de Moura	58	e	proprietario	Montabão
88	Jose Leandro Estêvão	55	e	negociante	"
89	Jose Leandro Moura	52	e	Moleiro	"
90	Jose Louro Barbalho	28	e	barbeiro	"
91	Jose Louro Barbalho	48	e	proprietario	Salavessa
92	Jose Louro de Onatós	27		"	"
93	Jose Marcelino	49	e	formalino	Montabão
94	Jose Maria Lequeira	57	e	sapateiro	"
95	Jose Maria da Silva	29	e	alfaiate	"
96	Jose Martins	45	e	sapateiro	Salavessa
97	Jose de Onatós	61	e	Moleiro	"
98	Jose de Onatós Ventura	43	e	negociante	"
99	Jose Miguens Louro	28	e	proprietario	"
00	Jose Miguens da Silva	29	e	carreiro	Montabão
01	Jose Aragado	48	e	formalino	Salavessa
02	Jose Augusto Mourinho	40	e	formalino	Montabão
03	Jose Galvão Mourato	36	e	barbeiro	"
04	Jose Pereira Louro	41	e	proprietario	Salavessa
05	Jose Pires Almeida	30	e	rel. G. N. R.	Montabão
06	Jose Pires Neves	37	e	rel. G. Fiscal	"
07	Jose Rafael Belo	48	e	plumbeiro	"
08	Jose dos Reis da Cruz	25	e	G. N. R.	"
09	Jose Roberto da Graça	32	e	alfaiate	Salavessa
10	Jose Ribeiro	58	e	Moleiro	"
11	Jose Rosa Patricio	26	e	formalino	Montabão
12	Jose da Silva	49	e	Moleiro	"
13	Jose da Silva	36	e	barbeiro	Salavessa
14	Jose da Silva Timbó	63	e	lavrador	Montabão
15	Jose dos Santos Marques Barro	26	e	carreiro	Salavessa
16	Jose Vicente Nunes	44	e	comerciante	Montabão
17	Julia Leandro	46	e	domestica	Montabão
18	Julia Miguens	36	e	proprietario	Salavessa
19	Julio Miguens de Onatós	26	e	Moleiro	"
20	Leandro Belo	63	e	formalino	Montabão

Freguesia de

os de em	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
1	Leandro de Matos Sacramento	57	casado	carpinteiro	Montebão
2	Leandro Ribeiro	36	e	carreiro	Salavisa
3	Luiz de Matos Batista Morujo	76	e	formalino	Montebão
4	Luiz Matias Belo	33	e	pedreiro	Salavisa
5	Manuel António Rebelo	48	e	negociante	"
6	Manuel António Pereira	38	e	formalino	"
7	Manuel António Simões	68	e	carreiro	Montebão
8	Manuel Pente	51	e	molino	"
9	Manuel Bernardo Filipe	29	e	1º cabo de G. Fiscal	Tab. da Figueira
10	Manuel da Conceição Neto	27	solteiro	col.º de G. Fiscal	Tab. da Figueira
11	Manuel Sabrita	32	casado	col.º de G. Fiscal	Montebão
12	Manuel Bastião Pente	63	e	carreiro	Montebão
13	Manuel Barinho	68	e	formalino	"
14	Manuel Clavijo	48	e	formalino	Salavisa
15	Manuel Francisco Miguens	43	solteiro	proprietário	"
16	Manuel Gordo Felício	32	"	molino	"
17	Manuel Gordo Leandro	41	casado	carreiro	Montebão
18	Manuel Gordo Victorino	35	e	pedreiro	Salavisa
19	Manuel Gomes Bequeira	35	e	1º cabo de G. Fiscal	Montebão
20	Manuel José Hilário	26	e	col.º de G. Fiscal	"
21	Manuel Leandro	50	e	carpinteiro	Montebão
22	Manuel Leandro Henriques	66	e	negociante	"
23	Manuel Leandro da Silva	53	e	lavrador	"
24	Manuel Lopes	62	e	taberneiro	"
25	Manuel Lourenço	66	e	negociante	"
26	Manuel Leandro Morujo	51	e	molino	"
27	Manuel Lopes Ribeiro	43	e	"	"
28	Manuel Leandro Simões	33	e	"	"
29	Manuel Marques Bequeira	48	e	sapateiro	"
30	Manuel de Matos Barinho	64	e	lavrador	Salavisa
31	Manuel de Matos Bequeira	39	e	formalino	Montebão
32	Manuel Miguens	34	e	negociante	"
33	Manuel Miguens	62	e	proprietário	"
34	Manuel Victorino Henriques	36	e	pedreiro	Salavisa
35	Manuel Victorino Ribeiro	38	e	"	"
36	Manuel Pelees	56	e	carreiro	Montebão
37	Manuel Pedro Leirinha	44	e	pedreiro	"
38	Manuel Perdigão	64	e	lavrador	"
39	Manuel Perdigão	28	e	"	"
40	Manuel Perdigão Francisco	34	e	carreiro	"

Freguesia de

nos de lem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
51	Manuel Rafael Belo	45	casado	carreira	Monteirão
52	Manuel Rafael Belo	26	e.	pedreiro	"
53	Manuel Roque	26	e.	col. do G. Fiscal	"
54	Manuel dos Reis	59	e.	moleiro	"
55	Manuel dos Remedios	60	e.	fonoleiro	"
66	Manuel dos Remedios Lamedas	39	e.	carreira	"
67	Manuel Roberto de Matos	26	e.	fonoleiro	"
58	Manuel Suedo de Matos	39	e.	"	"
59	Manuel Teixeira	26	e.	"	"
70	Manuel da Silva	55	e.	levada	"
71	Manuel da Silva Leandro	30	e.	fonoleiro	Salavense
72	Manuel Tavares Gaução	67	e.	aqueleiro	Monteirão
73	Marcelino Eduardo	50	e.	fonoleiro	"
74	Manuela Godinho Rebelo Pimentel	63	e.	domestica	"
75	Maria Antonia Soares Pimentel	71	e.	"	"
76	Maria da Encarnação Franco	76	viuva	"	"
77	Maria da Graça de Matos	72	"	"	"
78	Maria da Graça da Silva	53	casada	"	Monte de Paube
79	Maria José Godinho Pimentel	60	viuva	"	Monteirão
80	Maria José Lourenço Salvo	48	casada	"	"
81	Maria Joana Pimentel	60	e.	"	"
82	Maria Julia Rebelo Francisco Pimentel	43	e.	"	"
83	Maria José de Sousa Rebelo	62	e.	"	"
84	Maria José Rebelo Francisco	66	viuva	"	"
85	Maria Joaquina Roberto	36	solteira	regenti escolar	"
86	Maria Louro	46	viuva	domestica	"
87	Maria Louro Aniquens	52	casada	"	Salavense
88	Maria de Matos Louro	41	e.	"	Monteirão
89	Maria Aniquens Barilho	36	e.	"	Salavense
90	Maria Aniquens Louro	55	e.	"	"
91	Maria Ribeiro Tavares	22	solteira	professora primaria	Monteirão
92	Maria dos Remedios Barilho	36	casada	domestica	"
93	Maria Tereza de Matos	74	viuva	proprietaria	Salavense
94	Maria Tereza Rebelo Faria	27	casada	domestica	Monteirão
95	Maria dos Santos	54	e.	Talveira	"
96	Maria de Sousa Ribeiro Nunes	39	e.	domestica	"
97	Maria de Sousa Bonjeia Ramos	25	e.	professora primaria	"
98	Maria Barilho Louro	44	solteira	proprietaria	"
99	Maria Bonjeia Aniquens	41	casada	proprietaria	Salavense
100	Maria Diniz da Piedade	52	e.	col. do G. Fiscal	Monte de Paube

Freguesia de

Ordem	NOMES	Idade	ESTADO	PROFISSÃO	MORADA
101	Mário Fariça Nunes	27	solteiro	journaliro	Salvosa
102	Mário Pinto Pestana Frazão	24	"	proprietari	Montebão
103	Mário Rebelo Frazão (do)	39	casado	Medico Veterinario	"
104	Mário da Silva Jeronimo	25	solteiro	col ^{to} g. Fiscal	Montebão
105	Martinho Barilho	61	casado	journaliro	"
106	Miguel Mourão	47	e	"	"
407	Miguel de Orlato Brigueiros	72	viuvo	pedreiro	"
408	Mónica Santa Beatriz	47	casada	professora primaria	"
409	Olivier de Faria Mourão	61	e	proprietari	"
410	Olivier de Faria Pombal	69	e	"	"
411	Quintónio Tenredo da Graça	62	e	journaliro	"
412	Rafael Barilho Filipe	64	e	lavrador	Salvosa
413	Rafael Pereira Louro	62	e	proprietari	"
414	Rafael Pires	63	e	"	"
415	Rafael Ribeiro	35	e	pedreiro	"
416	Rafael dos Santos Belo	36	e	journaliro	Montebão
417	Renato da Graça	56	e	peste	"
418	Roberto de Orlato	65	e	camieiro	"
419	Rosaria da Cruz Gomes	41	solteira	requente escolar	Salvosa
420	Silvestre Quintónio Bastauheiro	57	casado	proprietari	Montebão
421	Silvestre Brigueiros Morgado	37	e	journaliro	Salvosa
422	Simão Lopes Cardoso	35	e	Taluneiro	Montebão
423	Simão da Silva Roberto	45	e	proprietari	"
424	Simplicio António Belo	45	e	journaliro	"
425	Simplicio Valente	57	e	Taluneiro	Salvosa
426	Teresa Catarina	45	viuva	domestica	"
427	Theofilo Marques Mourato	29	casado	pedreiro	Montebão
428	Tomaz Belo	51	e	"	"
429	Tomaz da Cruz	61	e	journaliro	"
430	Tomaz Frazão	66	e	professor normal	"
431	Tomaz de Orlato de Faria	57	e	proprietari	"
432	Tomaria Rebelo	63	viuva	domestica	Salvosa
433	Zulmira Louro Brigueiros	49	solteira	"	Montebão